



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À
EDUCAÇÃO - GESTEC

PAULO ROBERTO MORAES DA LUZ

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: um estudo de caso da política pública
e suas implicações no mundo do trabalho.**

Salvador
2015

PAULO ROBERTO MORAES DA LUZ

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: Um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientação: Prof^a Dr^a Carla Liane Nascimento Santos
Coorientação: Prof^a Dr^a Marcea Andrade Sales.

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Luz, Paulo Roberto Moraes da

Programa jovens aprendiz: um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho / Paulo Roberto Moraes da Luz. – Salvador, 2015.
171f.

Orientadora: Carla Liane Nascimento Santos.

Coorientadora: Marcea Andrade Sales.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Campus I.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Educação para o trabalho - Brasil. 2. Jovens - Emprego - Brasil. 3. Qualificações profissionais - Brasil. I. Santos, Carla Liane Nascimento. II. Sales, Marcea Andrade. III. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 370.1130981

FOLHA DE APROVAÇÃO

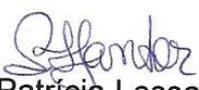
“PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: UM ESTUDO DE CASO DA POLÍTICA PÚBLICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO”

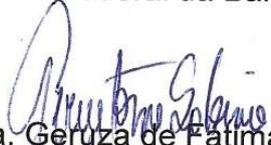
PAULO ROBERTO MORAES DA LUZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 30 de março de 2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Profa. Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Profa. Dra. Márcia Andrade Sales
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Profa. Dra. Patrícia Lessa Santos Costa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Profa. Dra. Geruza de Fátima Tomé Sabino
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Doutorado em Sociologia
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - UNESP

*A minha família,
alicerce indispensável em todos os momentos
de minha vida.*

A Olivia Moraes, minha avó (in memoriam),

A Arnaldo Ferreira, meu avô (in memoriam),

A Marco Emílio, o irmão inesquecível (in memoriam).

A José Moraes, meu tio (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus, que me deu mais que vida, me deu fé, principalmente quando nele depositamos nossos sonhos, nossos momentos e tudo que povoa o universo de uma trajetória de vida.

A minha mãe, todos os possíveis agradecimentos. A minha família, em especial minha irmã e sobrinhas que estiveram ao meu lado, durante todo esse tempo, durante todo esse processo.

A minha namorada, que entendeu todas as ausências na busca pelo sentido profissional que acaba por se transformar num sentido de vida e que por alguns momentos até nos cerceia do convívio diário.

Aos amigos, que entenderam as ausências, as falas chatas, as angústias, os problemas e os assuntos de sempre.

A todas as amizades construídas durante o curso.

Aos colegas do grupo de pesquisa, em especial a Marne Araújo, que sempre buscou a palavra, o carinho e a preocupação que se traduziram em incentivos e compartilhamentos.

Aos demais colegas do Gestec que durante os dias, as madrugadas, os fins de semana também compartilharam suas descobertas e dúvidas. Muito obrigado!

Aos professores que nos doaram mais do que conhecimento, me doaram sentidos, anseios, desejos, crenças.

A Universidade Estadual da Bahia - UNEB, a Fundação José Carvalho, em especial a Hygilda Carneiro Bastos e ao SENAC- BA/ Unidade Móvel por toda relevância e comprometimento social de suas ações. Muito obrigado!

Aos “meus jovens aprendizes” por todo sentido profissional que me proporcionaram, desde a minha inesquecível primeira turma de trabalho pelo Senac-Ba, na cidade de Valença-Ba até as minhas queridas turmas em Juazeiro e em Teixeira de Freitas – Ba. Vocês são inesquecíveis!

Aos jovens aprendizes do Programa Petrobras Jovem Aprendiz 3ª Edição; Aos jovens aprendizes da Ferbasa, “Araras Azuis”; Aos demais jovens aprendizes da Fundação José Carvalho e a todos que de alguma forma contribuíram para esse momento tão especial na minha vida.

Muito Obrigado!

“O impossível reside nas mãos inertes daqueles que não tentam.”

Epicuro – Filósofo Grego

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar – à luz dos depoimentos dos participantes e egressos do Programa de Jovem Aprendiz, no estado da Bahia, qual o sentido da aprendizagem, da inclusão profissional oferecida pelo programa e estabelecendo uma análise do programa, à luz dos depoimentos de participantes e egressos dos cursos de formação de aprendizagem, período 2013-2014, no que se refere ao seu desenvolvimento educacional, profissional e sua inserção no mundo do trabalho. Realiza uma análise da efetividade social de programas de inserção de jovens no mundo do trabalho, em particular quanto ao Programa Jovem Aprendiz, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Discuti a influência das transformações nas relações de trabalho, articuladas às novas formas de produzir, que vêm assumindo papéis contraditórios quanto à inserção de pessoas no mundo do trabalho. Assim como, as exigências de qualificação profissional, que demonstram impactos tanto positivos quanto negativos na vida dos trabalhadores e nos aspectos relacionados à educação para e no trabalho. Nesse contexto, analisa questões relacionadas à influência dos sistemas de produção capitalista na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à educação e ao trabalho assim como, os crescentes níveis de exigência de qualificação profissional que são pontos de grande relevância de estudo na atualidade e que tem fomentado efetiva discussão por modelos e formas de racionalização da produção e de gestão nas organizações, envolvendo também, os processos relativos à inserção de pessoas em programas de qualificação profissional implementados por políticas públicas.

Palavras Chave: Programa Jovem Aprendiz. Políticas Públicas. Educação e Trabalho.

ABSTRACT

This work is meant to examine - in the light of the statements of participants and graduates of the Young Apprentice Program in the state of Bahia, what's the point of learning, vocational inclusion offered by the program and establishing a program of analysis in the light of testimonials from participants and graduates of apprenticeship training courses period 2013-2014, with regard to their educational, professional and their integration into the labor market. Performs an analysis of the social effectiveness of youth integration programs in the workplace, particularly as the Young Apprentice Program, sponsored by the Ministry of Labor and Employment. Discussed the influence of changes in labor relations, linked to new forms of production, which are assuming contradictory roles as the inclusion of people in the working world. As well as the professional qualifications requirements that demonstrate both positive and negative impacts on workers and on issues related to education and work. In this context, it examines issues related to the influence of capitalist production systems in the design and implementation of public policies for education and work as well as increasing levels of professional qualification requirements which are points of great relevance in the present study and that has fostered effective discussion by models and forms of rationalization of production and management in organizations, also involving procedures for the inclusion of people in professional training programs implemented by public policies.

Keywords: Young Apprentice Program. Public Policy. Education and Labor

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo grupos de idade – Brasil - 2010.

Tabela 02. Indicadores de distribuição da população desocupada, por região metropolitana, segundo algumas características em janeiro de 2014.

Tabela 03. Evolução dos Contratos de Aprendizagem Profissional.

Tabela 04. Faixa Etária dos Contratados Ano Base 2013

Tabela 05. Dimensões do Roteiro Biográfico

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Carga Horária dos Cursos de Formação de Aprendizagem

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CBO – Código Brasileiro de Ocupações
- CCT - Centro de Capacitação e Treinamento
- CNAP – Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CTPS – Carteira Profissional e Previdência Social
- CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
- FJC – Fundação José Carvalho
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC – Ministério da Educação
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONGS – Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCD – Pessoa com Deficiência
- PEA- População Economicamente Ativa
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
- PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes
- SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem e Cooperativas
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Sobre o Contexto da Pesquisa	8
A implicação com a pesquisa	18
CAPÍTULO I – O NEOLIBERALISMO, SUA INFLUÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	24
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO NO MUNDO MODERNO	24
1.2 O NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS FORMULAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E NO MUNDO DO TRABALHO	29
1.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO	39
1.4 AS NOVAS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	42
1.5 A REFORMA DO ENSINO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS QUESTÕES SOCIAIS RELATIVAS À POBREZA	46
CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS.....	51
2.1 CONCEITOS E IDEIAS INICIAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE.....	51
2.2 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	59
CAPÍTULO III – A LEI DA APRENDIZAGEM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO	64
3.1 A LEI DE APRENDIZAGEM: POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA.....	64
3.2 JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: PRINCÍPIOS E CONSIDERAÇÕES	70
3.2.1 Conceituando juventude.....	71
3.2.2 A qualificação profissional e empregabilidade nos Programas de Aprendizagem desenvolvidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.....	78
3.2.3 Programa Jovem Aprendiz	80
3.2.4 Cursos de Formação de Aprendizagem na Fundação José Carvalho	85
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	91
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	91

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS REALIZADOS NA PESQUISA.....	99
CAPÍTULO V - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLHIDOS.....	105
5.1 DESCRIÇÃO DOS PASSOS RELATIVOS À ANÁLISE DOS DADOS.....	105
5.1.1 Aspectos socioeconômicos das cidades dos jovens pesquisados	106
5.1.2 Entrevistas como metodologia de elaboração do Roteiro Biográfico	109
5.2 ROTEIRO BIOGRÁFICO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.....	112
5.3 O SENTIDO DA APRENDIZAGEM PARA OS JOVENS PESQUISADOS	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	
Avaliação Programa Jovem Aprendiz	
Programa Jovem Aprendiz	
ANEXOS.....	

INTRODUÇÃO

Sobre o Contexto da Pesquisa

As transformações nas relações de trabalho, decorrentes do processo de reestruturação produtiva, vêm assumindo papéis contraditórios no que tange à inserção de pessoas no mundo do trabalho. Nesse contexto, ao se discutir a relação existente entre formação profissional e trabalho, deve-se ressaltar que, a partir da introdução de novas tecnologias nos processos industriais, que tem por base a microeletrônica e a robótica, algumas exigências de qualificação profissional que tornaram-se mais rígidas, como também exigiram a introdução de novas demandas nos aspectos relacionados à educação para e no trabalho, o que tem também implicado diretamente na necessidade de desenvolvimento de políticas educacionais as quais têm por objetivo a inserção de pessoas no mundo do trabalho.

Nesse cenário, percebe-se que essa nova ordem econômica mundial, influenciada pelo crescimento significativo da automação, tem também determinado a necessidade do aumento da escolarização que serve como meio de efetivação das pessoas no mundo do trabalho, assim como influencia o conjunto de mudanças comportamentais na sociedade. Logo, essa nova configuração tem demandado análises no que diz respeito ao aperfeiçoamento das políticas educacionais.

Esta realidade tem influenciado significativamente a implementação de políticas públicas específicas para a juventude e ganhou ainda mais força partir da entrada em vigor da chamada Lei da Aprendizagem, Lei 10.097/2000.

A atual conjuntura econômica, no que se refere à inserção de pessoas no mundo do trabalho, tem desencadeado mudanças nos sistemas sociais e feito surgir novos formatos organizacionais que demandam trabalhadores e gestores dispostos a aprender, tanto para ampliar o conhecimento das pessoas quanto para melhorar a capacidade produtiva das organizações.

Atento a esses fatos no ano de 2004 foi criado o Grupo Interministerial, composto por 19 (dezenove) Ministérios, Secretarias e Órgãos Técnicos com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre a realidade dos jovens brasileiros e propor uma política nacional específica.

Outra característica marcante desta atual fase é a crescente importância que tem sido atribuída ao desenvolvimento de competências relacionadas às ideias, hoje até mais valorizadas que os ativos físicos. Ressalta-se, ainda, que a busca pelo diferencial organizacional não reside apenas no avanço tecnológico, mas também no efetivo trato das questões relativas à qualidade,

tanto dos bens produzidos quanto dos serviços oferecidos e também das pessoas envolvidas na organização. Não obstante, essa busca pauta-se no alinhamento estratégico em todos os campos organizacionais.

Com isso, um novo perfil humano, polivalente e apto a desempenhar atividades diferenciadas, tem sido exigido pelo mundo do trabalho hoje pautado na flexibilidade organizacional frente ao número de pessoas qualificadas, tendência que vem influenciando significativamente o mercado e sua capacidade de inserir e excluir pessoas.

Consequentemente, desse modo evidenciam-se índices preocupantes de degradação das relações de emprego existentes, bem como a precariedade das formas de ocupação com crescimento significativo do universo de trabalho informal, que é caracterizado pela não existência de registro funcional na carteira profissional e pela supressão de garantias mínimas dos direitos trabalhistas.

Contudo, a empregabilidade¹ caracterizada por uma dinâmica que valoriza aqueles mais qualificados, com habilidades que evidenciem aptidão para agir e se adaptar rapidamente às mudanças dessa nova sociedade.

Embora o conceito de empregabilidade tenha sido inicialmente utilizado para caracterizar as condições de permanência no emprego dos profissionais de maior nível de qualificação, no decorrer do tempo passou também a ser relacionado às parcelas da população com menor nível de escolaridade, estando compreendido como a capacidade de um indivíduo manter-se ou reinserir-se no mundo do trabalho.

Minarelli (2002) afirma que os seis pilares que sustentam a empregabilidade são: as adequações vocacionais, competências profissionais, idoneidade, saúde física e mental, reserva financeira e fontes alternativas e rede de relacionamentos. A união desses seis pilares pode proporcionar segurança profissional, conferindo a empregabilidade, pois oferece a capacidade de gerar trabalho.

Para Drucker (1999), os grupos sociais da chamada sociedade do conhecimento serão trabalhadores que deverão adaptar-se ao advento e à evolução das práticas de gestão, assim como ao desenvolvimento da tecnologia da informação, sendo necessário o investimento na formação e na qualificação dos trabalhadores, tornando-os capazes de alocar conhecimentos para incrementar a produtividade e gerar inovação.

¹ O termo empregabilidade surgiu do inglês *employability*, que significa condição de dar emprego e a habilidade de obter ou manter um emprego ou trabalho. Tem sido amplamente utilizado pela literatura como idealização do perfil dos trabalhadores no mundo moderno devido ao alto índice de desemprego e à falta de pessoas qualificadas. Provém, portanto, da diferença entre a velocidade das mudanças tecnológicas, as quais exigem do indivíduo novos conhecimentos e habilidades e a velocidade da reaprendizagem.

Face à mudança do conceito de emprego, que foi substituído pelo de trabalho, a atividade produtiva passou a depender cada vez mais de conhecimentos associados ao modelo de competências que, atendendo à lógica de mercado, dimensionando grandemente a importância da qualificação profissional no âmbito das relações de trabalho.

Esse movimento se dá, de um lado, no “chão de fábrica”, pela introdução de máquinas cada vez mais complexas e proficientes, que necessitam de técnicos ao invés de operadores (com grandes vantagens de aumento de produtividade e eliminação de postos de trabalho no setor fabril); de outro lado, pela necessidade de atualização, qualificação e adaptação constante atribuída aos postos de trabalho gerenciais, conforme nos adverte Kuenzer (2001, p.18):

[...] o capital passa a defender o desenvolvimento de competências, para o que deve propiciar formação flexível e continuada de modo a atender às demandas de um mercado em permanente movimento, em substituição à formação conteudista especializada e pouco dinâmica para um mercado relativamente estável. Assim, a formação profissional passa a exigir capacidade para lidar com a incerteza, com a novidade e para tomar decisões rápidas em situações inesperadas [...] o que implica o domínio não só de conteúdos, mas dos caminhos metodológicos e das formas de trabalho intelectual multidisciplinar, e exige educação inicial e continuada rigorosa, em níveis crescentes de complexidade.

A análise da citação acima expressa o forte sentido de mercado que o capitalismo moderno tem introduzido cada vez mais e amplamente nos mais diferentes setores da economia.

O desenvolvimento da tecnologia marcada pelo avanço da informatização, da automação, da robotização da indústria e pelas mudanças no campo da engenharia genética e das novas fontes de energia que acabaram por atingir a todos os países, impondo novos padrões comportamentais e impulsionando o crescente reconhecimento da importância do processo de aprendizagem e suas implicações no contexto do ambiente de trabalho.

Dessa forma, o capitalismo entra numa fase em que a formação do trabalhador, sua educação e propensão a aprender se confundem com sua capacidade operacional. Daí porque muitos autores falam em “economia pós-industrial”, “sociedade pós-capitalista”, da necessidade de reconfiguração do conceito de trabalho, de “trabalhador do conhecimento”, num contexto de mudanças e quebra de paradigmas. Porém, o incremento na composição orgânica do capital, com o advento e evolução das novas práticas gerenciais e o desenvolvimento da tecnologia da informação, torna necessário o investimento na formação e qualificação do trabalhador.

No Brasil, historicamente, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na década de 40 do século passado, fez surgir os programas de aprendizagem no país. Nos anos 1990, processo de redemocratização do país e o crescimento da economia, proporcionaram a implementação de políticas públicas, criadas por diferentes governos que visaram satisfazer às necessidades de pessoas qualificadas no âmbito privado das organizações.

Dowbor (1996) afirma que a educação brasileira se caracterizou pela inexistência de instrumentos técnicos para ser competente na linha profissional, e ainda frágil para ser transformadora, distanciando-se, portanto, dos processos de transformação econômica e social. Evidencia-se no Brasil o distanciamento das redes de ensino, objetivos e conteúdos educacionais, consolidando a separação da educação para o trabalho e a educação para a cidadania, quando deveria instrumentalizar os estudantes para uma efetiva participação, tanto no âmbito político quanto produtivo.

O modelo de crescimento econômico existente no País privilegiou a formação de grandes contingentes de trabalhadores com pouca escolaridade, de modo que houve uma procura por alargar as bases de participação política em detrimento da preparação para o trabalho. Apenas os campos da educação não formal² e da qualificação profissional conheceram desenvolvimento durante o processo de dissociação entre as esferas de educação e de produção econômica.

Na medida em que o desenvolvimento tecnológico afetou a produtividade e a competitividade das organizações fez encolherem oportunidades de empregos, as exigências de intervenções significativas por parte do Estado nesse processo traduziram-se na elaboração e implementação de políticas públicas nas mais diferentes áreas e setores da sociedade. Dentre as relacionadas à educação, o objetivo principal caracterizou-se na articulação de esforços voltados à promoção de transformações no sistema educacional brasileiro, tendo por base as concepções neoliberais.

A vigência da Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000³ marca um período de inovações significativas no âmbito da qualificação profissional e da educação para e no trabalho. Nesse conjunto, destacam-se as ações de ampliação da obrigatoriedade de contratação de pessoas para

² Qualquer atividade educacional organizada, sistemática, conduzida fora dos limites estabelecidos pelo sistema formal, de que são exemplos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

³ Lei Federal nº 10.097/2000 – ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005. Determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e máximo de 15% do seu quadro de colaboradores cujas funções demandem formação profissional. Fonte: <http://www.aprendizlegal.org.br>.

todos os tipos de estabelecimentos/organizações – não mais se restringindo aos setores industrial e comercial – e a possibilidade de oferta dos chamados cursos de aprendizagem por Entidades Filantrópicas e Institutos Federais de Educação, quando os cursos ou vagas ofertadas pelo chamado Sistema S⁴ forem insuficientes para atender a demanda ou não estiverem ligados aos setores de atuação das organizações demandantes.

No ano de 2008 foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), contemplando pessoas de 18 a 29 anos que não finalizaram o Ensino Fundamental e envolvendo jovens de diferentes identidades e espaços de participação.

Ainda mais recentemente, em 2011, entrou em vigência o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a sanção da Lei nº 12.513/2011⁵, que tem por objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio continuada ou qualificação profissional presencial e a distância.

Conforme se verifica nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do conjunto da população brasileira, mais de 28 milhões é composta por jovens com idades de 17 a 24 anos. Ainda segundo dados do mesmo órgão, os últimos números oficiais disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) demonstram que a taxa de desemprego aberto⁶ no Brasil registra índice de 7,4% no segundo trimestre de 2013.

Tabela 01 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo grupos de idade – Brasil - 2010.

População	Homens	Mulheres
17 anos	1.701.881	1.670.352
18 anos	1.699.061	1.688.111
19 anos	1.636.331	1.629.495

⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

⁵ O Programa é regido pela Lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e recentemente foi alterado pela Lei nº 12.513/2011, que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) cujo objetivo principal é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

⁶ Taxa de Desemprego Aberto - relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.
Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm/>.

20 anos	1.698.081	1.691.648
21 anos	1.713.268	1.708.468
22 anos	1.760.477	1.760.020
23 anos	1.709.675	1.710.579
24 anos	1.748.728	1.754.248
Total	13.667.502	13.612.921

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010.

Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmam que o Brasil possui um alto índice de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam em cursos regulares, não fazem cursos profissionalizantes e, ao mesmo tempo, também não estão empregados⁷: o número compreende 18,4% das pessoas nessa faixa etária, o que justifica a implementação de políticas públicas que visem minimizar os efeitos dessa realidade.

As pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seguem as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e objetivam produzir resultados que facilitem a análise de sua série em conjunto com as contas nacionais e que viabilizem a comparação em nível internacional.

No levantamento de dados o conceito fundamental utilizado é o trabalho, sob o ponto de significação de ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias; ou a ocupação econômica sem remuneração, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo; ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. Para os indivíduos que trabalham, investiga-se a ocupação, o ramo de atividade, a posição na ocupação, a existência de mais de um trabalho, o rendimento efetivamente recebido no mês anterior, o número de horas efetivamente trabalhadas etc.

⁷ Empregados - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.).

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm/>.

Tabela 02 - Indicadores de distribuição da população desocupada, por região metropolitana, segundo algumas características em janeiro de 2014.

População Desocupada (%)	Total das áreas metropolitanas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
18 a 24 anos	32,6	31,1	32,1	32,8	33,6	32,6	32,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Conforme pode ser observado, os dados relativos às 06 (seis) principais regiões metropolitanas apresentam, em média, certa similaridade, mesmo que resguardadas as diferenças entre as cidades pesquisadas.

A caracterização do trabalho, conforme essa metodologia, não se aplica como instrumento de conquista da cidadania nem pode ainda ser percebida como condição instrumental para o enfrentamento dos novos desafios do sistema produtivo, uma vez que toma por base todo e qualquer nível de remuneração e não os dados de um sentido de emprego formal. Portanto, há de se considerar o papel da educação e sua importância para o rompimento com a lógica neoliberal, assumindo efetivamente o meio de transformação social.

Ou seja, a educação, enquanto processo formativo do homem, não deve pautar-se apenas a serviço da reestruturação do capital, nem deve formalizar-se na concepção de educação e emprego, mas entre educação e trabalho no seu sentido educativo/ontológico, não permitindo que o capital venha conduzir e até mesmo determinar as ações no campo da educação.

Mészáros (2008, p. 67) argumenta que um avanço de uma abordagem à educação e à aprendizagem qualitativamente diferente pode e deve começar “aqui e agora”, se quisermos efetivar as mudanças necessárias no momento oportuno.

Não pode haver uma solução efetiva para a autoalienação do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação. Contudo, não poderia existir uma possibilidade real para isso no passado, devido à subordinação estrutural-hierárquica e à dominação do trabalho.

Gilio (2000, p. 65 *apud* SOUZA, 1987) afirma que há uma íntima relação entre educação e trabalho, sendo que a educação para o trabalho, nas suas mais diferentes manifestações, é sempre indispensável a quem se educa, independentemente da idade, grau ou tipo de escolaridade.

O ponto que se sobressai nesse processo de reconfiguração entre a educação e o trabalho confere novos tratos, por parte do Estado, principalmente nas questões que envolvem a qualificação profissional. Os novos modelos de educação para o trabalho, centrados nas atuais bases científicas e tecnológicas, buscam potencializar as capacidades intelectuais daqueles que pretendem inserir-se no mundo do trabalho tanto quanto no dos trabalhadores já inseridos, e isso exige novos níveis de escolaridade e de qualificação.

Ao final dos anos 1990, na América Latina, somente a educação tradicional não mais assegurava o fortalecimento do capital humano e, por consequência, novas oportunidades. Ainda segundo Gilio (2000), novas instituições e políticas, típicas do padrão de desenvolvimento vigente na região, favoreceram a ampliação da educação privada e, por outro lado, deterioraram a educação pública provocando um aumento da vulnerabilidade dos estudantes de estratos médios e baixos da sociedade mais usuais nessa rede de ensino.

No Brasil, a oferta e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à juventude proporcionaram uma maior relevância no contexto da educação para o trabalho, que passa a reverter a caracterização de bases assistencialistas ou aquelas pautadas na visão de que o jovem era um perigo iminente à sociedade.

Mesmo que não se possa falar da erradicação total do sentido assistencialista das políticas públicas existentes no Brasil, a compreensão do jovem como protagonista da luta pela cidadania tomou certos avanços. Iniciativas estatais passaram a envolver as instituições da sociedade civil e diferentes instâncias de poder, o que também demonstra a adoção de estratégia diferenciada quanto à qualificação profissional.

Abad (2002) afirma que a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e pelos desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto.

De fato, a criação de políticas públicas não ocorre de maneira neutra. Suas configurações, características e princípios norteadores estão diretamente implicados ao contexto sócio-histórico, e nos últimos anos com destaque especial para os princípios neoliberais, que apresentaram grande força nos cenários das políticas sociais brasileiras durante esse período recente da história.

Saviani (2006) afirma que trabalho e educação são atividades especificamente humanas, o que significa dizer que apenas o ser humano trabalha e educa. Questiona assim o autor sobre os fundamentos ontológicos da relação trabalho-educação, trazendo a seguinte questão: quais são as características do ser humano que permitem realizar as ações de trabalhar e de educar? Ou, o que é que está inscrito no ser do homem que lhe possibilita trabalhar e educar?

A globalização, de certa forma, impôs uma mudança significativa no conceito de trabalho, vez que designou o conhecimento do trabalhador como medida de sua empregabilidade. Valoriza a disposição para a capacitação permanente e entende que o aprender é uma mudança comportamental que envolve o perfil requerido como o do trabalhador do século XXI.

Mediante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social. Para Saviani (2006), somente a educação conduzirá a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras. Assim sendo, a educação do século XXI deve estar amparada em um conceito amplo, que permita englobar as diferentes sequências de aprendizagem (educação básica e superior), valorizando, além dos diferentes percursos, a preocupação com a formação cidadã e o sentido do trabalho como diferencial humano. Tais observações são importantes para a compreensão da trajetória de implementação de políticas públicas voltadas à inserção de jovens no mundo do trabalho.

De um modo geral, na análise quanto à formação percebe-se que sua composição está associada a um conjunto de ações articuladas em diferentes dimensões, a exemplo do conjunto de recursos próprios (financeiros e humanos), da vinculação a uma dimensão temporal (vigência), bem como das finalidades específicas na consecução de seus objetivos. Não se reduzem apenas à implantação de serviços, na medida em que compreendem um conjunto de relações as quais articulam o Estado e a sociedade civil na sua organização.

Rua (1998) propõe um entendimento sobre políticas públicas como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Grosso modo, sua característica mais marcante é a presença do poder público na sua definição, no seu acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias.

Quanto à ideia de avaliação, estas são comumente traduzidas no controle dos atos realizados e das funções exercidas pela administração do poder público, o que difere do real sentido da proposição que, em princípio, deve ser posto em prática e realizado desde a sua gênese. Um de seus principais pontos positivos é que esta pode servir como forma de aprimoramento do planejado, de reordenação de objetivos e metas.

Sendo assim, a avaliação das ações governamentais é essencial como forma de análise, e considerações que podem ser feitas sobre um determinado governo. Deve ter por base os princípios da administração pública, servindo como instrumento técnico para mensurar o

atingimento de metas e consecução de objetivos além do desenvolvimento e elaboração de novas estratégias.

Em um enfoque quanto à definição do controle da administração pública, Meirelles (1998, p. 544) afirma:

[...] a palavra controle é de origem francesa e por isso sempre encontrou resistências entre os cultores do vernáculo. Mas, por ser intraduzível e insubstituível no seu significado vulgar ou técnico, incorporou-se definitivamente no nosso idioma, já constando dos modernos dicionários da Língua Portuguesa nas suas várias acepções. E, no direito pátrio, o vocábulo controle, foi introduzido e consagrado por Seabra Fagundes desde a publicação de sua insuperável monografia O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário.

Para o Estado, o controle tem se fundamentado no cumprimento legal. Todas as atividades desenvolvidas e realizadas estão subordinadas à lei e ao interesse público que impõe, além de sua utilidade, sua eficiência.

Assim, quando do trato da avaliação de políticas públicas, além da perspectiva do controle que deve ser exercido, enquanto princípio administrativo, o estabelecimento de indicadores sociais de avaliação deve ser pensado como um ponto a mais no aprimoramento e uma medida além do controle da efetividade⁸ dessas políticas. A efetividade aponta outra dimensão do resultado, os finais, *ex-post*, e relaciona-se com os resultados mais abrangentes da política junto aos setores visados.

Jannuzzi (2005) assevera que a escolha de indicadores sociais para avaliação de políticas públicas depende de suas propriedades e da finalidade a que se destinam. Ademais, devem ainda considerar a complexa matriz que os origina.

O reconhecimento preliminar em torno da relevância da avaliação de políticas públicas de inserção de pessoas no mundo do trabalho é um tema importante, pois estas não podem ser avaliadas apenas pelo número de pessoas beneficiadas diretamente por suas ações.

Assim, a questão norteadora do presente trabalho perpassa pela análise, na perspectiva dos jovens, quanto à sua inserção profissional no mundo do trabalho, por meio das ações educacionais e profissionais desenvolvidas no Programa Jovem Aprendiz, tendo por base a construção do itinerário de vida de jovens participantes e egressos de cursos de formação de aprendizagem.

⁸ Efetividade capacidade do Estado em atender às necessidades da população por meio de políticas públicas. A literatura tem apontado para a noção de efetividade, no uso comum, como simplesmente a capacidade de se promover resultados pretendidos, não necessariamente articulados com as demandas sociais.

Embora esse questionamento apresente desafios conceituais, teóricos e operacionais que afetam as estratégias de investigação, cria também importantes debates acerca do sentido da aprendizagem profissional desenvolvida nos programas de formação e configura a questão central da pesquisa: Os Programas de Formação da Aprendizagem, à luz da Lei 10.097, garantem a formação e a inserção dos jovens no mundo do trabalho?

Desse modo, analisar os cursos de formação de aprendizagem oferecidos no Programa Jovem Aprendiz, por meio da percepção dos participantes do programa – período de 2013-2014 – estabelece também parâmetros de avaliação da política pública, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento educacional e profissional do jovem participante quanto no que se refere à sua inserção no mundo do trabalho após o término do programa.

O processo da pesquisa, certamente, contribuirá para uma melhor compreensão do cenário de inserção e integração social de jovens no mundo do trabalho, bem como no processo de avaliação e adequação às demandas atuais, entendendo-se toda relevância do tema e das especificidades quanto à discussão da educação para e no trabalho.

A implicação com a pesquisa

Nos últimos cinco anos, minha trajetória profissional como educador tem nutrido inúmeros questionamentos, reflexões e discussões sobre o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à formação de pessoas no âmbito da qualificação profissional referenciada na Lei da Aprendizagem 10.097/2000.

O estudo das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho vem me inspirando a planejar e vivenciar uma prática educativa transformadora e participativa, centrada na construção do conhecimento de forma crítica e ativa, com conteúdos vivos, significativos e atualizados.

Concebendo o direito à educação e à informação como fundamentais ao pleno desenvolvimento do ser humano, bem como à construção de uma sociedade democrática e plural, analisar a questão da formação e da qualificação profissional desenvolvido num Programa de Aprendizagem torna-se um importante desafio, pois esses elementos servem de base para um ressignificação do indivíduo perante a sociedade.

Preliminarmente, análises sobre o processo de formação no Programa Jovem Aprendiz apontam para a necessidade de realização de uma pesquisa que vise investigar, com maior aprofundamento, os dados relativos ao desenvolvimento de suas ações e que também discutam

questões relacionadas à adequação dos objetivos propostos com as reais exigências do mundo de trabalho, bem como os eventuais resultados no tocante à inserção profissional e à significativa melhoria de condição social dos participantes. Certamente, isso refletirá os avanços proporcionados nas vidas dos egressos, consubstanciando essa análise na adoção de um modelo de avaliação baseada em indicadores de avaliação específicos de cunho qualitativo.

A relevância dessa pesquisa se configura a partir do destaque de algumas ações efetivadas a partir do Governo Lula (2003), orientadas na perspectiva do atendimento às demandas do segmento jovem, algumas como medida de resolução de antigos problemas educacionais e como estes acabam também por refletir na relação das pessoas com o mundo do trabalho, principalmente nesta nova sociedade.

Na estratégia de mercado capitalista fica evidente que há certa dissolução de formas de trabalho, tanto no âmbito empírico quanto no aspecto conceitual, em diferentes esferas, de forma que, desde a década de 30 do século passado, a aprendizagem, herdada do ofício artesanal e manufatureiro, tem sido substituída gradativamente pelas séries metódicas de produção e disseminação de capital. Os currículos dos cursos de qualificação profissional, nos mais diferentes meios de formação ou nos chamados cursos profissionalizantes, obedecem a essa lógica.

O crescimento industrial nacional, baseado nas ideologias do grande capital internacional, foi adaptando os currículos dos diferentes cursos de formação ao longo de sua história que, por sua vez, foram também concebidos sob os princípios de administração científica, aumentando assim sua produtividade sem grandes investimentos e beneficiando-se com a divisão técnica do trabalho sem uma preocupação formadora do ser humano.

Com base nessa análise, a presente pesquisa se justificativa frente à nova configuração do mundo do trabalho, assim como o aumento do grau de informalidade do mercado no Brasil, no qual se observa um crescimento significativo dos empregos no segmento não organizado, em detrimento daqueles oferecidos pelo setor formal da economia. Em grande parte, os motivos do engrandecimento desse dado residem no fato de que a educação, em especial os cursos de qualificação profissional, podem não estar satisfazendo às reais demandas do mundo do trabalho.

Para Arendt (2008), a concepção cartesiana, vivida na sociedade moderna, deixa em segundo plano o que é humano e, ao renegar o senso comum, o homem contribuiu com o fortalecimento do pensamento capitalista no qual a lógica do mercado isola os homens, colocando a ação no conjunto da vida privada. Nessa perspectiva, Mészáros (2008) afirma que

é necessário romper com a lógica do capital, se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

Tais provocações nos levam a refletir sobre a dinâmica de participação e convivência num Programa de Aprendizagem Profissional, voltado para inserção de jovens no mundo do trabalho, tomando por base os participantes do Programa Petrobras Jovem Aprendiz.

Apple (2006), em sua obra *Ideologia e Currículo*, denuncia a relação entre ideologia, cultura e currículo e o modo como os movimentos políticos hegemônicos e também contra-hegemônicos se constroem e disputam um determinado conhecimento decisivo na construção e manutenção de um dado senso comum com implicações diretas nas políticas sociais, educativas e curriculares, em particular.

Por sua vez, a Constituição Federal (1988) manifesta a necessidade de análise nas políticas públicas, bem como nos direitos sociais existentes no Brasil. Apesar do forte desenvolvimento de programas voltados à inserção de pessoas no mundo do trabalho, o fato é que esses mesmos mecanismos, embora importantes, carecem de uma reflexão crítica, sobretudo no tocante à sua aplicação concreta e aos resultados apresentados. Contudo, observa-se no Brasil a tendência à manutenção e crescimento de avaliações de cunho quantitativo os quais, muitas vezes, não demonstram o atingimento pleno dos objetivos traçados no momento de criação das políticas públicas.

Ainda que a necessidade de verificação e de análise das políticas públicas se apresente como um instrumento comum e necessário, evidenciado inclusive nos mecanismos jurídicos normativos, torna-se um dos principais desafios a sua satisfação plena. E, ainda, resta como problema fundamental a constatação de que as diversas metodologias de avaliação criadas pelo Estado não parecem ser suficientes para aferição da qualidade, em razão do que são demandadas novas experiências avaliativas.

Com esse entendimento, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar – à luz dos depoimentos dos participantes e dos egressos do Programa de Jovem Aprendiz, no estado da Bahia⁹ – qual o sentido da inclusão profissional oferecido pelo programa e estabelecer o itinerário de vida de participantes dos cursos de formação de aprendizagem, período 2013-2014, no que se refere ao seu desenvolvimento educacional, profissional e sua inserção no mundo do trabalho.

⁹ A pesquisa foi realizada com 12 (doze) jovens residentes na cidade de Catu e Pojuca. A justificativa para essa escolha encontra-se na Metodologia da pesquisa.

Diante do desafio de buscar, também, a análise dos resultados dessa Política Pública, é oportuno o desenvolvimento do tema proposto, de forma a contribuir com a melhoria do Programa Jovem Aprendiz, a partir do estabelecimento do itinerário de vida dos aprendizes, participantes de programas de aprendizagem profissional e a sua inserção no mundo do trabalho, dificuldades, desafios, erros e acertos.

O referencial teórico que apoia a construção desse itinerário pauta-se na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, que em sua gênese pressupõe a natureza social da aprendizagem. Ou seja, o autor acredita que, por meio das interações sociais, o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores que se caracterizam pelos mecanismos psicológicos complexos, próprios dos seres humanos, como a atenção voluntária, a memória lógica, as ações conscientes, o comportamento intencional e o pensamento abstrato, sendo que o desenvolvimento é considerado como um processo dialético complexo caracterizado por inúmeras transformações qualitativas, metamorfoses, imbricamento de fatores internos e externos e processos adaptativos que superam os impedimentos que a pessoa encontra.

A teoria ainda concebe o homem como ativo, social e histórico; e a sociedade, como produção histórica dos homens por meio do trabalho e das experiências vividas no contexto social, constituintes da subjetividade, o que justifica a sua abordagem teórica no momento da construção do itinerário de vida dos participantes e dos egressos do Programa Jovem Aprendiz.

Para o desenvolvimento efetivo da pesquisa, primeiramente fez-se uma análise conceitual a respeito do neoliberalismo e sua influência no mundo do trabalho e na educação, na percepção de que este tem, cada vez mais, tomado significativo espaço de análise na abordagem da compreensão dos avanços das forças produtivas, do taylorismo-fordismo e suas implicações nos modelos de formação e qualificação profissional que são adotados pelo mundo do trabalho, bem como a sua influência na elaboração e implementação de políticas públicas.

Outro aspecto abordado no trabalho diz respeito aos diferentes conceitos quanto à definição de políticas públicas e à importância da adoção de critérios de avaliação dessas políticas, como medida de efetividade das ações desenvolvidas pelo Estado. Discute-se especificamente a importância da chamada Lei da Aprendizagem, Lei n. 10.097/2000, como mecanismo de inserção de jovens no mundo do trabalho, as diferentes conceituações de juventude e as especificidades do Programa Jovem Aprendiz.

Nessa perspectiva, torna-se importante destacar que as escolhas teóricas tiveram relevância decisiva na definição do objeto de pesquisa, assim como na proposta de elaboração do itinerário de vida dos participantes e egressos do Programa Jovem Aprendiz, cuja referência teórica proposta é a Teoria Histórico Cultural de Vygotsky.

Quanto à definição metodológica, a pesquisa baseou-se num estudo de caso, de caráter exploratório com abordagem qualitativa, tendo como população pesquisada 12 (doze) jovens residentes nas cidades de Catu e Pojuca, participantes e egressos de programas de formação de aprendizagem desenvolvidos pelo Centro de Capacitação e Treinamento/ Unidade Pojuca, da Fundação José Carvalho (FJC), entidade sem fins lucrativos que trabalha efetivamente com educação e desenvolve Programas de Aprendizagem Profissional à luz da Lei n. 10.097/2000.

A coleta de dados, atendendo a proposição metodológica foi dividida em 02 momentos: um primeiro momento que correspondeu à aplicação de entrevistas teste e um segundo momento, que se configura na realização de entrevistas semi-estruturadas com transcrição literal das respostas. Ressalta-se que a análise dos dados considerou o olhar do jovem quanto ao Programa Jovem Aprendiz que está ou esteve vinculado, definindo assim o seu momento histórico e cultural, bem como sua compreensão a respeito dos impactos significativos em sua vida e que eles acreditam que tenham sido proporcionados a partir da participação no Programa e a análise de sua inserção no mundo do trabalho, erros e acertos.

Na busca pelo atendimento pleno dos objetivos da pesquisa, assim como para melhor abordagem da importância e relevância do estudo, o presente trabalho foi estruturado em 05 capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, tendo como proposição central realizar uma análise acerca do neoliberalismo e sua influência na definição das políticas públicas voltadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho, visa contextualizar o ambiente político brasileiro no qual se elaborou e implementou a Lei n. 10.097/2000, Lei da Aprendizagem, e também discutir as novas demandas de formação profissional.

O segundo capítulo aborda as diferentes ideias e definições no que concerne a políticas públicas, assim como a importância da avaliação dessas políticas como medida de controle efetivo por parte da sociedade.

O terceiro capítulo, dando continuidade à abordagem anterior, dedica-se a discutir a Lei da Aprendizagem como exemplo de política pública de inserção de pessoas no mundo do trabalho, analisa também os diferentes conceitos acerca da juventude evidenciando o cenário em que foram definidas as recentes atuações do Estado, a qualificação profissional como medida de resolução de problemas relativos à inserção do jovem no mundo do trabalho e, especificamente, o Programa Jovem Aprendiz com suas características e diferentes proposições.

O quarto capítulo trata da descrição aprofundada a respeito da escolha metodológica, os aspectos em que concentrou-se a realização do trabalho de campo bem como a abordagem realizada, o lócus da pesquisa e a principais caracterizações dos indivíduos selecionados.

No quinto capítulo concentram-se as informações relativas ao tratamento e à análise dos dados colhidos, as conclusões e considerações advindas da realização da pesquisa, a apresentação do perfil dos jovens, assim como a discussão quanto aos objetivos propostos e os dados obtidos, apresentação das considerações dos participantes e egressos do Programa Jovem Aprendiz, período de 2013-2014.

CAPÍTULO I – O NEOLIBERALISMO, SUA INFLUÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO NO MUNDO MODERNO

Discutir o atual conjunto de mudanças no mundo do trabalho, quanto à inserção das pessoas, suas relações com esse universo e até mesmo no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades, implica prioritariamente analisar algumas das mudanças ocorridas no âmbito da economia mundial e as influências decorrentes destas, tanto no contexto das relações sociais, quanto no sentido da relação da educação para e no trabalho. Toda essa análise se justifica pelo fato de que o momento atual é fortemente caracterizado por altos índices de precarização do trabalho e por forte ênfase na flexibilidade, fatos que tem proporcionado mudanças no próprio significado do trabalho.

A crise econômica e social vivenciada numa escala mundo, durante os anos 1970, teve como uma de suas principais consequências a reconfiguração dos modelos de produção econômicos até então vigentes os quais, por sua vez também influenciaram significativamente a condução e elaboração de políticas públicas de cunho social.

No âmbito interno, é importante considerar que nesse mesmo período as transformações políticas, econômicas e sociais impulsionaram o papel do Estado no Brasil e, conseqüentemente, a formulação de todo um conjunto de políticas públicas.

Nesse entendimento, dois aspectos tornam-se pontos iniciais de discussão dessa pesquisa: o primeiro, baseado na concordância com Saviani (2002), quando afirma não ser possível compreendermos radicalmente a história da sociedade contemporânea e a história da educação sem entendermos o movimento do capital; o segundo, centra-se na tentativa de percebermos as implicações das políticas públicas nas transformações do mundo do trabalho, de modo que isso nos permita apreendermos elementos mais sólidos para a compreensão da educação e da qualificação profissional no atual momento histórico.

A despeito das mudanças nos modos de produção capitalistas, Harvey (2013) aponta que os sinais e marcas dessas modificações se refletem mais significativamente nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo, nas configurações geográficas e geopolíticas, assim como nos poderes e práticas do Estado. O que corrobora a necessidade de análise do mundo do trabalho na atualidade e em particular os meios de inserção de jovens através de políticas públicas.

Uma vez que o mundo moderno é caracterizado por uma sociedade pautada na produção e que baseia-se em função de crescentes lucros que permanece como princípio organizador básico da vida econômica.

O conjunto das transformações, ocorridas principalmente na estrutura produtiva do capitalismo, em sua materialidade, bem como em seu campo político, ideológico e em seu ideário, orientaram a adoção de ações práticas e concretas por parte do Estado frente à acentuação de uma lógica de renovação, que é própria do sistema capitalista. Historicamente as sucessivas crises vividas pelo capitalismo fizeram com que ele auto impusesse um amplo processo de reestruturação o qual visava buscar a recuperação de seu ciclo de reprodução. Tal fato afetou fortemente o mundo do trabalho e exigiu do Estado a criação de políticas públicas que visaram corrigir as questões estruturais relativas à inserção e à permanência de pessoas no mundo do trabalho. A acentuação dessa lógica se reconhece sob aspectos fundamentais que ocorreram principalmente no século passado e que influenciaram significativamente o papel do Estado.

A ascensão do fordismo e, posteriormente, da denominada acumulação flexível fortaleceu os princípios ideológicos do pensamento neoliberal que se assegurou como um novo aspecto do capitalismo, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Importante considerar que à medida que ocorreram todas essas mudanças no modelo capitalista, também se verificou significativos aumentos dos investimentos em educação e formação profissional, estratégia que pode ser considerada de suma importância para manutenção de empregos.

Diante dessas considerações iniciais, os modelos de produção capitalistas tornam-se pontos de análise imprescindíveis, quando se discute a relação entre a educação e o trabalho na atualidade. Ou seja, analisar o mundo do trabalho pressupõe, também, analisar os aspectos relacionados à influência neoliberal na atualidade, tendo por base o objetivo de subsidiar a percepção da importância da educação como meio de preparo para o exercício da cidadania e de qualificação para o trabalho, bem como o papel do Estado como grande instituidor.

A princípio, para satisfação do objetivo aqui proposto e tomando por base Harvey (2013) e seu pensamento quanto ao fordismo e sua implicação quanto ao papel do Estado, aponta que o mesmo estabeleceu-se como efeito de inúmeras decisões que envolveram tanto a esfera pública quanto a privada, muitas dessas surgidas como respostas às tendências de crise do capitalismo, particularmente a vivenciada na Grande Depressão dos anos 1930.

Uma análise do comportamento do homem, quanto às relações de trabalho na sociedade fordista, leva a uma consideração de que, enquanto sistema de produção, serviu para lançamento das bases para que se determinasse uma forma de racionalização a qual definiu todo um modo

de vida, que demandou um novo tipo de homem e de trabalhador e que se estabeleceu em conformidade com o tipo de trabalho e de processo produtivo vigente. Dessa forma, esse novo tipo humano configurou-se no processo como sendo uma “mão de obra” estável, um conjunto humano (o trabalho coletivo), uma máquina que não devia desmontar nem avariar demasiadas vezes nas suas peças individuais.

De certo, esse estabelecimento não deu apenas surgimento a um novo padrão de relações de trabalho. Ainda segundo Harvey (2013), o próprio Ford acreditava que um novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada do poder corporativo que também serviria como regulamentação da economia como um todo e, conseqüentemente, da sociedade.

A sociedade, nessa concepção, era presumida a partir de um sistema que envolvia fabricação e consumo em massa, em quantidades cada vez maiores, sendo esta uma das principais características do fordismo e que o diferencia das ideias de Taylor¹⁰. O que se coloca nesta análise é que o reconhecimento explícito de que produção em massa significou um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, em suma, um novo tipo de sociedade que se caracterizava por ser racionalizada, modernista e populista.

Muito além do que um modo de organização social e econômico, o fordismo significou também uma influência que estabeleceu um novo estilo de vida, cuja expansão dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista, dentre eles o Estado.

As análises e os inúmeros debates sobre o período de ascensão fordista reforçam o fato de que o sistema, assim como o papel do Estado, tem mudado significativamente ao longo dos tempos e que um dos pilares dessa argumentação e que também implica diretamente na educação, é que uma força de trabalho educada e qualificada é condição importante para o bom funcionamento do sistema na sua totalidade.

Harvey (2013) aponta que a excessiva racionalização do processo de trabalho, a necessidade de planejamento em larga escala, os temores capitalistas quanto ao controle centralizado e as confusões entre práticas ideológicas impediram a disseminação do fordismo no período entre as duas grandes guerras do século XX. Cita ainda que, por parte do trabalhador,

¹⁰ Frederick Winslow Taylor – Engenheiro Norte Americano que 1911 publicou o Livro *Princípios da Administração Científica*, em que preconiza a racionalização do trabalho operário que deveria ser logicamente acompanhado de uma estruturação geral da empresa assegurando o máximo de prosperidade para o patrão e empregado. Fonte: AMARU, Maximiliano A. César. *Introdução à Administração*. 6. Ed. SP: Atlas, 2004.

a não aceitação de um sistema de produção fortemente rotinizado implicou essa não disseminação, levando à crise do modelo. Ressalta-se que os modos e mecanismos de intervenção estatais na economia configuraram-se, também, como fatores inibidores.

Com relação a esses fatos, Harvey (2013, p. 123) também aborda as dificuldades, de capitalistas e trabalhadores, em recusarem racionalizações que melhorassem a eficiência do trabalho:

Houve, ao que parece, dois principais impedimentos à disseminação do fordismo nos anos entre-guerras. Para começar, o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo.

Baseado nesse cenário, o colapso do fordismo não se resumiu apenas ao padrão de acumulação do capital, visto que ele anunciou uma ruptura em todo modo de organização social vigente, fazendo surgir daí um novo período econômico e social no capitalismo.

Ainda para Harvey (2013), o Estado, no período pós-guerra, assumia uma variedade de obrigações, na medida em que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa.

Entretanto, nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, existindo insatisfações sociais mesmo no apogeu do sistema. As diferenças sociais decorrentes e intensificadas pelas relações existentes no âmbito do trabalho causaram o aparecimento de sérias tensões sociais por parte dos excluídos. As relações de raça, gênero, origem étnica determinavam o acesso ou não ao emprego privilegiado, e os sindicatos eram forçados a responder a insatisfações das bases.

Harvey (2013) aponta que a legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso.

O Estado aguentava a carga de um crescente descontentamento, que às vezes culminava em desordens civis por parte dos excluídos. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. (HARVEY, 2013, p. 133)

Percebe-se que, no apogeu fordista, as ações governamentais levaram à viabilidade do ideal do Estado do bem-estar social, cujo pensamento, de certa forma, influenciou a implementação de políticas públicas alinhadas ao poder econômico das grandes organizações privadas. Mesmo a despeito das dificuldades na continuidade do consumo de massa, o regime fordista manteve-se firme até os anos 1970, assim favorecendo as ações dos sindicatos e os benefícios da produção em massa que influenciaram os padrões de vida material e os lucros das grandes organizações.

Mesmo tendo sido amplamente disseminado no sistema capitalista, à medida que atingiu seus objetivos, no que se refere à quantidade e ao acesso aos bens produzidos, gerou também altas taxas de exclusão de pessoas, fato que acarretou, no decorrer do tempo, perdas no acúmulo de riquezas. A partir do ano de 1973, o cenário econômico mundial, influenciado por sucessivas recessões econômicas, dá início a um novo modelo de produção que também influencia significativamente as relações de trabalho e que foi denominado de acumulação flexível.

Essa mudança constitui-se, numa evolução de um pensamento moderno para um pós-moderno, e acabou por possibilitar o surgimento de uma maneira nova de enxergar a acumulação capitalista, que se tornou flexibilizada na produção. Nesse modo, o processo de acumulação transforma-se, assume a posição de acumulação flexível, que é resultante da modificação de todo processo produtivo e se caracteriza por um enfrentamento à rigidez do sistema fordista percebida no mundo do trabalho por meio dos contratos de trabalho.

Conforme explicita Harvey (2013), esse novo modelo conta, porém, com altas doses de direcionamento econômico na sociedade capitalista moderna, seja por parte de empresas e conglomerados líderes do mercado, seja por organismos econômicos, financeiros e políticos nacionais e internacionais. Nesse sentido, no que diz respeito aos compromissos do Estado, estes foram intensificados à medida que programas de assistência social aumentaram, devido à pressão de grupos que, de certa forma, pretendiam manter a legitimidade estatal.

As transformações decorrentes da acumulação flexível no campo industrial e social, apoiam-se principalmente na flexibilidade dos processos de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo. Esse conjunto de mudanças, ao passo que influenciou o surgimento de um novo perfil de trabalhador, voltado à realização de múltiplas tarefas, no campo da qualificação profissional estabeleceu um novo padrão de educação que implicou na implementação de programas de aprendizagem desenvolvidos no ambiente do trabalho.

Tais fatos influenciaram a formação de um novo modelo de sociedade, mais flexível, e que implicou também na necessidade de transformação do modelo educacional vigente, que se sustentava no objetivo de formar indivíduos para sobreviver nessa nova fase do capitalismo.

Considerando a evidência de que as constantes oscilações nas economias capitalistas estão, em certa medida, associadas à mudança política, é passível de afirmação que modificações no perfil do trabalhador, positivas ou negativas, são como reflexos do desenvolvimento assim como da retração e até estagnação econômica em uma determinada sociedade. Assegura-se que, entre os vários aspectos de uma transformação social, o trabalho e a educação têm importância significativa, principalmente quando encarados como condição necessária, embora não única, para viabilizar estratégias de inovação e padrão de competitividade econômico.

Para esse novo modelo produtivo do capitalismo, a educação deveria também contribuir na formação de pessoas com perfil crítico, tornando-as capazes de participar e transformar a sociedade e o mundo. Fez-se necessário uma formação ampla, capaz de torná-las aptas à tomada de decisões e envolvidas na junção das dimensões profissional e cidadã. Mas, o que de fato se observou foi a instituição de novas formas de controle sobre antigas práticas do capital.

Considerando a sociedade atual um resultado de sucessivas revoluções no sistema capitalista que, inclusive, implicaram mudanças nos processos de produção e nas relações de trabalho e que, por consequência, transformaram a vida social, percebe-se que as mudanças nas exigências do perfil do trabalho têm levado às pessoas a dedicar-se a atividades que cada vez mais requerem um perfil especializado.

Gil (2011) ressalta que as atividades profissionais relacionam-se fortemente à vida social. Por essa razão, a preparação para o trabalho torna-se importante elemento do processo de socialização.

Atualmente, a terceira revolução industrial, ainda vigente, tem também conduzido a economia e a sociedade por um conjunto de transformações que passam também na ordem política e econômica em aspectos mundiais e que apresenta consequências e mudanças no papel do Estado como instituidor de políticas públicas.

1.2 O NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS FORMULAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E NO MUNDO DO TRABALHO

No Brasil, a crise fordista e o processo de acumulação flexível foram vivenciados num momento histórico em que as questões políticas existentes no país influenciaram decisivamente no modelo de educação. As altas taxas de juros, os crescentes índices de inflação e os problemas econômicos representaram uma significativa influência na questão da definição das políticas públicas e, sobremaneira, nas relacionadas à educação.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, há uma redefinição das expectativas sociais e um apelo a mudanças estruturais na sociedade, principalmente quanto à execução plena dos direitos inscritos na Carta Magna. Esse momento influenciou decisivamente a formação de políticas públicas voltadas tanto aos sistemas de educação propriamente ditos quanto ao estabelecimento daquelas destinadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho.

Questões relacionadas à vulnerabilidade social, verificada também no público jovem, tornaram-se um dos eixos que justificaram a adoção de políticas públicas específicas a esse público. A realidade quanto à inserção e à permanência do jovem no mundo do trabalho demandaram intervenções que foram respondidas pelo governo federal por meio do aumento do investimento em políticas para a juventude.

O ano de 2004 foi marcado pela organização de um Grupo Interministerial composto por dezenove Ministérios, Secretarias e Órgãos Técnicos especializados, tendo como finalidade identificar os programas governamentais específicos para os jovens, diagnosticar a realidade juvenil brasileira e elaborar uma proposição de política nacional para a juventude. No ano seguinte, é sancionada a Lei Federal nº 11.129/2005¹¹, que, no âmbito de sua competência, institui a Secretaria Nacional de Juventude, tendo por finalidade monitorar e articular as políticas de juventude, Ademais, criou-se o Conselho Nacional de Juventude, que objetivava propor diretrizes governamentais, realizar estudos com a população jovem e assessorar a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovem (ProJovem).

Ainda em 2005 foi publicada a Convenção Ibero-americana de Direitos dos Jovens, que afirmava a necessidade de os jovens possuírem bases jurídicas que reconheçam, garantam e protejam os seus direitos, e também o reconhecimento desse grupo como indivíduos com direitos, atores estratégicos no desenvolvimento e pessoas capazes de exercer, responsabilmente, os direitos e liberdades afirmados na Constituição, a saber: a educação, o emprego, a saúde, o meio ambiente, a participação na vida social e política e a tomada de decisão, a tutela judicial efetiva, a informação, a família, a habitação, o desporto, o lazer e a cultura em geral.

Em 2009 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou o relatório Trabalho Decente (ou Trabalho Digno) e juventude, documento voltado para os Jovens da América

¹¹ Lei nº 11.129/2005- Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM; Cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2005, e 10.429 de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Fonte: <http://www2.camara.leg.br>; acesso em 25/02/2015 às 11:30.

Latina, construído a partir da iniciativa de vários países, no intuito de pôr em prática as políticas de empregabilidade para jovens descritas na Declaração da ONU.

Para Crispim e Godoy (2010), a Política Nacional de Juventude estava profundamente implicada com a dívida social apresentada pelo País a esses jovens em situação de vulnerabilidade. Isso justificava o fato de a qualificação profissional e a aceleração nos níveis de escolaridade aparecerem como ações emergenciais e compensatórias aos jovens de baixa renda que não tiveram acesso à educação básica de qualidade e significaram o reconhecimento da juventude como grupo social possuidor de interesses e necessidades próprias, representando um importante passo na construção das políticas públicas voltadas a essa categoria e na abertura do diálogo com a sociedade civil.

Contudo, é válido analisar o contexto de formação da política neoliberal que ganhou força a partir do final do século XX, tanto nos países centrais¹² quanto nos periféricos, a exemplo do Brasil, e influenciou decisivamente a elaboração e a implementação políticas públicas brasileiras nos mais diversos campos.

Harvey (2013) explana que, devido a circunstâncias históricas, o liberalismo difere do neoliberalismo em princípios e formas. Enquanto o primeiro surge num contexto de inovação e em contraposição a uma ordem política vigente, em que o poder central era constituído nas mãos de apenas uma figura que detinha todas as possibilidades de intervenção, o segundo foi construído como uma oposição a uma forma de Estado capitalista e não contra o sistema propriamente. É, por assim dizer, uma reação a uma configuração existente e não uma proposição de um novo modelo. O conjunto de suas ações não tem por princípio a resolução das desigualdades existentes no sistema capitalista; de outro modo, configura-se pela recusa em aceitar o exercício ativo por parte do Estado.

No campo das relações de trabalho, isso tem se apresentado por meio do processo de exclusão de trabalhadores que, a exemplo da classificação, “não qualificado”, não são aceitos

¹² O conceito de País Central é utilizado para descrever os países que têm alto nível de desenvolvimento econômico e social, tomando como base alguns critérios. Um dos critérios utilizados para essa classificação é a renda per capita e o valor do produto interno bruto *per capita* de cada país, além do critério econômico, a industrialização. Os países onde os setores, terciário e quaternário da indústria predominam na economia são aqueles considerados desenvolvidos.

Mais recentemente, uma outra medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), começou a ser utilizado. O IDH mede três dimensões: **riqueza, educação e esperança média de vida** e é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma determinada população. Os países desenvolvidos geralmente são os que apresentam IDH elevado. Países que não entram em tais definições são classificados como países em emergentes ou periféricos. (Grifo nosso)

Fonte: <http://geografialeonardo.wordpress.com/2012/11/27/paises-centrais-emergentes-e-perifericos/>.

em postos de empregos formais, assim como se verifica também a intensificação de práticas que têm como consequência a precarização das relações de trabalho.

Nesse particular, Alves (2007, p. 31) declara:

O capital é um modo de controle do metabolismo social que instaura formas históricas de intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si *qualitativamente novas*, radicalmente incomparáveis com outros antecedentes históricos de controle sócio-metabólico. O modo de operação do sistema do capital que constituiu o “Ocidente” como a primeira civilização planetária, alterou, e é isso que queremos destacar neste capítulo, não apenas a relação dos homens entre si, ou do homem com a natureza, mas do homem com sua própria atividade sócio-produtiva, o *trabalho*.

De todo esse processo vivenciado nos últimos anos, têm emergido novos paradigmas quanto à profissionalização e ao desempenho profissional, bem como novas demandas de qualificação e requalificação para os trabalhadores. De fato, esse momento se caracteriza não apenas pela exigência das chamadas competências técnicas, mas também pela necessidade de flexibilidade de iniciativa e pelo envolvimento constante em diferentes processos de qualificação para o trabalho. Para satisfação dos mínimos requisitos exigidos na ocupação de pessoas no mundo do trabalho, torna-se necessário então investir na formação, no estudo continuado, na requalificação dos trabalhadores.

Nesse entendimento, Alves (2007, p. 31) afirma que:

É com o modo de produção capitalista que o processo de trabalho torna-se *pressuposto negado*, em si e para si, do processo de valorização. É nessa perspectiva que, um dos grandes legados científicos de Karl Marx *não* foi apenas descobrir e desenvolver em sua obra clássica “O Capital - Crítica da Economia Política”, uma *teoria da exploração*, com a apresentação da categoria de mais-valia e de todo o mecanismo de produção do capital, mas, principalmente, sugerir, no *corpus* teórico desta empreitada crítica, uma *teoria do estranhamento*, base fundamental da produção do capital.

Especificamente a partir da segunda metade do século XX, na década de 80, o neoliberalismo ganha efetividade e reconhecimento, principalmente devido ao crescimento dos níveis concorrenciais entre as empresas e até mesmo países, assim como pelo capitalismo que, por sua vez, consolidava-se como sistema e desfrutava de maior liberdade para determinar as regras do jogo econômico em escala mundial. Assim, o sentido representativo do fortalecimento da liberdade do capital, da nova ordem econômica influencia a sociedade como um todo, estando vigente até os dias de hoje.

Assim, historicamente foi percebida, na formação da sociedade liberal, a clara posição contra a participação do Estado em qualquer atividade da sociedade e que ficou expressa na centralização do indivíduo como mola mestra das atividades econômicas e sociais, tornando-o elemento de fundamental importância, cuja iniciativa e ação não poderiam ser contrariadas pelo Estado. Esse modelo evidencia-se mais uma vez nesse período, que é caracterizado por uma reconfiguração, principalmente de ordem econômica, mas que influencia diretamente as relações entre trabalho e educação.

Enquanto na concepção liberal o interesse geral da sociedade seria compatibilizado e harmonizado por meio da ação da “mão invisível”¹³ que, com a livre concorrência seria preservada em detrimento ao pensamento individual, no pensamento neoliberal a doutrina possui caráter funcional. Nessa perspectiva, se ajusta e legitima as políticas públicas que favorecem e fortalecem o capital, também nas suas correlações com as instâncias do trabalho em todo o conjunto de atividades da sociedade.

Ainda que, em tese, o neoliberalismo pregue a não aceitação de fortes intervenções por parte do Estado, esta é na verdade a questão mais indicativa de redirecionamento e adaptação da ideologia capitalista que enxerga as relações sociais impulsionadas por suas concepções e princípios. Sob essa ótica, o sistema é visto como uma ordem natural em que o individualismo tem papel preponderante, em que o mercado é o grande regulador econômico e as ações governamentais devem ser pautadas nas decisões desse mercado.

O liberalismo surgiu num momento de expansão de um novo modo de produção, de uma nova ordem social que se expressava além da ordem econômica, assim como num sentido religioso, social e político. O neoliberalismo, por sua vez, nasce como uma forma assumida pelo resgate a um capitalismo, como uma reação à sua forma assumida no período histórico, pós Segunda Guerra Mundial, período no qual a inclusão de massas de trabalhadores deu-se necessária para a manutenção das economias mundiais.

Durante os anos 1970, o total esgotamento do modelo de produção fordista e posteriormente a crise na acumulação flexível proporcionam o reforço do neoliberalismo como uma doutrina atual, pautando o mercado sem a intervenção estatal e acelerando a competição

¹³ Adam Smith, considerado o formulador da teoria econômica, adotava uma atitude liberal, apoiava o não intervencionismo, pois, acreditava que este prejudicaria explicita em seu livro intitulado, *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776), que a “mão invisível” não funcionaria adequadamente se houvessem impedimentos ao livre comércio. Era, portanto, um forte oponente aos altos impostos e às intervenções do governo, que afirmava resultar em uma economia menos eficiente, e assim fazendo gerar menos riqueza. Este conceito de “mão invisível” foi baseado em uma expressão francesa, “laissez faire”, que significa que o governo deveria deixar o mercado e os indivíduos livres para lidar com seus próprios assuntos.

entre as economias e também sobre os trabalhadores. Uma das características principais desse período é evidenciada nas economias por meio das taxas de inflação registradas, pela elevação do déficit público e pelos crescentes aumentos do desemprego.

O capitalismo existente no período que antecede a crise vivenciada nos anos 1970 era caracterizado por uma base construída por intermédio de políticas públicas macroeconômicas que levavam o Estado a aumentar ou diminuir seus gastos em função dos resultados econômicos, dos benefícios sociais, do pacto social entre o capital e o trabalho, assim como pelo advento do chamado do estado do bem estar social¹⁴. Ou seja, caracterizava-se por uma forma de organização da sociedade que acarretava na inclusão, ao seu modo, de grande parcela da população, sem que, contudo, houvesse uma implicação significativa nas relações de trabalho. Evidencia-se o colapso econômico, devido à baixa produtividade e pela enorme dependência das populações assistidas que passam cada vez mais a depender desse Estado.

Toda a crise econômica que ocorre nos anos 1970 decorre principalmente das crises nos modelos de produção; e quanto às relações de trabalho, caracteriza-se pelo desinteresse no processo de trabalho com conseqüente exigência de novos modelos. A reestruturação produtiva se desenrola essencialmente na esfera econômica, mas diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho, o que traz desdobramentos diretamente nas relações da educação para e no trabalho.

A palavra de ordem nesse momento é caracterizada pela cultura da flexibilização das relações de trabalho e pela iniciativa de uma maior necessidade de capacitação dos trabalhadores. Ainda no que diz respeito ao mundo do trabalho, a busca pela flexibilidade exige relações de trabalho pautadas na livre negociação sem a regulação do Estado, nas terceirizações, na diminuição dos custos de contratação e na redução efetiva das pessoas.

A doutrina neoliberal, no que se relaciona às questões que envolvem a educação, tem demonstrado interesse em percebê-la como um meio de ganho, relegando o caráter de que esta pertence principalmente ao campo social e político, proporcionando a visão de que se trata também de uma relação de consumo, em que a educação tem sido vista como negócio.

Alves (2007, p.32) esclarece que as determinações sociais advindas desse momento possuem grande importância na análise da relação capital e trabalho e afirma:

¹⁴ Estado do Bem Estar Social é conhecido por sua denominação em inglês, *Welfare State*. Designa o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Todos estes tipos de serviços assistenciais são de caráter público e reconhecido como direitos sociais. O que distingue o Estado do Bem-estar de outros tipos de Estado assistencial é o fato dos serviços prestados serem considerados direitos dos cidadãos.

Estas determinações sociais de novo tipo, inscritas na teoria do estranhamento, são da mais alta relevância histórico-ontológica. Elas alteram não apenas a forma de ser, mas a própria natureza do processo do trabalho e das múltiplas significações vinculadas originalmente a ele (por exemplo, a questão da qualificação profissional, o problema da ciência e da tecnologia).

Ainda para Alves (2007), houve uma perda por parte do trabalho, pela primeira vez, do seu lugar como agente social ativo do processo de produção tornando-se mero intermediário subsumido à máquina. Todo o século XX se caracteriza pelo processo de modernização que é, em sua forma sintética, o processo de *passagem da subsunção formal para a subsunção real* do trabalho ao capital.

Nesse entendimento, o interesse neoliberal tem configurado cada vez mais a educação com objetivos delineados à preparação para o trabalho e ao desejo de qualificação apto à competição. Os sentidos de rompimento das relações de trabalho como algo inerente ao ser humano tornam-se ainda mais evidentes; a definição de comunidade não prevalece frente ao de sociedade, e esse rompimento traz a marca, conforme as afirmações de estratificação de classes.

Apple (2006), ao se referir quanto às questões que considera principais em termos de política educacional, traz a seguinte afirmação:

O primeiro grupo é o que chamamos neoliberais. São modernizadores econômicos que querem centrar a política educacional na economia, em objetivos de desempenho com base na conexão mais íntima entre a escola e o trabalho remunerado. Quero enfatizar aqui a palavra “remunerado”, porque essas pessoas tem uma visão muito patriarcal da força de trabalho. Elas tendem a não pensar sobre quem faz o trabalho não remunerado nesta sociedade - em geral, as mulheres. Os modernizadores econômicos estão, via de regra, em posição de liderança neste novo bloco. Vêm as escolas como algo conectado ao mercado de trabalho, especialmente ao mercado capitalista global e às necessidades de mão de obra e aos processos desse mercado. (APPLE, 2006, p. 242-243).

Mészáros (2009), fazendo uma alusão às teorias centradas no capital, cita que a preocupação fundamental dessas teorias assume formas cada vez mais manipuladoras e tecnocráticas. Como resultado disso, a própria ideia da escolha humana torna-se extremamente problemática, a ponto de tornar-se quase desprovida de sentido completo.

A educação centrada na concepção industrial traz consigo a exigência da generalização da escola; o conhecimento pauta-se numa potência material e, por conseguinte, é necessário criar imposições para atribuir à escola um sentido generalista, de modo que o saber torne-se força produtiva.

No sentido da relação entre capital e trabalho, a hegemonia do pensamento neoliberal impacta de forma bastante significativa esse campo, a ponto de provocar não somente a precarização das relações de trabalho, mas também de fazer surgirem índices como o desemprego estrutural que no Brasil atinge diversos grupos sociais, principalmente as mulheres, os jovens e os negros. Cria-se ainda o fenômeno do subemprego, o trabalho em tempo parcial, o temporário e o grupo dos sub-remunerados caracterizados principalmente pela exclusão de garantias sociais e trabalhistas mínimas aos trabalhadores.

Torna-se bastante evidente que o pensamento neoliberal buscou desenvolver uma aprendizagem voltada à produtividade flexível, conforme explicita Antunes (2005):

[...] novos processos de trabalho emergiram onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado”. (ANTUNES, 2005, p. 24).

Ou seja, o campo da educação também se organizou para responder às demandas neoliberais, sem, contudo, haver pensamento de formação cidadã. Há formação para o mundo do trabalho, e no campo das políticas públicas isso se fortaleceu a partir da regulamentação da educação profissional, formulada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96).

No conjunto das políticas públicas criadas sob essa concepção, no que diz respeito à educação básica e profissional, tem se processado por meio de programas contingenciais, a exemplo destes: Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Inclusão de Jovens (PROJOVEM); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), todos no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e; PROGRAMA JOVEM APRENDIZ, de competência exclusiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o qual é objeto principal desta dissertação.

Em meio a essa nova conjuntura, no ano de 2000, foi sancionada a Lei Federal nº 10.097, “Lei da Aprendizagem”, que mantém conceitualmente o sentido da aprendizagem, em caráter ainda metódico e industrial como estratégia pedagógica para o aprendizado, baseada nos novos modos de produção.

No conjunto de inovações, proporcionadas pela sanção da Lei, ressalta-se a busca pela inserção do jovem no mundo do trabalho, sob a condição de aprendiz, a garantia de todos os direitos trabalhistas, a remuneração fixada no salário mínimo/hora e o Ensino Fundamental completo como condição primordial para participação em programas de aprendizagem. É

também estabelecida a existência de um contrato de trabalho com duração mínima de 1 ano e máxima de 2 anos, cabendo ao Sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT E SESCOOP), às escolas técnicas e às ONGs o desenvolvimento dos cursos de aprendizagem. Ressalta-se que apenas as empresas de médio e grande porte foram obrigadas a contratar o trabalhador aprendiz.

Contudo, as ações e realizações desses programas podem não representar, de fato, a inserção no mundo do trabalho, haja vista que não há garantia real do trabalho, principalmente porque a própria doutrina neoliberal não concebe essa intervenção por parte do Estado; ao contrário, visa antes de tudo a flexibilização das relações de trabalho, a caracterização do espírito empreendedor pautado na livre iniciativa em detrimento da realização de políticas de cunho estrutural.

As concepções teóricas dos princípios neoliberais são evidentes no que diz respeito ao modelo de política pública adotado no Brasil, deixando claro, inclusive na adoção das políticas de educação profissional, que as medidas e o próprio campo educacional no país não têm sido analisados de uma forma global, o que se configura como uma “colcha de retalhos” composta de algumas sérias contradições.

Como exemplo pode ser percebido que, enquanto o Ministério da Educação MEC tem se ocupado especialmente da educação profissional técnica, sem, contudo, atentar para as demandas sociais dos trabalhadores jovens e adultos que tem realizado os chamados cursos de qualificação profissional, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desenvolveu seu plano de formação profissional de jovens sem se preocupar com a recuperação da escolaridade e a organização de itinerários formativos.

Evidentemente, a qualificação e a requalificação, na forma de cursos livres ou em educação modular, deveriam estar organizados objetivando se constituir como itinerários formativos que correspondam às diferentes ocupações profissionais concomitantes à educação do trabalhador. Assim, estariam sendo reconhecidos e considerados tanto pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) quanto pelo Ministério da Educação (MEC).

Gílio (2000) afirma que o desenvolvimento tecnológico divorciado do desenvolvimento educacional é, portanto, uma equação de soma zero, pois os ganhos provenientes do avanço tecnológico dificilmente superam os custos econômicos e sociais de se manter a massa de desempregados ou *inempregáveis*¹⁵.

¹⁵ Neologismo citado Walter Barelli; Ministro do Trabalho durante o governo de Itamar Franco, Secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT).

Os anos 1990, a respeito da educação, o Brasil ainda convivia com uma estrutura curricular de formação básica e profissional que havia sido definida nos anos 1970, cuja defasagem, do ponto de vista econômico, afetava diretamente nos índices de produtividade das empresas que, em vez de exigirem ações concretas, por parte do Estado, para a resolução do problema, reduziram as oportunidades de empregos e salários, aumentando a desigualdade social e satisfazendo assim a todas as determinações do modelo neoliberal.

A partir do final do século XX, o advento das inovações tecnológicas altera profundamente a estrutura do trabalho no Brasil, conforme já havia alterado nos chamados países centrais, e nesse mesmo período a educação passa a ser pauta do interesse empresarial. Não por acaso que o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁶, no ano de 1996 argumentou que a melhoria nos indicadores de educação tem relação direta com o aumento da produtividade da economia, o que caracteriza mais uma vez que as decisões quanto à educação pautam-se na perspectiva do mundo capitalista.

No entanto, a temática da educação, muito longe de ser a ideal, enquanto formação do indivíduo para o exercício da democracia e da liberdade proporcionada pela cidadania, não se desenvolveu de maneira a proporcionar a junção entre educação para a vida e educação para o trabalho. De fato, no que diz respeito a essa realidade, os maiores índices de desenvolvimento técnico e profissional nos anos 1990 e início dos anos 2000 se evidenciaram apenas no campo da chamada educação não formal, que pode ser compreendida como aquela que pode ser entendida como atividade educacional organizada, sistemática e conduzida fora dos limites da escola, de que são exemplos o SENAI e o SENAC, acentuando ainda mais a dissociação entre as esferas da educação acadêmica e educação profissional reconhecidamente para e no trabalho.

A educação para o trabalho, nas mais diferentes manifestações, é sempre indispensável, seja qual for a idade ou o tipo de escolaridade na qual se encontre aquele que se educa, mas o que não se pode operar é uma relação entre educação e emprego. Mais viável, o estabelecimento de fortes laços entre educação e trabalho, de forma a não permitir que as relações de cunho meramente capitalista possam vir comandar as ações de formação básica da população.

Deve-se, ainda, considerar que no Brasil as modificações na legislação que tratam da questão educacional e os programas vinculados às políticas públicas que foram implementados

¹⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É uma rede de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas que estabelece parcerias com pessoas em todas as instâncias da sociedade para ajudar na construção de nações que possam resistir a crises. Presente em mais de 170 países e territórios, o PNUD oferece uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e resilientes. Fonte: <http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>.

não ocorreram por acaso. À medida que uma legislação veio substituir a outra, notou-se que estrategicamente o Estado brasileiro acabou intermediando a relação entre capital e trabalho, como vem fazendo até os dias de hoje.

1.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO

Diversos estudos no campo da educação e trabalho expressam a polissemia existente quanto ao conceito de formação profissional. Numa breve ilustração quanto as diversas terminologias existentes Cattani (2002), afirma que formação profissional é definida com um conjunto de processos educativos que permitem adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, incluindo processos que se desenvolvem nas escolas e nas empresas.

Manfredi (2002) por sua vez, também ilustra diversas concepções a respeito do tema e, inclusive expressa as diferentes perspectivas que servem para definição da temática em questão, referindo-se desde aos conceitos compensatórios e assistencialista comumente considerados, até mesmo às definições centradas na racionalidade técnico-instrumental, as quais, segundo o autor são voltadas à satisfação das mudanças do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento.

Saviani (2006) ao discutir o vínculo ontológico-histórico existente na relação trabalho e educação cita que são atividades especificamente humanas, pois, apenas o ser humano trabalha e educa e ainda nessa perspectiva amplia o questionamento que fundamenta sua análise, ao discutir que o ser humano possui características e propriedades que lhe permitem trabalhar e educar.

O mesmo autor questiona ainda que a relação trabalho educação traz imediatamente à mente questões que perpassam pelas características do ser humano e que lhe permitem realizar as ações? E também, o que está inscrito no ser do homem que lhe possibilita trabalhar e educar? Ou seja, o ser humano está previamente constituído com propriedades que lhe permitem trabalhar e educar.

A partir do pensamento dos autores citados e também respondendo a um dos pontos de análise da pesquisa quanto à definição e implementação de políticas públicas para a juventude, percebe-se que a ênfase dada tem buscado concentrar-se em concepções que buscam entender a formação para o trabalho como uma das possibilidades educativas do processo de formação

humana ainda que a profissionalização necessite ser uma dimensão que ainda carece ser incorporada, de forma efetiva nos projetos de escolarização desenvolvidos para os níveis fundamental e médio.

Para Saviani (2006) a emergência histórica da separação entre trabalho e educação deu-se a partir do controle privado da terra o que proporcionou aos proprietários viver do trabalho alheio, fato que provocou uma divisão também na educação.

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente como o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como educação dos homens livres, e outra para a classe não operária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. (SAVIANI, 2006, p. 155)

Ainda a respeito da concepção de trabalho, o pensamento Hegeliano, percebe o mesmo como fruto de uma relação peculiar entre homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, e que se concretiza através dos instrumentos de trabalho, sendo esses mediadores entre o homem e a natureza. Diante dessa visão o trabalho se confunde com um processo de transformação; pois, no que produz, o homem se reconhece e é reconhecido, além do que, a ele, revela-se a relação social existente em que se dá sua produção. Por consequência, é que, da utilização dos instrumentos de trabalho, cria-se a relação dos homens com outros homens e com a natureza.

Para Saviani (2006), o modo de produção das sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana integra a educação, imbricando a mesma com o processo de trabalho que era comum em todos os membros da sociedade.

O surgimento do capitalismo provoca mudanças ainda mais significativas para a afirmação da separação do caráter educativo do trabalho e inaugura o papel central do Estado através da ideia da escola pública de caráter universal, conforme novamente explicita Saviani (2006, p. 157):

O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação profissional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversificadas vicissitudes. (SAVIANI, 2006, p. 155)

Cabe, ressaltar que o trabalho humano carrega além de todo um conjunto de situações e especificidades que o diferenciam e lhe proporcionam algo intrínseco e específico que acaba por distinguir o ser humano dos demais animais. Anterior à realização de seu trabalho, o homem é capaz de projetá-lo em nível de sua consciência.

Por ser o trabalho humano distinto do trabalho dos animais é que o homem modifica a natureza de acordo com suas possibilidades e a utilização de instrumentos, acrescenta meios artificiais de ação aos meios naturais de seu organismo multiplicando-se enormemente a capacidade do trabalho humano de transformar o próprio homem. O que Marx observa na História é a evolução gradativa do trabalho, naquilo que corresponde à evolução do homem e a necessidade de suprir suas necessidades frente ao meio do qual faz parte.

Nesse sentido, torna-se também importante discutir e distinguir as categorias mundo do trabalho e mercado de trabalho, sendo necessário diferenciar trabalho enquanto atividade antológica fundamental e emprego-labor que estão relacionadas com a construção do pensamento nas questões sociológicas e políticas relacionadas ao trabalho.

Por mundo do trabalho, entende-se uma categoria mais ampla relacionada ao pensamento marxista e ao pensamento crítico, remetendo-se à atividade humana de transformação da natureza. É perpassado por várias transformações – sejam elas nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais e/ou conjunturais.

Assim, as relações salariais, o emprego enquanto sentido econômico refere-se ao mercado de trabalho, porém não necessariamente ao mundo do trabalho, que conforme explicitado encerra um posicionamento mais amplo.

Saviani (2011), afirma que a forma contemporânea do trabalho caracteriza-se na necessidade do capital, que exige um trabalho cada vez mais diversificado, e afirma:

Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho, não podemos concordar com as tezes que desconsideram o novo processo de interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*. Hoje o capital necessita cada vez menos do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, os *trabalhadores hifenizados*, que se encontram em explosiva expansão em todo mundo. (SAVIANI, 2011, p. 120).

De fato o que se coloca é a questão da centralidade do trabalho na sociabilidade humana contemporânea que pode também ser representada conforme explicitado. Na atualidade, percebe-se que há uma expressiva diminuição na classe de trabalhadores, nos mais diversos setores, ao mesmo tempo em que se materializa a terceirização do trabalho com base na absorção do assalariamento no setor de serviço e na precarização das relações de trabalho. Há

um redimensionando elevado dos contingentes rumo a precarização do trabalho. Dessa condição de constrangimento social é que se intensificam o trabalho parcial, subcontratado e informal que aguçam ainda mais as contradições sócio-econômicas da sociedade principalmente com relação aos jovens.

Não obstante, os conceitos de educação profissional e de qualificação profissional, no campo das políticas públicas para a juventude que foram desenvolvidas no Brasil, tem sido de responsabilidade de diferentes ministérios, os gestores tem preferido integrar os programas de inserção de pessoas no mundo do trabalho e que envolvam a educação profissional sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), na busca pela articulação de tais ações ao conjunto de políticas educacionais e reservado ao Ministério do Trabalho Emprego (MTE) o conjunto de programas, desenvolvidos como ações de curto prazos, a exemplo o Programa Jovem Aprendiz, que, do ponto de vista da inserção torna-se uma ação que emerge sob o prisma da exclusão.

1.4 AS NOVAS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Regulamentada em 1996, a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 39 estabelece a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Afirma ainda que tal modelo de educação conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, ou seja, há uma clara concepção e vinculação à prática social e ao mundo do trabalho conduzindo ao condicionamento e ao adestramento do indivíduo para o trabalho.

O artigo 40 da referida Lei cita, de forma clara, que essa oferta será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou ainda por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Nesse entendimento, pode-se perceber que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) consolida a Educação Profissional subordinada ao ideário mercadológico e do capital, vinculando-se a uma perspectiva de adestramento e acomodação.

Numa clara demonstração do alinhamento da legislação educacional, quanto à relação educação e o sistema capitalista, o Relatório 1996 do PNUD argumentou que melhorias significativas nos indicadores de educação de um país possuem relação direta com o aumento

da produtividade da economia. Cita ainda estudos que sugerem incremento no Produto Interno Bruto (PIB) de países que conseguiram aumentar em um ano sua média de escolaridade.

Todo esse alinhamento tornou-se ainda mais evidente a partir do advento do período produtivo capitalista, denominado de reestruturação produtiva, iniciado a partir do ano de 1973, foi responsável pela busca de novas formas de funcionamento dos mercados, de novos sistemas de produção e de atuação do Estado, ou seja, a gestação de um novo padrão de acumulação, no qual a flexibilidade aparece como a diretriz desse processo, em oposição à proclamada rigidez do sistema anterior, fato que também influencia decisivamente o modelo de educação até então vigente.

No decorrer dos anos 1990, novos requisitos educacionais passam a ser exigidos pelo mercado, tal fato pode ser observado na educação brasileira, a partir da estrutura curricular de educação básica, assim como, na do ensino médio e na educação. A reformulação educacional que é pensada, a partir deste período, é alinhada aos novos padrões competitivos de produtividade capitalistas e da economia de larga escala no qual a organização escolar, até então vigente não mais se adequava. As demandas econômicas, além de intensas, foram caracterizadas pela necessidade de articulação do Estado à economia nas mais diferentes frentes e de forma significativa na educação.

Raymundo Faoro (1994), cita que modernidade decorre de um movimento espontâneo da sociedade, da economia, capaz de modificar o papel dos atores sociais e de revitalizar a vida social, econômica, cultural e política dos indivíduos, grupos e classes sociais. Enquanto que modernização é uma reforma do alto, implementada por um grupo ou classe dirigente que procura adequar a sociedade vista como atrasada ao modelo dos países avançados. Tem um caráter voluntarista, alguma dose de imposição. Segundo Faoro (1994), a modernização "chega à sociedade por meio de um grupo condutor que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes".

Tal consideração é importante ser observada quando percebe-se que no percurso educacional brasileiro, diferentes setores produtivos, principalmente o industrial, por necessidade, passaram a interessar-se na definição de novos parâmetros educacionais. Essa preocupação tornou-se evidente tanto no âmbito interno das organizações, nas quais se configuraram a criação e a implementação de programas de treinamento que visavam apenas suprir suas necessidades de qualificação, quanto no âmbito externo, via implantação de parcerias público privadas com o objetivo de solucionar, em um curto prazo, a baixa qualificação dos trabalhadores que se tornou fator restritivo à expansão da indústria.

A argumentação principal que serve para explicar esse momento está no fato de que a ampla oferta de “mão de obra” barata e semiquificada, assim como a abundância de recursos naturais, não mais representavam vantagens competitivas determinantes ao sucesso econômico internacional. A educação, por conseguinte, passa a ser fator determinante para o crescimento nacional e pautou-se num princípio de modernização, tornando-se o objetivo real a ser perseguido pelo setor público e também impulsionando a concepção de políticas públicas voltadas à educação para e no trabalho. Justamente nesse contexto surge a reformulação da legislação educacional, na década de 1990, e também estabelece relação com os princípios econômicos determinantes do capital vigentes na época.

Atualmente, o desafio educacional do setor público reside principalmente na promoção e implementação de uma reformulação que obedeça ao mesmo ritmo em que acontece a inserção das novas tecnologias no ambiente de trabalho. São, pois, exigidas novas formas de organização, conciliando o aumento da produtividade com o aumento do nível de escolaridade atrelado à formação cidadã e à oferta de reais oportunidades de trabalho.

As palavras de Saviani (2006) confirmam tal ideia, ao explicitar sua ideia quanto a organização do ensino fundamental:

O modo como está organizada a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental. O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida em sociedade. (SAVIANI, 2006, p. 160).

Urge reconhecer a importância da educação para o contexto produtivo, mas não pode ser esquecida sua relevância como instrumento indispensável à conquista da cidadania. Isso significa dizer que não se pode voltar unicamente para o processo de produção econômica, configurando uma relação educação emprego, mas também permitir a construção da relação entre educação e trabalho, não permitindo assim que o mercado de trabalho comande as ações no campo da educação.

Ainda para Saviani (2006) quanto à organização dos currículos do ensino médio, estes também deverão ser norteados de forma a propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, transformando-os em politécnicos.

A politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas

modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes.

Essa é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, caso em que a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo. (SAVIANI, 2006, p. 161).

O autor ao afirmar este pensamento põe à discussão os aspectos que evidenciam claramente a concepção de educação pautada na ideologia capitalista sem a pretensão de formular um sistema de ensino que conceba a formação cidadã, necessária a todos, independentemente do tipo de ocupação que venha ser exercida posteriormente.

Nas palavras de Mészáros (2008), quanto à incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação, está a seguinte reflexão:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

Independentemente da perspectiva de análise, se referente ao campo do direito propriamente dito ou se quanto ao acesso à educação como bem público, o que se torna imprescindível no seu trato é que o principal objetivo a ser perseguido é a necessidade de ampliação, tanto no sentido quantitativo quanto no qualitativo, o que implica a adoção de políticas de estado compromissadas com a realidade atual.

No momento em que a mudança na legislação educacional brasileira reconfigura o modelo vigente no País, as transformações no meio produtivo passam a valorizar os componentes intelectuais do trabalhador, levando à redução do uso das habilidades manuais, o que destaca por sua vez o crescimento da educação continuada e permanente. Assim, percebe-se que, tanto nos setores produtivos quanto na área de serviços, os novos modelos organizacionais têm-se pautado principalmente numa incidência, a saber: a) quanto à introdução de novos desafios profissionais; b) a programas de qualificação profissional mais

geral com relação ao seu conteúdo e à sua forma; c) a novas concepções de gestão da educação com forte valorização dos conteúdos gerais relacionados à educação básica e à universalização do ensino e d) à adoção de políticas públicas voltadas para a inserção de pessoas no mundo do trabalho.

Nessa nova concepção das relações de trabalho, os programas de qualificação profissional com componentes e conteúdos mais gerais, visando o envolvimento tanto dos trabalhadores quanto dos jovens, aliado à adoção de políticas públicas voltadas à inserção de pessoas, ganham destaque significativo e dessa forma têm aproximado a educação profissional, a educação básica, as relações de trabalho e a adoção de políticas públicas, sem, contudo, responder plenamente às questões sociais existentes no Brasil.

1.5 A REFORMA DO ENSINO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS QUESTÕES SOCIAIS RELATIVAS À POBREZA

Norteadada pelo objetivo de estabelecer a educação escolar vinculada ao mundo do trabalho e a prática social, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, surge em 1996 a Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que, dentre outros princípios, estabelece como diretriz para o Ensino Médio a adoção de metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes, de modo que ao final do período sejam capazes de demonstrar domínio sob os campos científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna, os conhecimento das formas contemporâneas de linguagem e o domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários aos exercícios da cidadania.

Quanto à articulação com a educação profissional no Ensino Médio, a lei preconiza que, atendida a formação geral, facultativamente pode ser atendida a habilitação profissional, a qual poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Silveira (2012), ao analisar a formação de trabalhadores no contexto da reestruturação produtiva, cita que os objetivos da reforma do Ensino Médio e do Ensino Técnico, explicitados no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, deixam claro que a educação profissional visa à aproximação da escola com o setor produtivo e que houve uma significativa perda de carga horária e uma fragmentação de conteúdos.

A concepção de educação tecnológica, em curso desde os anos de 1960-1970, tem a propriedade de promover a separação entre trabalhador e conhecimento, trabalhador e ciência; sua acepção fundamental, cuja proposta é inserir a população, por meio de vários itinerários formativos, na “Era do Mercado”, encontra-se na visão neoliberal de mundo voltada para modernização sustentada pelo binômio da competitividade: qualidade e produtividade. (SILVEIRA, 2012, p. 37).

De maneira geral, pode ser percebido que são contemplados os principais aspectos de uma educação profissional, articulada com o estágio de desenvolvimento tecnológico e com o estado da educação brasileira, em consonância, portanto, com as finalidades de uma educação voltada à qualificação para o trabalho.

Contudo, o entendimento elementar de que a educação tem como uma das tarefas principais assegurar uma transformação pessoal que serve como base para o desenvolvimento contínuo da consciência na social a necessidade de avaliação de políticas públicas voltadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho é uma questão fundamental. Serve como uma tentativa de responder e até preencher as lacunas deixadas pelo capital.

À medida que as novas tecnologias, os investimentos do capital, a nova configuração produtiva, as terceirizações e até a reorganização do Estado enfatizaram o crescimento econômico do País, também provocaram movimentos sociais na direção contrária. Nesse sentido a educação, a criação e a implementação de políticas públicas e até mesmo o mundo do trabalho têm sido grandemente influenciados por essa nova faceta do sistema capitalista.

Nas palavras de Silveira (2012), o Estado, em busca da modernização, enfatizou a política de formação e valorização do trabalhador como estratégia de competitividade, qualidade e produtividade para os três setores da economia.

A concepção de educação tecnológica, fundamentada em uma perspectiva economicista, revestiu o “capital humano” com uma roupagem – “humanista e humanizadora” -, trazendo preocupações marcantes com a valorização das competências, autonomia, participação, flexibilização do trabalhador devidamente (com)formado. Por detrás dessa formação e valorização do trabalhador, está o individualismo leonino da ideologia neoliberal, em que o Estado brasileiro, na busca pela retomada do crescimento econômico, transfere para a individualidade de jovens e trabalhadores a responsabilidade de adquirir competências e habilidades, ter iniciativa própria e capacidade para resolver problemas, ter criatividade, autonomia e espírito empreendedor, a fim de se inserirem na empregabilidade, em um contexto de desnacionalização, desindustrialização e, por conseguinte, de precarização do trabalho. (SILVEIRA, 2012, p.38).

O fato é que o do ponto de vista social, o crescimento econômico e as novas formulações no mercado de trabalho não conseguiram responder às crescentes demandas sociais quanto a

oferta de postos de trabalho. Se, por um lado, verifica-se o crescimento da população economicamente ativa, por outro, as condições de oferta de trabalho são inferiores ao aumento dessa população. Sabe-se que o efeito principal desse círculo vicioso é que quanto menor a oferta de trabalho e maior o número de pessoas, mais seletivo torna-se o mercado de trabalho e maiores são as exigências para se ocupar os postos de trabalho existentes, acentuando ainda mais a exclusão social daqueles supostamente menos habilitados. Vale lembrar que reverter o quadro de desemprego não é papel da educação, pois ela não é a maior responsável pela criação de novos postos de trabalho.

Nesse particular, Mészáros (2008) explica:

Quanto mais “avançada” a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada com um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde escolas preparatórias até universidades – também na forma da “privatização” promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias. (MÉSZÁROS, 2008, p. 80).

O que se percebe é que à medida que a sociedade capitalista desenvolveu-se nos mais diferentes sentidos, as exigências para o trabalho também se tornaram cada vez mais intensas, desencadeando um aumento expressivo do desemprego e uma conseqüente precarização das relações de trabalho nos mais distintos campos, intensificando assim a pobreza vivenciada por milhares de pessoas nos mais diferentes países.

A relação entre qualificação e aumento da produtividade sabe-se que não é nova, originou-se durante os anos 1960, e em sua origem duas perspectivas estavam assentadas: uma que acreditava que os investimentos na educação aumentariam a produtividade, potencializando a capacidade de trabalho e de produção. A segunda, destaca a elaboração de estratégias individuais, no capital intelectual, avaliando o retorno ou compensação por sua formação profissional.

Enquanto o marco legal da política educacional brasileira é atualmente representado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996) que busca articular a educação ao mundo do trabalho e à prática social, a legislação que rege as relações e condições de trabalho começaram a ser desenhadas no século passado, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos anos 1940 sendo que as políticas públicas destinadas a organizar essas relações de trabalho passaram a ser objeto da ação de governo apenas nos anos 1960.

Sendo assim, faz-se necessário refletir sobre as diferenças quanto aos sistemas educacional e de emprego, pois apesar de estarem atualmente pensados na Constituição Federal, possuem histórias e significados completamente diferentes.

Por tudo isso, ao se discutir o Programa Jovem Aprendiz, deve-se também analisar as histórias de vida das pessoas por ele atendidas, enfatizado as questões sociais e econômicas relacionadas às condições de vida dos jovens.

No que tange à pobreza, Paugam (2003) afirma que se trata de um fenômeno muito complexo, multiforme e que preocupa as instituições e até mesmo os políticos locais, que enfrentam o risco de desvio das populações e das regiões de sua responsabilidade.

Na visão desse mesmo autor, na tentativa de explicar ainda mais o fenômeno da pobreza no mundo capitalista, acredita-se que os sociólogos estabeleceram o que ele denomina “limiar da pobreza”, uma medição do fenômeno. Na verdade, percebe-se que, nas sociedades modernas, a pobreza se define não apenas em si mesma, mas comparativamente a uma faixa de renda que está baseada na remuneração do trabalho. Porém, o mesmo autor alerta que a noção baseada na suposição de que a baixa renda seria a caracterização do que é ser pobre, apresenta certos equívocos, uma vez que deve ser também considerado o que é definido como implicações extramateriais relativas a essa condição social, tais como o acesso à educação, a possibilidade de transmissão de um capital cultural aos descendentes, de maneira que lhes permita alcançar uma verdadeira integração social e profissional.

Na esteira dessa discussão, Paugam (2003) cita ainda duas teorias que buscam definir a pobreza em seus diferentes aspectos. A primeira, a tese culturalista da pobreza: é uma adaptação e uma reação dos pobres à sua posição marginal em uma sociedade de classes estratificada, individualizada e capitalista; a segunda, denominada tese estrutural da pobreza, afirma que os pobres são afastados temporária ou definitivamente do mercado de trabalho, porque na ausência de renda, poder e instrução, suas chances de promoção social são comprometidas pelos limites que os condena pela exclusão social.

Ambas as teorias, aparentemente antagônicas, foram elaboradas a partir de uma discutível dissociação do universo dos pobres em relação aos demais segmentos da sociedade. Elas se baseiam numa percepção socioética das noções de sucesso e de fracassos materiais, o que conduz à designação e a rotulagem das populações desfavorecidas em uma determinada sociedade e um determinado meio. Elas legitimam no plano intelectual as definições e as interpretações do senso comum.

Assim, numa análise prioritária das ações do Estado, em que pesem questões como a reforma do ensino e a educação profissional como medida de ajuste às novas demandas do

mundo do trabalho, por meio da implementação de políticas públicas que visam minimizar os efeitos das modificações do capital, deve também ser analisada a questão social dos atores envolvidos no processo de educação, objeto de análise neste trabalho de mestrado.

Contudo, para um aprofundamento a respeito dos conceitos básicos que envolvem as políticas públicas voltadas e a inserção de pessoas no mundo do trabalho e uma análise de suas implicações no itinerário de vida dos participantes de Programas de Formação de Aprendizagem, o próximo capítulo tem como objetivo principal proporcionar um entendimento dessa relação, tomando por base os principais pontos que a norteiam as diferentes concepções sobre o tema.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 CONCEITOS E IDEIAS INICIAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE

Dentre os inúmeros conceitos que podem servir para definir políticas públicas, um que melhor se aproxima do que é mais comumente aceito pode ser traduzido na efetivação da representação legal das ações de um governo perante a sociedade. Por assim dizer, referem-se a um conjunto de medidas legais oferecidas à sociedade, nas quais são desenvolvidos programas, são executados planos e projetos com fins de melhoria em diversos setores. Ou ainda, conjunto de ações, desenvolvidas por governos as quais se traduzem em programas que objetivam produzir resultados ou mudanças na sociedade.

Dye (1986, *apud* SOUZA, 2006, p.05) acredita que política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Forma de regulação ou intervenção na sociedade, satisfação de interesses e expectativas da sociedade condicionadas e constituídas por interesses políticos, econômicos e/ou sociais que se materializam mediante a atuação do Estado por meio de diferentes programas, planos e projetos.

Boneti (2011, p.18), por seu turno, apresenta a seguinte definição para políticas públicas:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos.

Para além das concepções ideológicas e políticas que situam as políticas públicas como ações de um governo – embora seja este o detentor da responsabilidade legal pela elaboração e implementação, não é o único responsável por sua execução –, no entendimento de Souza (2006), se pensadas dessa forma, podem também ser entendidas como possibilidades de cooperação que podem ser estabelecidas entre os governos, outras instituições e grupos sociais.

Boneti (2011), no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, compreende que elas não se dão de maneira neutra, devendo, pois, ser entendidas como um conjunto de ações interligadas, nas quais suas configurações, características e princípios estejam diretamente

atrelados ao contexto sócio-histórico. É preciso ainda ser lembrado o caráter de futuro, que, conforme o mesmo autor, deve também ser observado como medida de transformação da realidade social, adotando-se uma perspectiva de futuro e não apenas de ações momentâneas.

Com base no entendimento da formação de políticas públicas, atendendo à lógica neoliberal, os programas e projetos necessitam ser pensados e objetivados obedecendo à dinâmica capitalista, não havendo, portanto, espaço para um contrato social alargado na sociedade. As políticas direcionam-se às necessidades imediatas de populações ditas carentes, e não têm como função a garantia dos direitos integrais dessa população. Os programas sociais são geridos pelo preceito da alta rotatividade, deslocando para o indivíduo a responsabilidade em superar riscos sociais. Sob esse princípio, não são geradas garantias sociais, mas “permanências” de acesso como se fossem “vistos temporários” para o mundo da proteção social (SPOSATI, 2008).

Com base nesse entendimento, o princípio primordial do capitalismo neoliberal, lógica mercadológica do consumo, tem feito com que haja um deslocamento do modelo de cidadão para o de consumidor, observando-se uma sobreposição da regulação econômica sobre a cidadania e a garantia dos direitos dos cidadãos. Observa-se ainda um paradoxo no que se refere às leis, estas que se mostram bastante avançadas, todavia, muito distantes da prática e da população a qual permanece excluída do alcance efetivo desses direitos dispostos na Constituição Federal.

Assim sendo, políticas públicas podem também ser definidas como todo conjunto de ações de governo que podem ser divididas em atividades diretas de produção de bens e serviços pelo próprio Estado ou em atividades de regulação que influenciam as realidades econômica, social, ambiental, espacial e cultural.

Há de se destacar também que a luta das classes por seus interesses no momento da formulação das políticas públicas, antes mediada pelo Estado, acontece hoje motivada por interesses específicos e individuais.

Boneti (2011) destaca ainda que esse entendimento supera um pouco a tradição político-marxista de associar o Estado a um instrumento de dominação política da classe dominante, sem, contudo, desconsiderar a estrutura de classes que compõe o contexto social.

Quanto à análise de políticas públicas, decerto que há uma tendência a realizá-las apenas no campo governamental, principalmente por caber a essa instância o grande papel da formulação e implementação dessas políticas. Ignora-se nesse ponto o ambiente conflituoso em que algumas dessas políticas são formuladas, assim como os diferentes interesses nelas contidos e também as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os diferentes atores sociais.

No que concerne à materialização das políticas públicas, esta se dá pelo conjunto de ações concretas de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto, o que coloca a necessidade da avaliação constante e contínua sobre os seus impactos.

Numa perspectiva crítica, Diógenes e Rezende (2007, p.5) definem o que podem ser políticas públicas:

[...] são estratégias de dominação da classe burguesa e/ou frações dela, no sentido de reproduzir as condições de acumulação capitalista. Enquanto tal são resultados da luta de classes, e sendo assim, configuram-se enquanto ação política historicamente determinada. As políticas públicas são, pois, um processo histórico e, deve-se considerar os aspectos econômicos e políticos que lhe marcam a materialização. Não se erra quando se afirma o caráter classista das políticas públicas.

Para Barcelos (2005), a definição de como serão feitos os gastos públicos é certamente um momento típico da deliberação política, ressaltando-se que esta não estará livre de condicionantes jurídico-constitucionais, o que impulsiona mais uma vez a relevância da avaliação como medida de eficiência.

Conforme explicitado, uma teoria acerca das políticas públicas sintetiza diversos campos de conhecimento, e de fato elas acabam por repercutir também na economia, além da sociedade, o que implica a necessidade de estudos e considerações na inter-relação entre o Estado, política, economia e sociedade.

Cavalcanti (2012, p. 30), por sua vez, assim resume política pública:

As políticas públicas são entendidas como feitas em nome do público quando a política decorre de algum governo (executivo de um Estado). As políticas são públicas quando possuem algum envolvimento com recursos públicos que são geridos pelo poder público mesmo quando implementadas por organizações do setor privado ou por organizações não governamentais”.

Em síntese, fala-se de um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação. Nesse contexto, a reflexão sobre como são desenvolvidas as políticas públicas, bem como a relação que se estabelece com a condição de vida dos cidadãos ganha dimensão ainda maior, quando estas são voltadas ao campo da educação e do trabalho, tendo como medida a inserção de pessoas no mundo do trabalho.

As políticas públicas podem ainda ser consideradas como a materialização do Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que tenham por fim atender às demandas da sociedade. São chamadas públicas para distinguir do privado, do particular, do

individual, considerando-se a ótica de que o termo público tem uma dimensão mais ampla e abrange o estatal e o não estatal.

De acordo com Bucci (2001), as políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses, atuando como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular.

Ressalta-se que o debate sobre políticas públicas implica responder a questões sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação dessas políticas, assim como sobre a condição de autonomia relativa do Estado. Isso pode ser percebido nas argumentações quanto aos outros segmentos sociais participantes da formulação e acompanhamento das ações, provocando o encolhimento da atuação governamental, bem como nas diferentes coalizões que integram o governo.

Outro ponto de análise diz respeito ao público diretamente atendido ou a que as políticas efetivamente se destinem, uma vez que não são concebidas e ainda direcionadas a determinada quantidade de pessoas. Independentemente dessa quantidade, seja ela grande ou pequena, toda e qualquer política concretizada pelo Estado se relaciona, de alguma forma, com o público.

Válido ainda chamar a atenção ao pensamento de Rodrigues (2010), ao apontar que políticas públicas são públicas pelo seu caráter imperativo, já que emanam das decisões da autoridade soberana do poder público.

Nesse sentido, Rodrigues (2010, p. 14) afirma:

Assim as políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e por isso, envolvem mais de uma decisão política. [...] A questão, então, é saber: que são os atores envolvidos na produção de políticas públicas? Quem tem o poder para tomar decisões?

Por tudo isso, as considerações quanto ao sucesso de políticas públicas apontam para a constante necessidade de realização, sob condições e metodologias específicas de planejamento, num envolvimento de satisfação e atendimento às demandas sociais da população.

Assim, ao pensar na inserção de pessoas no mundo do trabalho, na atual conjuntura econômica brasileira, além de reportar-nos aos discursos de melhoria das condições sociais de parte da população, coloca-se também a questão da democratização do ensino, que é

genericamente levada à população por meio dos diversos programas governamentais, com o suposto empenho governamental em reduzir as diferenças sociais existentes.

Entretanto, o processo de formulação e efetivação de políticas públicas no Brasil tem tido um caráter extremamente político, articulado às forças do capital externo que acabam também por influenciar na tomada de decisão governamental na esfera local. Nesse sentido, entender as políticas públicas e suas articulações em escala mundial exige também um entendimento social local e político externo.

Mészáros (2008, p. 30) argumenta que há grande dificuldade de romper com a lógica do capital e que esta prevalece, sendo razão para o fracasso de esforços daqueles que se destinaram a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais e afirma.

Os limites objetivos da lógica do capital prevalecem mesmo quando nos referimos a grandes figuras que conceituam o mundo a partir do ponto de vista do capital, e mesmo quando eles tentam expressar subjetivamente, com um espírito iluminado, uma preocupação humanitária genuína.

Pode-se inferir, pois, que o momento atual, marcado pelo neoliberalismo, representa uma luta política e ideológica para que outros papéis e funções do Estado se firmem como vontade consensual pela modernização da sociedade.

Refere-se, também, à inserção e à qualificação profissional de pessoas no mundo do trabalho. Consubstancia-se com empregabilidade, que, por sua vez, é entendida como um conjunto de características do trabalhador, que permite sua inserção (e permanência) no mundo do trabalho. Tais características se constituem num conjunto de conhecimentos, habilidades, competências e esforço individual de (re) adequação às exigências do trabalho.

Isso impulsiona a discussão quanto e a como os processos educacionais são influenciados pelas necessidades da produção, em particular quando estão ocorrendo significativas mudanças nos processos de trabalho. Assim, a qualificação, que está ligada à produção e reprodução da força de trabalho, teria enorme papel na possibilidade de os indivíduos se inserirem, permanecerem ou serem excluídos do processo produtivo (embora essas relações possam extrapolar a esfera da produção).

Corroborando o debate, Mészáros (2008, p. 35) afirma:

O impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema.

Apenas modalidades de imposição dos imperativos estruturais do capital no âmbito educacional são hoje diferentes, em relação aos primeiros e sangrentos dias da “acumulação primitiva”, em sintonia com as circunstâncias históricas alteradas, (...) É por isso que hoje o sentido de mudança educacional radical não pode senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda ser inventados, e que tenham o mesmo espírito.

Todo esse conjunto de observações revela-se de suma importância para a definição de uma concepção histórica a respeito das políticas públicas voltadas para os jovens, principalmente como elas se constituíram no Brasil, já que historicamente fizeram parte de uma orientação e abrangência de política social, cenário modificado apenas a partir dos anos de 2000.

Segundo Abad (2002), a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi pautada pelos problemas de exclusão destes na sociedade, assim como os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Estabelece ainda periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) ampliação da educação e o uso tempo livre (entre 1950 e 1980); b) controle social de setores juvenis mobilizados (1970 e 1985); c) enfrentamento da pobreza e a prevenção de delito (1985 a 2000); e d) inserção laboral de jovens excluídos (1990 e 2000).

No que diz respeito ao Brasil, na maioria das discussões internacionais que se referem a direitos e garantias para os jovens, o país esteve presente. Em 2004, foi publicado o Estatuto da Juventude, com o intuito de regular os direitos assegurados às pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e dos demais diplomas legais pertinentes.

O próprio dispositivo legal assegura o dever do Estado em garantir à pessoa jovem, além da proteção à vida e à saúde, a efetivação de políticas sociais públicas que permitam assegurar a cidadania, a dignidade, a profissionalização, o trabalho e a renda.

No entanto, ainda com base na reflexão de que políticas públicas são frutos de construções históricas e que atualmente satisfazem os interesses do capital, também devem ser consideradas as lutas sociais e as novas responsabilidades públicas em direção à consolidação de direitos e da cidadania, sendo válido atentar para o fato de que elas não são completamente boas ou más. Elas representam o fenômeno social, a medida política e devem ser compreendidas no contexto histórico das transformações sociais em que estão inseridas.

Conforme as palavras de Mészáros (2008, p. 50):

Em outras palavras, a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha de “manutenção e/ou mudança” – num período relativamente estático, muito mais “manutenção” do que “mudança”, ou vice-versa no momento em que houver uma grande elevação na intensidade de confrontos hegemônicos e antagônicos – de uma dada concepção de mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa.

Nas considerações de Sposati (2008), as políticas públicas no Brasil não têm se voltado à consolidação dos direitos. Os programas e projetos consubstanciados possuem prazo de validade, os direitos são efetivados por um determinado tempo, não são permanentes. Há uma substituição das pessoas ao final de um período e estas não têm mais o direito exercido como garantia.

Cavalcanti (2012) afirma que os estudos das políticas públicas, e igualmente os modelos da relação entre o Estado e a sociedade, não são neutros, nem simplesmente executados sob uma concepção metodológica, visto que são sempre eivados de uma postura ideológica. Como medida de análise, a autora apresenta algumas visões, que são distribuídas em quatro modelos básicos: Pluralista, Elitista, Marxista e Corporativista.

O modelo Pluralista, que tem seu maior expoente em Robert Dahl, percebe a relação entre Estado e sociedade numa perspectiva plural, entendendo a sociedade sob a perspectiva da existência de diferentes grupos de um mesmo nível, que se organizam de forma não hierárquica, livres para competir ou ainda para estabelecer acordos e influenciar, com mesma possibilidade de êxito, a tomada de decisões. Assim, as políticas públicas seriam reflexos das preferências desses grupos.

O Modelo Elitista ou Neopluralista possui fundamento teórico na negação da ideia de homogeneidade entre os diferentes grupos da sociedade e, conseqüentemente, o poder estaria nas mãos de uma elite dominante, controladora da maioria, com habilidades de organização e possibilidades de defesa de seus interesses além de poderes organizacionais, econômicos e políticos suficientes para atendimento de seus interesses.

Uma característica marcante nesse modelo é a aceitação de que o poder pode derivar de várias fontes, mas somente uma minoria da população estaria apta a exercê-lo, o que se coloca como uma contraposição ideológica ao modelo Marxista.

O modelo Marxista tem como ponto principal de análise a relação entre o Estado e a sociedade, dando ênfase à concentração do poder econômico como elemento crucial da

dinâmica social na relação entre a sociedade e o Estado capitalista. Destaca a ação do papel do Estado como meio para a manutenção do predomínio de uma classe social, a detentora dos meios de produção em relação à outra, a classe assalariada.

Tendo em vista que, para o marxismo, a estrutura de uma sociedade refletiria a forma como os seres humanos organizam a produção social, o estudo dos modos de produção seria fundamental para a possibilidade de compreensão de como se organiza e funciona essa sociedade e, por conseguinte, quais seriam seus interesses. O Estado, nesse modelo, deve agir como instrumento de manutenção das relações sociais, sem, contudo, acatar sempre os desejos da burguesia. Esse Estado se caracteriza então por possuir uma autonomia relativa na tomada de decisões, as relações de produção devem ser entendidas como as mais importantes para a definição de políticas públicas e a organização familiar, a religião, as leis, as ideias políticas e os valores sociais devem ser vistos como fenômenos.

Quanto ao modelo corporativista, seu ponto de abordagem também se concentra nas ocorrências econômicas comuns ao capitalismo, principalmente aquelas que aconteceram nas sociedades industriais ocidentais e que produziram impactos muito significativos na relação entre o Estado e a sociedade. Trata-se da concepção sobre políticas públicas, no que diz respeito ao conflito entre o capital e o trabalho e como esse conflito foi incorporado ao aparelho do Estado.

Nesse pensamento, a reestruturação produtiva, a incidência da diminuição do crescimento econômico em escala mundo, a globalização e a competitividade teriam colocado a necessidade de resolução dos conflitos entre as classes, de modo que os interesses do Estado passaram a traduzir-se na subordinação. Segundo Cavalcanti (2012), os indivíduos, nesse modelo, são considerados mais bem representados por meio de instituições funcionais corporativistas, destacando a dimensão associativa como meio para a ordem social e para a resolução dos possíveis conflitos.

Ainda segundo Cavalcanti (2012, p. 52), há a necessidade de reconhecimento, por parte do Estado das unidades de categorias:

A premissa em que se apóia este modelo é a de que os indivíduos podem ser bem mais representados através de instituições funcionais /ocupacionais do que através de partidos políticos ou unidades eleitorais geograficamente definidas. Trabalhadores, através de sindicatos; empregados, através de federações; fazendeiros, através de câmaras de agricultura. As unidades de categorias são reconhecidas pelo Estado corporativo como possuindo monopólio de representação (podendo assim ser controladas) e responsabilizadas por funções administrativas em lugar do Estado.

Antes de apresentar um modelo único de formação e análise de políticas públicas, deve-se considerar a evolução da teoria e da prática. Entendem os estudiosos, como Roth Deubel (2006, p. 13), que a sua análise foi elaborada a partir das confluências de vários enfoques e que o foco sempre foi sendo alterado, em função das situações políticas, econômicas e sociais.

Apesar de inúmeros registros históricos acerca de existências de políticas públicas, no tocante à sua elaboração e execução, bem como quanto à produção de conhecimentos, somente a partir do século XVIII é verificada substancialmente a busca por soluções de problemas sociais, de forma significativa e influenciada por conhecimentos científicos.

Justamente nesse período da história, durante a Revolução Industrial, os problemas de ordem política, social e econômica tornam-se centro das preocupações dos governantes, que se apoiaram em diversos estudos e dados sistematizados para auxílio à tomada de decisão. Cavalcanti (2012, p. 62) afirma que o desequilíbrio entre a esfera política e a esfera social, desencadeado pelos acontecimentos associados à Revolução Industrial, é um fator importante para entender o desenvolvimento da pesquisa empírica e quantitativa sobre política.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A importância da avaliação de políticas públicas, no âmbito de um projeto, programa ou plano tem obtido aumento considerável no reconhecimento de sua importância, assim como nos estudos e pesquisas recentes desenvolvidas tanto na esfera do Estado quanto no espaço acadêmico. Contudo, é ainda uma atividade pouco praticada no Brasil, principalmente pelo desafio que se configura em definir uma metodologia a qual reflita efetivamente o sentido de uma avaliação que deve ser realizada com a compreensão mínima necessária de todo sentido que representa a elaboração de um plano, um programa e um projeto e todo grau de isenção política que deve estar presente numa avaliação.

A princípio, cabe lembrar que os termos plano, programa e projeto designam modalidades de intervenção social que diferem, no mínimo, em escopo e duração. Um projeto caracteriza-se por uma iniciativa planejada que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo previamente estipulados. Um conjunto de projetos com os mesmos objetivos é denominado programa, o qual estabelece as prioridades da intervenção, define o âmbito institucional e aloca os recursos disponíveis.

Os planos, por sua vez, constituem a adição de programas que perseguem objetivos comuns, ordenam os objetivos gerais e os desagregam em objetivos específicos, os quais formarão os objetivos gerais dos programas. Um plano inclui ainda os meios estruturais e administrativos, as formas de negociação, coordenação e direção (COHEN; FRANCO, 2007).

A partir da análise de um contexto histórico, a respeito da avaliação de políticas públicas, Dunn (1994 apud CAVALCANTI, 2012), destaca a Revolução Industrial como a grande instituidora da necessidade de avaliar as ações públicas, principalmente por todo conjunto de mudanças sociais ocorridas a partir do século XVIII e que são também encaradas como responsáveis pelo surgimento de problemas de ordem política e econômica que se tornaram foco de preocupação para os governantes. Os mesmos autores, afirmam ainda, que na tentativa de resolver esses problemas, estudos estatísticos, demográficos, censos, pesquisas quantitativas foram realizadas por profissionais de diversas áreas do conhecimento que se tornaram dados sistematizados capazes de auxiliar a tomada de decisão.

Nesse sentido, Cavalcanti (2012, p. 63-64) afirma o seguinte:

O movimento que caracterizou o século XIX, de crescente utilização da Ciência Social aplicada para atender aos objetivos de legitimação de grupos sociais dominantes, e o uso do conhecimento para descobrir e testar leis da natureza e da sociedade através da utilização do conhecimento científico foram o cenário em que se verificou o desenvolvimento da pesquisa empírica para o estudo das políticas.”

O século XX, a partir da Primeira Guerra Mundial, marca a importância dos cientistas sociais na administração do Estado e na elaboração das políticas públicas. Verifica-se aumento do interesse pela cientificidade dos estudos que foram realizados nessa época e a contratação desses cientistas tinha como objetivo principal promover o conhecimento para solução de problemas políticos relacionados à ordem social.

Os anos pós Segunda Guerra Mundial associam-se a análise da política pública como atividade das ciências sociais e, posteriormente, da chamada “*ciências das políticas*”¹⁷. Segundo Cavalcanti (2012), nesse mesmo período, Lasswell, dividia os cientistas e intelectuais entre “alinhados” ou “não alinhados” em relação às ideias preconizadas por esse movimento,

¹⁷ Ciência de Las Políticas, fundada por Harold D. Lasswell entendia o movimento das “Policy Sciences”, termo primeiramente utilizado por Herbert Adams em 1880, como contemporâneo, uma atividade teórica capaz de produzir conhecimento para a tomada de decisão, em um contexto onde os problemas públicos deveriam ser objeto de interesse governamental. Nesse sentido, para Lasswell a “Ciências de Las Políticas” tinha como propósito uma orientação fundamentalmente prática, como objetivo de melhorar a prática democrática através da “orientacion hacia las políticas”. (Cavalcanti 2012, p. 74-75).

assim como, insistia na possibilidade de integração entre várias disciplinas e na necessidade de desenvolver estudos interdisciplinares sem, contudo, confundir o estudo das políticas públicas com as Ciências Sociais ou com a Sociologia Aplicada. Outro aspecto relevante no período do pós 2ª guerra está no reaparecimento do distanciamento entre as disciplinas das ciências sociais e a assunção do aspecto quantitativo na análise das políticas públicas.

Para Cavalcanti (2012, p. 76-77) as ideias de Lasswell, quanto ao estudo das políticas públicas, podem ser assim definidas:

As ideias iniciais de Lasswell, que entendia o movimento das ciências de política como uma atividade teórica para produzir conhecimento **de** e **para** política visando à tomada de decisão do governo, impulsionaram o interesse pela formação de um campo de análise própria que se ocuparia do estudo das políticas públicas. Garson (1996) explica que esse campo desvelou uma série de interesses específicos que se materializaram num conjunto de orientações focalizadas nos processos de elaboração das políticas públicas, além, de possibilitar interpretações para os problemas de políticas.

Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009), um indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.

Indicadores como medida de avaliação de políticas públicas são instrumentos que contribuem para identificar e medir aspectos relacionados a um determinado fenômeno decorrente da ação ou da omissão do Estado. Sua principal finalidade é traduzir, de forma mensurável, um aspecto da realidade dada (situação social) ou construída (ação), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os indicadores são ferramentas constituídas de variáveis que, associadas a partir de diferentes configurações, expressam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. Permitem descrever, classificar, quantificar, qualificar aspectos de uma realidade e que atendam às necessidades dos tomadores de decisões.

Numa consideração a respeito do histórico das políticas públicas relacionadas à empregabilidade dos jovens e adultos, especialmente os percebidos como menos privilegiados, o desenvolvimento de políticas públicas sempre foi um desafio considerável no Brasil.

O crescimento industrial nacional foi adaptando-se às necessidades de qualificação, de acordo à sua vontade. O poder público, por sua vez, quanto à formação de políticas dessa

natureza, pautou sua atuação em propor medidas de qualificação de pessoas, atendendo à técnica do trabalho sem uma preocupação formadora do ser humano.

Atualmente, o próprio mundo do trabalho revela às pessoas que, na atual estrutura econômica, as chances de se conseguir trabalho variam de acordo à escolaridade e também ao seu nível de formação frente às atuais exigências do trabalho.

A política educacional brasileira, representada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) vincula a educação ao mundo do trabalho. Os artigos 35 e 36 asseguram que o Ensino Médio possui entre suas prioridades a preparação básica para o trabalho e a cidadania e a compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos.

Contudo, o que se verifica é que, à medida que a empregabilidade tornou-se extremamente relacionada à qualificação pessoal e profissional, as competências técnicas devem, por sua vez, estar associadas à capacidade de decisão e de adaptação a novas situações. Assim, a educação, e em especial os cursos de qualificação profissional, devem buscar desenvolver uma postura empreendedora, passando também pela promoção de um comportamento alinhado às novas tecnologias, amplamente requeridas pela nova ordem econômica que se instala e que reconfigura o mercado de trabalho.

Importante ressaltar que qualificação, por si somente, não gera empregabilidade, principalmente numa economia capitalista que ainda responde a questões econômicas mais amplas e a decisões pautadas numa escala mundo. Assim, o estabelecimento de medidas de avaliação é fundamental, de grande importância para o aperfeiçoamento e para a implementação de medidas corretivas quando necessário, sobretudo quando sua aplicação se dá com forte viés social e numa perspectiva compensatória e assistencialista.

Dentre as mais diferentes questões que devem ser pensadas na definição de indicadores de avaliação de políticas públicas, são de extrema importância os desafios quanto à adequação das informações demandadas no momento da formulação e como estas poderão servir como meio de avaliação da eficiência.

O grande número de informações advindas da definição de parâmetros legais para criação de uma política pública pode servir como meio de formulação de inúmeros indicadores que, se não bem definidos, implicam em grandes riscos de interpretações equivocadas quanto à eficiência ou levam, ainda, à tomada de decisões que não refletem a realidade daqueles que efetivamente vivenciaram modificações em suas vidas decorrentes da participação nos cursos de qualificação, tornando assim, necessária, a clareza na definição dos procedimentos relativos à sua elaboração.

Para a adoção de indicadores, o conjunto de informações relativas ao objeto avaliado precisa estar consubstanciado às diferentes fases e tipos desse objeto, bem como aos diferentes atores que o integram e à própria sociedade. A produção e o tratamento de informações possibilitam a ampliação do conhecimento sobre as políticas públicas e reforçam o processo de aprendizado necessário para viabilizar a implementação das políticas públicas.

Nesse entendimento o capítulo seguinte discutirá a Lei da Aprendizagem, Lei 10.097/2000, como uma das opções políticas públicas voltadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho envolvendo a relação educação e trabalho.

CAPÍTULO III – A LEI DA APRENDIZAGEM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO

3.1 A LEI DE APRENDIZAGEM: POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA

O trato dado às políticas públicas que envolvem o tema “Educação para o trabalho” geralmente citam a formação profissional por meio de considerações, numa perspectiva compensatória e assistencialista frente àquelas centradas na racionalidade técnica, voltadas ao modelo econômico vigente. Existem ainda linhas que percebem o sentido da formação profissional por meio de uma dimensão educativa, parte do processo de formação humana.

A Lei da Aprendizagem, Lei nº. 10.097/2000, determina que todas as organizações de médio e grande porte contratem um número equivalente de aprendizes, entre 5% e 15% do seu quadro de colaboradores. No âmbito legal, aprendiz é o jovem que estuda e trabalha, recebendo, ao mesmo tempo, formação teórica na profissão para a qual está se capacitando e desenvolvendo a prática profissional. Deve ainda cursar a escola regular, se ainda não concluiu o Ensino Médio, e estar matriculado e frequentando instituição de ensino conveniada com a empresa que o contratou e que ofereça curso de formação de aprendizagem, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sendo ainda prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005.

As discussões sobre a importância da formação profissional, oriundas de diferentes setores da economia afirmam a necessidade, cada vez de melhorias significativas na profissionalização das pessoas para sua inserção no mundo do trabalho e nesse sentido a própria legislação faz atenção quando busca explicitar o significado de formação técnico profissional conforme a Lei Federal nº. 10.097/2000:

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Frente à concepção de que o direito à educação e à informação são fundamentais ao pleno desenvolvimento do ser humano, bem como à construção de uma sociedade democrática e plural. Faz-se necessário também que se ampliem as discussões e análises quanto a questão da formação profissional, partindo da ideia de que compõem-se de um conjunto de processos

educativos que visam desenvolver conhecimentos teóricos e práticos para que assim possa-se implicá-los às atividades que visam à produção de bens e serviços.

Manfredi (2002) analisa a educação profissional como direito social, uma dimensão a ser incorporada aos projetos escolarização de nível fundamental e médio dirigidos aos jovens e adultos pertencentes aos grupos populares.

Contudo, na estratégia de mercado capitalista é cada vez mais evidente que há certa dissolução de formas de trabalho, tanto no âmbito do ser quanto no âmbito do pensar, em diferentes esferas, de forma que, desde a década de 1930, a aprendizagem herdada do ofício artesanal e manufatureiro tem sido substituída gradativamente pelas séries metódicas de produção e disseminação de capital. Assim, os currículos voltados à aprendizagem profissional, nos diferentes cursos de qualificação ou nos chamados cursos profissionalizantes, obedecem a essa lógica.

Nas palavras de Mézáros (2008, p.35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉZÁROS, 2008, p.35).

Cabe assim, refletir sobre a dinâmica de implementação de políticas públicas instituídas no Brasil voltadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho, assim como a necessidade de avaliação dessas políticas, que *a priori* visem discutir as questões da qualificação profissional envolvidas nestas dimensões: para quê? para quem? e onde?, tomando por base, principalmente, os jovens, atores no processo de formação de aprendizagem profissional, atendidos por uma política pública, à luz da Lei nº. 10.097/2000.

Nesse pensamento, dentre os pontos de discussão que sugerem uma análise aprofundada quanto ao desenvolvimento do Programa Jovem Aprendiz enquanto política pública servindo inclusive como meio de avaliação de sua efetividade, a inserção das pessoas no mundo do trabalho possui grande destaque. No mesmo pensamento, a percepção quanto as condições socioeconômicas dos jovens atendidos, assim como, os parâmetros que são estabelecidos pelas empresas contratantes, os meios e mecanismos em que se processam esta inserção e como a mesma está sendo realizada, os resultados obtidos e as análises quanto ao percentual desses

jovens que, efetivamente, permanecem trabalhando após os cursos de formação e a prática profissional são imprescindíveis na proposição deste trabalho.

Necessário também que seja definido o real significado, no âmbito da legislação vigente, a formação técnica profissional, principalmente quando considerada que está será desenvolvida no ambiente de trabalho.

A partir dessa perspectiva, torna-se importante considerar as especificidades do Programa Jovem Aprendiz, os referenciais que identificam os jovens que o compõe, o perfil social, seus sonhos, verdades, metas e o sentido da aprendizagem oferecida e efetivamente apreendida. Assim, a análise do itinerário de vida de jovens participantes ganha um caráter bastante significativo, pois cada percepção quanto ao sentido do trabalho, quanto aos significados desse Programa em alguns aspectos guardam significados únicos.

Do ponto de vista histórico, o campo da qualificação profissional no Brasil tem sido amplamente conduzido pela iniciativa empresarial, possui um caráter mais restrito a cursos desenvolvidos no ambiente de trabalho ou desenvolvidos num sentido mercadológico voltados à questão estratégica, no conjunto de interações entre o mercado e suas flutuações, quanto à questão do emprego e do desemprego.

A partir da implementação da Lei nº 10.097/2000, esse sentido de aprendizagem profissional tem se consolidado por intermédio desse mecanismo legal, sob o regime jurídico de contrato especial de trabalho, por tempo determinado de no máximo dois anos¹⁸. Assim, do ponto de vista legal se define, em linhas gerais, o Programa Jovem Aprendiz.

No conjunto das principais características da Lei da Aprendizagem, ressalta-se o recolhimento das obrigações legais, que podem ser consideradas ganhos, uma vez que os contratantes estão sujeitos ao recolhimento de alíquota de 2% (dois por cento) sobre os valores de remuneração de cada jovem, inclusive sobre as gratificações, devendo o valor ser creditado em conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ainda o recolhimento relativo à contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que é obrigatório, sendo o aprendiz segurado empregado. Há ainda alguns incentivos fiscais e tributários que são assegurados como forma de incentivo às empresas contratantes, como a dispensa de aviso prévio remunerado e a isenção de multa rescisória.

¹⁸ Lei 10.097/2000 altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto 5.452, de 1º de maio de 1943.

Os jovens beneficiários são contratados por empresas na condição de aprendizes de ofícios previstos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹⁹ do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ao mesmo tempo em que são, obrigatoriamente, matriculados em programas de formação de aprendizagem oferecidos em instituições qualificadoras reconhecidas e responsáveis pela certificação do jovem aprendiz. Os Serviços Nacionais de Aprendizagem SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP, os Institutos Federais de Educação e as Entidades sem Fins Lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional e também portadoras de registro nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, conforme arts. 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Uma das características do Programa Jovem Aprendiz, que marcam sua especificidade enquanto relação de trabalho, retirando-o do sentido de curso de qualificação profissional está na definição de sua carga horária que é estabelecida no cadastramento do curso de qualificação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e posteriormente em contrato de trabalho, devendo somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho para o jovem, na empresa contratante e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem.

Ainda de acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atenda às suas necessidades. As frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz (art. 429, *caput* e § 1º da CLT). As funções gerenciais, as de nível superior e de nível técnico são retiradas da base de cálculo.

Quanto aos cursos de formação de aprendizagem, em dezembro de 2007 foi publicada a Portaria MTE nº. 615, tendo como objetivo principal promover diretrizes curriculares para o desenvolvimento dos cursos e programas de aprendizagem, classificados no âmbito da educação profissional como cursos de formação inicial e continuada. Em dezembro de 2008,

¹⁹ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República. Fonte: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>.

foi publicada a Portaria MTE nº 1.003, que alterou alguns artigos da Portaria nº 615 mantendo, contudo, as diretrizes curriculares já adotadas.

No ano de 2012, a Portaria MTE nº 723/2012 surge como nova proposição sobre a matéria, trazendo no conjunto de inovações propostas três pontos básicos: Formação teórica distribuída de forma concomitante com a formação prática, sem a obrigatoriedade de um percentual fixo antecedendo o início da formação prática do jovem (art.11); Possibilidade de atuação da entidade qualificadora em município diverso de sua sede, desde que atendidas as regulamentações do Art. 16²⁰ da referida portaria; Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional (CNAP)²¹, com a inclusão de novas famílias de ocupações, compondo o Arco Ocupacional²² e as opções de cursos desenvolvidos por todas as entidades ofertantes de cursos.

Atualmente, percebe-se com certa amplitude a ideia de que a inserção de pessoas no universo do trabalho no Brasil pressupõe a passagem por um processo de formação escolar ou profissional mais completo, mais elaborado quanto às reais necessidades de crescimento econômico e social. Essa compreensão, entretanto, não deixa claro se os atores principais desse processo, os jovens, tenham como intrínseca a importância da relação educação e trabalho para o fortalecimento da ideia de sua cidadania.

Contudo, ao analisarmos o cenário em que têm se estabelecido atualmente a relação educação e trabalho, percebe-se de pronto todo o conjunto de influências que o modelo econômico neoliberal têm efetivamente colocado como caminhos para a educação no Brasil, esse mesmo modelo tem também baseado a qualificação profissional sob à égide da competência, que dentre suas características sugerem um perfil para o trabalhador que baseia-se num conjunto de habilidades profissionais que o indivíduo deve possuir para assim ser

²⁰ Art. 16. A entidade qualificada em formação técnico-profissional inserida no CNAP poderá atuar em município diverso da sua sede, desde que:

I - não exista, no município em que se situa a empresa e será desenvolvido o programa de aprendizagem, outra entidade qualificadora de formação técnico-profissional com programa de aprendizagem inserido no CNAP e publicado na página do MTE na internet.

II - a matriz ou filial da entidade qualificadora, a empresa e o local de formação se localizem em municípios limítrofes ou a uma distância máxima de trinta quilômetros a partir do limite do município em que se situa a entidade qualificadora; e

III - haja facilidade de deslocamento.

²¹ Criar o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP, destinado ao cadastramento das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005.

²² Agrupamento de ocupações relacionadas que possuem base técnica próxima e características complementares. Eles permitem que os aprendizes tenham uma formação mais ampla de forma a aumentar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

Fonte: http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/arcos_ocupacionais.asp.

denominado e consideradas quando percebida sua capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis.

Cabe então, para as Instituições formadoras um papel fundamental, porém controverso, e de grande importância no momento da definição dos seus princípios norteadores de sua práxis enquanto instituição, que tenha a educação profissional, a qualificação profissional aliadas à perspectiva de uma formação cidadã, consubstanciando nos seus projetos pedagógicos a ideia de formação de pessoas para o mundo do trabalho e para a vida e não para o mercado de trabalho. Esse torna-se então o grande desafio pedagógico e institucional para as Entidades Formadoras, em especial para as organizações não governamentais, que têm buscado oferecer nos cursos de formação de aprendizagem um currículo baseado numa concepção de cidadania e de protagonismo social.

Ainda em que pese no histórico da educação profissional brasileira, a constante busca pela associação e satisfação das demandas econômicas e mercadológicas, na sempre evidente necessidade de vincular a educação aos planejamentos econômicos globais, como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico do País como um todo, para o atingimento desse objetivo foi também necessário adequar os programas de educação às necessidades de qualificação de pessoas demandada pelo mercado de trabalho e não pela afirmação da cidadania.

Contudo, o processo de redemocratização do país, o fortalecimento da gestão participativa, as pressões sociais, têm influenciado a formação de um novo cenário, onde novas sociabilidades no campo da educação e do trabalho tem se fortalecido no Brasil, principalmente no final do século XX, com certeza também devido a fatores conforme os citados anteriormente.

Estimulados pelos ares dos movimentos que engendraram a abertura política, os anos 1980 foram marcados por um conjunto de medidas educacionais não estruturais, mas levadas a termo em experiências localizadas em diferentes regiões do País. Aglutinadas em torno da defesa do ensino público de boa qualidade e da democratização da educação, essas experiências voltavam-se para a educação de crianças e jovens das camadas populares, com ênfase na participação dos próprios interessados e das direções das escolas.

Na tentativa de dar conta das mudanças nas últimas décadas, vários são os ajustes educacionais realizados, até em escala mundial. Mesmo num cenário educacional diversificado, como o brasileiro, no qual as diferenças regionais são facilmente percebidas e comprovadas, as tentativas de solução buscadas têm sido marcadas por alguns pontos em comum, dentre os quais podem ser citados: a afirmação de uma escolaridade básica mais prolongada, e a elaboração e implementação de uma proposta de uma educação profissional mais abrangente e, portanto, em

primeira análise, para além do adestramento nas técnicas de trabalho, mesmo que ainda esteja longe de ser a ideal e que tenha também demonstrado efetivamente, têm sido uma tendência importante.

Outra ação que têm de certa forma se generalizado nas políticas de educação profissional refere-se à opção por uma organização curricular com foco no desenvolvimento de competências profissionais, uma vez que se condiciona ao desafio da concomitância das atividades teóricas e práticas.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 confirma essa tendência, na medida em que afirma o propósito de estender ao poder público a obrigatoriedade de oferta de Ensino Médio como direito de cidadania. E nos seus artigos 39 a 42 concebe a educação profissional como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, de modo a conduzir “ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva”. Também no quesito organização curricular, a atual legislação confirma os parâmetros que passam a orientar as ofertas educacionais na nova ordem da economia mundial, ainda que seu surgimento tenha se dado em coincidência à ascensão do neoliberalismo.

Torna-se, assim, bastante evidente que, no que diz respeito à inserção de jovens no mundo do trabalho, por meio da formulação de políticas públicas, compostas tanto por programas de qualificação profissional quanto por programas de requalificação profissional, há uma tentativa de reverter os déficits de profissionalização verificados pelo mercado, poderia ser assim necessária a proposição de análise de indicadores que possam evidenciar os resultados atingidos e apontar caminhos para reformulação de ideias.

3.2 JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: PRINCÍPIOS E CONSIDERAÇÕES

Conforme já explicitado anteriormente, aprendizagem profissional é prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na Lei nº. 10.097/2000 e foi regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Assim, a obrigação de contratar, como aprendizes, adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos e pessoas com deficiência, sem limite máximo de idade, tornou-se um dos pontos principais da política pública de inserção de jovens no mundo do trabalho.

Sob o ponto de vista do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a aprendizagem profissional deve ser desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, com atividades que deverão ser desenvolvidas, na

empresa contratante ou na Entidade Formadora, devendo guardar correlação às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, de modo a proporcionar ao aprendiz uma formação profissional básica.

Conforme explicitado por Lima (2005), as políticas públicas de educação profissional, mesmo em países desenvolvidos, guardaram desvinculação das políticas de emprego, desenvolvimento e educação, fato que se tornou a principal causa de fracasso. Assim, visando analisar o Programa Jovem Aprendiz, a partir da consideração de que se trata de uma política pública de inserção de jovens no mundo do trabalho, deve-se, em princípio, definir pontos que são cruciais para melhor entendimento do objeto de pesquisa.

Assim, inicialmente, cabe estabelecer um referencial conceitual sobre juventude, situá-la quanto às diferentes conceituações existentes, para então discutir o sentido da qualificação profissional como fator de geração da chamada empregabilidade, mediante o entendimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como as exigências profissionais feitas aos jovens no mundo moderno e finalmente analisar o Programa Jovem Aprendiz, como vetor de inserção dessa juventude no mundo do trabalho.

3.2.1 Conceituando juventude

A palavra juventude ganhou uma nova concepção que não mais está pautada em uma única possibilidade de se definir o que é ser jovem, por meio de um perfil único e quase homogêneo, ou apenas como um componente de uma massa etária denominada de juventude. Hoje, tornou-se mais comum a utilização do termo “juventudes”, devido à heterogeneidade que circunda esses sujeitos e seus meios (DAYRELL, 2003; UNESCO, 2004; OIT, 2004).

Um dos principais pontos – e que deve ser considerado nesse entendimento – é o fato de que é preciso entender os jovens muito além do que indivíduos, com idade entre 15 a 24 anos. O critério da idade não é suficiente para discutir uma categoria que tem assumido ao longo da história contornos e conceituações tão diferentes.

Para Netto (2006, p.42) juventude, hoje, é um conceito tão vago que dificilmente pode ser usado para dominar de fato um recorte da população. Se juventude é uma questão etária, será complicado determinar quando ela se encerra.

Também não se pode percebê-los como um grupo social homogêneo, principalmente num país que possui uma diversidade populacional tão ampla, como o Brasil. Agrupar sujeitos tão distintos, que muitas vezes só têm em comum a idade, torna-se uma caracterização simplista. Portanto, é preciso distinguir os sujeitos, bem como sua fase de vida, e sendo assim

não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro refere-se à fase, e o segundo são os sujeitos que vivem essa fase em meio a todo conjunto da diversidade.

Diferentes perspectivas de análise têm sido adotadas para compreender as diversas características que envolvem a juventude. Tal fato tem implicado no conjunto de estudos que vão desde o campo das mudanças físicas até as comportamentais.

No entanto, grande parte desses estudos tem-se voltado principalmente para problemas comuns que assolam à juventude moderna, como o uso de diferentes tipos de drogas e seus efeitos, os altos índices de violência a que estão submetidos como vítimas ou como causadores, a deficiência da vida escolar, as dificuldades de inserção e permanência no mundo do trabalho e diversos outros.

As análises propostas nesse tema, comumente geram conceitos e ideias que estão alinhados à associação da juventude à noção de crise e de problema social, que acabam na necessidade de implementação de políticas públicas. No entanto, abordar a juventude, também implica, na análise e discussão de várias outras considerações que servem para ampliar as proposições ligadas ao tema. Ou seja, uma abordagem acerca da juventude, na normalidade do seu cotidiano, não é exequível quando se empreende a reflexão sem perceber também todo o conjunto de mudanças que passa a sociedade atual, principalmente quando relaciona-se diretamente à relação trabalho e educação.

De certo que são inúmeras e diferenciadas as visões existentes acerca da juventude e que muitas delas foram estabelecidas ao longo da história. A exemplo na concepção das sociedades clássicas greco-romanas a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. “*Juvenis*” vem de “*aeoum*”, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força da idade”. Nessa cultura, a deusa grega Juventa era evocada justamente nas cerimônias do dia em que os mancebos (adolescentes) trocavam a roupa simples pela toga, tornando-se cidadãos de pleno direito.

Na atualidade não há consenso em torno dos exatos limites de idade que devem vigorar para definir quem é jovem, mas a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Tempo de transição, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania.

A partir da pluralidade de conceitos que o tema juventude tem adquirido nos últimos anos, assim como, mediante a quantidade com que vem sendo pesquisada a partir de diferentes e as vezes antagônicos conceitos.

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) considera como jovens todas as pessoas entre 15 e 24 anos. E o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE, 2007) ainda que amplie essa faixa etária, considera jovens pessoas de 15 a 29 anos e adota o seguinte esquema: adolescentes – jovens entre 15 e 17 anos, jovens – jovens, entre 18 e 24 anos; e jovens – adultos, entre 25 e 29 anos. Essa delimitação corresponde à faixa etária das políticas atuais do governo, no entanto, ainda não existe um consenso nem mesmo no Brasil sobre a delimitação da faixa etária relacionada à juventude.

Sheely apud (CAMARANO *et al*, 2004) acredita que essa demarcação está bastante ultrapassada. A transição da infância para a juventude, por exemplo, tem começado cada vez mais cedo. Esse é um dos exemplos que interfere na definição de faixa etária de juventude, o que fortalece que ser jovem, cada vez mais não depende da idade.

Diversas críticas quanto a essa delimitação etária são bastantes comuns e diversos estudos passam a relacionar outras categorias de análise e que servem como novos meios de considerações a respeito do tema conforme o pensamento de PIMENTA apud CAMARANO *et al*, (2004).

É preciso que se reconheça, inclusive, que se tornar adulto não depende apenas da passagem por determinadas etapas da vida, sendo importante também a identificação do jovem como um adulto. Ambas as condições são construção sociais que dependem do significado que lhe são atribuídas nos diferentes contextos culturais e nacionais, assim como ser adulto é também uma auto identidade construída no processo de transição. (PIMENTA apud CAMARANO *et al*, 2004, p.17).

Válido ainda ressaltar, que no Brasil, especificamente, para a grande maioria dos jovens, as vulnerabilidades são crescentes e a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em principalmente devido a origem social e aos níveis de renda familiar. No entanto, também as disparidades econômicas entre as regiões do país, entre campo e cidade definem os acessos e as carências nas vidas dos jovens. Os que vivem nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades por exemplo vivenciam as piores situações de pobreza, de escasso reconhecimento cultural e de restrito acesso às instâncias decisórias.

Ressalta-se ainda a condição de que os jovens de hoje também se diversificam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos. Esses recortes, que funcionam como demarcadores de identidades, podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos.

Maria Rita Kehl (2004) lembra que a imagem do jovem consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, se oferece à identificação de todas as classes sociais, mesmo que poucos sejam capazes de consumir todos os produtos. A compra incessante de novos produtos torna-se uma demanda imaginária tão coercitiva quanto qualquer necessidade biológica.

No Brasil, conforme explicita Borges (2010), a discussão quanto ao tema é relativamente recente, considerando que somente a partir de ano de 1995, foi que a percepção da juventude para além da classe média tomou força.

Com todas essas diferenciações internas, o que haveria de comum entre os jovens de hoje quando nos referimos a sua inserção no mundo do trabalho? De certo que o tema envolveria diversas conceituações e caminhos e envolveriam conceitos diversificados quanto à juventude e à participação social e evocaria comparações entre diferentes gerações e é propício para generalizações infundadas.

Em meio as várias considerações existentes, as definições empregadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmam que a temática da juventude e as características que orientam a definição do que é ser “jovem” são complexas. Porém, em função da necessidade de estabelecer algum padrão de juventude, adota-se, a faixa etária de 15 a 24 anos para sua melhor definição.

No contexto das políticas públicas para a juventude, especificamente aquelas voltadas à “inserção de pessoas no mundo do trabalho” e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos têm sido as mais amplamente discutidas e implementadas no Brasil e não por acaso também vêm seguindo as determinações internacionais. O Programa Jovem Aprendiz, como um dos exemplos, é uma política pública que tem marcada, em sua concepção de juventude, essa mesma faixa etária, demonstrando todo o seu alinhamento às determinações internacionais ou do grande capital.

Alguns autores, como Corti e Souza (2005) que também se utilizam da definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), consideram que a fase dos 15 aos 24 anos seria representada pelo vínculo entre indivíduos de uma mesma geração que forma um segmento social específico. Contudo, os mesmos autores afirmam que tal definição somente se justifica por tornar possível a produção de pesquisas e a construção de Políticas Públicas destinadas a essa categoria, não sendo capaz, entretanto, de apreender o completo significado da juventude dentro de um contexto sócio-histórico específico.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 privilegiou a paridade entre o governo e a sociedade civil, por meio de conselhos responsáveis para gerir e estabelecer controle social sobre políticas públicas voltadas à juventude. No entanto, deve-se destacar que o

desenvolvimento dessas políticas tem sido realizado principalmente em duas proposições, a etária e a econômica.

Ressalta-se que uma política pública, quando concebida exclusivamente pelo caráter cronológico, acaba por excluir uma ampla faixa de indivíduos que, ao atingirem os limites cronológicos impostos na definição da clientela alvo, ainda permanecem no campo efetivamente possível do raio de ações das políticas dadas à sua condição de vulnerabilidade social. Nesse entendimento, encontram-se em grande número os jovens oriundos de segmentos populacionais empobrecidos, em sua grande maioria, os negros, os filhos de trabalhadores do segmento informal, dos trabalhadores rurais, com baixa escolaridade que, são excluídos do raio de ações, em decorrência do modo como foram concebidos tanto o conceito de juventude quanto o da própria política.

Sendo assim, os contextos diferenciados em que vivem os jovens, as diferentes caracterizações das condições sociais, as diferentes faixas etárias, bem como o conjunto de vulnerabilidades sociais a que estão expostos esses jovens, ampliam tanto as possibilidades quanto as necessidades de elaboração e implementação de políticas públicas que visem atender as pessoas que compõem tais contextos sociais, à medida que também aumenta a necessidade de acompanhamento e de avaliação dos princípios e resultados decorrentes da implantação e execução dos programas e projetos dessa natureza.

O que se efetiva, de fato, no campo da definição de juventude é que, independentemente do critério em que seja abordado esse conceito – biológico, etário ou social –, por certo, ele guardará variações significativas, dificultando que o tema seja abordado de forma uniforme.

A despeito disto, Chillan (2005, p. 69), afirma que não há uma definição exata a respeito de juventude e afirma:

Encontrar uma definição exata para o termo “juventude” talvez seja uma pretensão muito difícil de alcançar, e há o risco de ver frustrada a tentativa. Não existem definições de “jovem” nem de “juventude” que abarquem todas as arestas que por sua própria natureza esses vocábulos contêm. (CHILLAN, 2005, p. 69).

Sendo assim, tomando por base que a definição de juventude não deve ser estabelecida apenas pelo fator cronológico e que as políticas públicas devem levar em consideração a complexidade e a diversidade das realidades dos sujeitos e suas diferentes categorias, a efetivação de critérios de avaliação dessas políticas possuem uma relevância social que não pode ser descartada pela sociedade como um todo.

Chillan (2005, p. 68) traz uma importante consideração a respeito de políticas públicas, ao concebê-las como um sistema que integra organicamente uma determinada representação social. Para o autor, uma política pública para a “juventude” é o sistema público que aborda as preocupações sociais relativas aos jovens de um país ou uma região e assim a define:

Uma política pública é (ou deveria ser): um sistema que integra (ou deveria integrar) organicamente um discurso ou representação social do sujeito (em que se define a cobertura social e geográfica, os problemas e necessidades, assim como as demandas sociais que o Estado assume), ao qual se dirige de maneira preferencial; um sistema de informação que permite otimizar a qualidade e a transparência das ações e procedimentos; um fluxo de recursos que permite financiá-la; um marco normativo que a regula e faculta; um sistema de comunicação e informação pública; um conjunto de ofertas programáticas ou ações de benefício ou transferência; e uma institucionalidade ou suporte organizacional por meio do qual são realizadas as ações. (CHILLAN, 2005, p.68).

Conforme abordado anteriormente, o que se percebe no Brasil é que, apesar das diferentes definições sobre juventude, há uma tentativa de uniformização de uma determinada idade, ou faixa de idades que melhor expressem o que seria o jovem, compreendendo-o como toda pessoa que se encontre na faixa de 15 a 24 anos de idade.

A contribuição de Mesquita (2005) é significativa, no que concerne ao conceito de juventude, quando destaca as concepções que denomina de administrativa e cultural e as associa a uma parte da imagem que a sociedade tem de si mesma. Para o autor, a administrativa, por exemplo, contribui para a fixação de idades limites, de faixas etárias, de públicos alvo, da criação de leis com garantias específicas etc. A cultural, por sua vez, refere-se à criação do estigma, associando determinadas categorias de jovens a problemas sociais, tais como violência, crime, exploração sexual, drogas etc.

Em contraposição à consideração do jovem como problema social, as políticas públicas têm apresentado o jovem como um sujeito de direitos, com relevante papel na sociedade, e o Programa Jovem Aprendiz, evidenciando o caráter administrativo cultural, se efetiva a uma clientela determinada, fixada num conjunto de direitos estabelecidos, tendo o jovem como protagonista.

Novamente Chillan (2005, p. 70) atenta à ideia do conjunto que as políticas públicas devem estar atreladas e afirma:

É muito importante conhecer a quem são dirigidas as políticas públicas, e não deixar de lado a perspectiva de conjunto. Conhecendo a quem são destinadas essas ações, planos, programas e políticas, é possível impedir que elas beneficiem unicamente os jovens das classes médias e altas, aqueles que no

geral costumam ser os mais capacitados para aproveitar seus benefícios, deixando de lado os jovens das classes desfavorecidas, que enfrentam mais dificuldades e carências. (CHILLAN, 2005, p.70).

Segundo Pais (2001), a juventude é uma categoria socialmente construída. Portanto, sujeita a modificar-se ao longo do tempo. No dia-a-dia, os indivíduos tomam consciência de determinadas características e, se elas afetam um universo considerável de indivíduos pertencentes a uma geração, são culturalmente incorporadas. Se essas características de um período da vida apresentam-se como expressão de problemas, então atraem a atenção dos poderes públicos, tornando-se objeto de medidas legislativas ou não. Como exemplo, há o Programa Jovem Aprendiz e muitos outros programas destinados a qualificação profissional e inserção de pessoas no mundo do trabalho.

Apesar do significativo crescimento no número de Políticas Públicas voltadas à juventude –, as quais foram efetivadas no Brasil a partir do ano de 2005, e ainda que tenham sido baseadas num conceito que assegura o jovem como um sujeito de direitos na sociedade, é perceptível que tais políticas são elaboradas a partir da percepção e análises que o Estado possui a respeito da juventude e não daquela que os próprios jovens têm a respeito de si e sob a manutenção de “favorecidos” pelas ações do Estado –, esse segmento ainda não se percebe plenamente como um cidadão.

Constata-se facilmente que os jovens que mais se beneficiam com programas de Políticas Públicas são aqueles mais integrados socialmente, praticamente não atingindo aqueles para os quais as necessidades são potencialmente maiores, disfarçando assim a exclusão. Justifica-se, desse modo, a necessidade de reflexão quanto à relação entre educação e trabalho e quanto à avaliação da Política Pública de inserção de jovens no mundo do trabalho à luz da Lei da Aprendizagem.

De acordo o que já se explicitou no texto introdutório, este trabalho se traduz na avaliação da Política Pública e na busca da percepção dos jovens participantes e egressos do Programa Jovem Aprendiz, no período 2012-2013, sobre os impactos em suas vidas, abordando suas concepções a respeito do Programa, sua ideia de cidadania, os parâmetros sociais em que estão inseridos e o significado em suas vidas mediante a sua participação. O produto da presente pesquisa consiste no itinerário de vida de participantes e egressos de Programas de Aprendizagem desenvolvidos nos municípios de Catu e Pojuca. Portanto, tendo em vista a satisfação do objetivo proposto, buscar-se-á servir assim como uma referência para avaliação dessa Política Pública no contexto social em que ela vem atuando nesses municípios.

3.2.2 A qualificação profissional e empregabilidade nos Programas de Aprendizagem desenvolvidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego

Conforme explicitado anteriormente o conceito de qualificação profissional aqui adotado segue o entendimento de Cattani (2002), que a definiu como um conjunto de processos educativos que permitem às pessoas adquirirem e desenvolverem conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, incluindo processos que se desenvolvem nas escolas e nas empresas.

Contudo, o mesmo autor aponta à polissemia que envolve o entendimento do tema e, mesmo diante a toda diversidade de terminologias que servem para designar os processos que permitem aos indivíduos desenvolver os saberes teóricos e práticos relacionados ao mundo do trabalho, de fato, a complexidade reside principalmente na não existência de um consenso quanto aos critérios que podem ser adotados e considerados para que enfim possa-se chegar a uma definição amplamente aceita.

Uma das questões a ser levada em conta quando se pensa na relação entre qualificação profissional e emprego, é que a qualificação refere-se ao conjunto de habilidades ou tipos de competência requeridos pelas empresas. Importante também citar que escolaridade e qualificação técnica, constituem duas formas diferentes de competência que, embora sejam comumente confundidas, devem ser analisadas separadamente, na medida em que seu comportamento para satisfação das demandas relativas ao trabalho é bastante distinto. O fato é que a escolaridade, independente da função que venha ser desempenhada bem como do setor a que a vaga esteja relacionada, é exigência fundamental e também consenso entre os diversos especialistas quando discutidas as modernas exigências do mundo do trabalho.

Contudo, o aprofundamento da discussão sobre qualificação profissional traz consigo uma complexidade de questões. Uma delas refere-se às distintas conotações do conceito de flexibilidade, que é um dos elementos mais exigidos na atual conjuntura do mundo do trabalho.

Outra importante questão diz respeito às segmentações do mundo do trabalho, que confinam determinado número de pessoas em trabalhos desqualificados ou pouco valorizados, para os quais a qualificação não vem sendo observada, pelo menos na mesma medida que vem ocorrendo para outros setores.

No que tange à definição de empregabilidade, as conceituações apresentadas e que seguem nos documentos oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a define basicamente como a atratividade de um indivíduo aos olhos dos empregadores potenciais,

apreciadas pelos resultados sintéticos de testes obtidos mediante a combinação da avaliação de aptidões e de comportamentos e de sua capacidade de integração profissional.

Em tese, a empregabilidade destina-se a medir a distância entre as características de um indivíduo e os imperativos da produção e da aceitabilidade no mercado de trabalho. A operacionalização dessa versão de empregabilidade implica em ajudar pessoas e grupos necessitados de obtenção e conservação de um emprego e em planos de desenvolvimento de empregabilidade que previam ações de formação.

Na década de 1990, as análises dos índices de desemprego, bem como os dados relativos à não inserção de pessoas no mundo do trabalho, facilmente revelam que sua existência era uma das consequências da inadequação da força de trabalho, em termos de habilidades e competências face às novas exigências do mercado, o que também implica os baixos índices de escolaridade existentes. Fatos que acabaram por justificar a necessidade de criação de diversos programas de qualificação e requalificação, pois assim a empregabilidade poderia ser assegurada. Esse foi o terreno fértil para que a noção de empregabilidade se institucionalizasse.

Assim, os poderes instituídos, a começar pelo nível federal, passaram a utilizar a noção de empregabilidade como uma justificativa para a não inclusão, quer dizer, para o não sucesso dos indivíduos nas suas tentativas de inserção ocupacional. Dessa forma, aqueles que quisessem garantir sua inserção no mercado de trabalho deveriam desenvolver sua empregabilidade. Caberia tão somente ao sistema educacional a responsabilidade pela oferta de meios para que os indivíduos obtivessem um lugar no mercado, e estes teriam a responsabilidade pelas saídas a serem encontradas.

Nota-se também que a individualização torna-se um dos elementos-chave da noção da empregabilidade, ou melhor, a noção de empregabilidade passou a assentar-se em um entendimento de individualização que, em um primeiro momento, significa a desincorporação dos modos de vida da sociedade industrial. Posteriormente, ela passa a significar a incorporação de outras novas formas de viver a vida, de tal sorte que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias.

Numa consideração macroeconômica, Silveira (2012) considera que o processo de reestruturação produtiva do capital provocou significativas alterações no capitalismo brasileiro e engendrou um conjunto de transformações nas empresas como um todo, provocando o que a

autora denomina como processos de “desnacionalização²³” e “desindustrialização²⁴”, fenômenos que acabaram por intensificar uma involução do número de postos de trabalho na área da indústria e um crescimento da área de serviços, mas que, apesar disso, possuem características de precarização das relações de trabalho.

Nesse pensamento, torna-se importante analisar se as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro têm realmente proporcionado resultados significativos quanto à permanência desses jovens no mundo do trabalho. Tal reflexão diz respeito às reformulações da educação básica, bem como a elaboração de políticas públicas de inserção de pessoas no mundo do trabalho, principalmente às destinadas aos mais jovens.

Considerando que a juventude é uma parcela da população que necessita de uma maior atenção, principalmente devido aos aspectos relacionados à vulnerabilidade social que muitos jovens estão vivenciando, faz-se necessária a adoção de medidas que visem ao fortalecimento do acesso ao trabalho, assim como a permanência na atividade. Contudo, diante da intensificação dos processos de desnacionalização e de desindustrialização, percebe-se que houve um comprometimento da capacidade de adoção de estratégias voltadas para um planejamento nacional.

3.2.3 Programa Jovem Aprendiz

Tendo como fundamento a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, Lei da Aprendizagem, o Programa Jovem Aprendiz tem por finalidade principal promover a inserção de adolescentes e jovens, com idades de 14 a 24 anos, no mundo do trabalho, que estejam regularmente matriculados e frequentando a escola, se não concluído o Ensino Médio, devendo ainda estar inscritos em programas de aprendizagem desenvolvidos pela empresa contratante do jovem em parceria com as denominadas Entidades Formadoras: SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP, Escolas Técnicas de Educação, incluindo as Agrotécnicas e as Entidades sem Fins Lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

²³ Desdobramento do processo de abertura econômica ocorrido nos anos 1990 e que se caracteriza pela transferência de renda e de propriedades do setor público para o setor privado. (SILVEIRA, 2012).

²⁴ Reversão de estratégias de industrialização em uma determinada economia e que também se caracteriza pelo investimento na descoberta de recursos naturais ou pelo desenvolvimento do setor de exportações e serviços, mas, sobretudo, em razão de as políticas neoliberais terem levado os países a uma reversão de sua estratégia de industrialização. (SILVEIRA, 2012).

Salienta-se que, para desenvolvimento dos Programas de Aprendizagem, as Entidades sem Fins Lucrativos devem também contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem propostos e cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de forma manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados obtidos pelos jovens aprendizes²⁵ no desempenho de suas funções no ambiente de trabalho.

Para efeito de regulamentação da relação de trabalho e a efetiva inserção do jovem no mundo do trabalho, uma das principais etapas é a celebração do chamado contrato de aprendizagem, que consiste na assinatura de um contrato de trabalho, de categoria especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a 02 (dois) anos. Nesse documento, o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, a formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, cabendo-lhe a responsabilidade de executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Sobre os aspectos legais, um dos pontos mais importantes relativos à Lei da Aprendizagem é que esse documento promoveu significativa alteração nos dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto à inserção de normas protetoras ao menor de 18 (dezoito) anos, necessárias à sua capacitação profissional e obtenção de sua primeira experiência laboral.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2013), tal política pública se constitui num eixo de fundamental importância na concepção da denominada política de promoção de ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal, de maneira qualificada e protegida, e permite assim a conexão entre formação profissional e inserção no mundo do trabalho.

Nos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2013), verifica-se que de 2005 a 2013, desde a publicação do Decreto nº 5.598/2005, foram admitidos nessa modalidade de contratação um total de 1.702.365 aprendizes em todo o País, constatando-se que nesse período houve uma ascendente evolução no número de contratos. A análise dos dados permite ainda observar que entre os anos de 2012 e 2013 foram admitidos 646.058 jovens, representando 52,92% da meta programada para o período compreendido entre 2012 a 2015.

²⁵ O Decreto Presidencial nº 5.598/2005 define o aprendiz como o jovem maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, tendo como exceção à idade máxima as pessoas com deficiência, que não possuem limite de idade para que sejam considerados aprendizes.

Tabela 03 - Evolução dos Contratos de Aprendizagem Profissional.

Aprendizes admitidos entre 2005 a 2013	1.702.365
Meta 2012 a 2015	1.220.628
Aprendizes contratados 2013	335.809
Aprendizes contratados 2012	310.249
Aprendizes contratados 2011	264.764
Aprendizes contratados 2010	201.097
Aprendizes contratados 2009	150.001
Aprendizes contratados 2008	134.001
Aprendizes contratados 2007	105.959
Aprendizes contratados 2006	143.254
Aprendizes contratados 2005	57.231

Fonte: Boletim da Aprendizagem Profissional – MTE/2013.

Importante ressaltar que, do ponto de vista da Lei nº 10.097/2000, aprendizagem profissional consiste em formação técnico-profissional metódica que permite ao jovem aprender uma profissão e obter sua primeira experiência como trabalhador, assegurando a proteção integral deste, o qual não pode exercer função não adequada ao seu nível de desenvolvimento. O mesmo dispositivo legal obriga os estabelecimentos de qualquer natureza (excluindo-se as microempresas, as empresas de pequeno porte e as entidades sem fins lucrativos) a empregar e matricular nos cursos em instituições formadoras um número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional de chefia e liderança.

Do conjunto de exigências para cadastramento dos denominados cursos de formação de aprendizagem, adotadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a exigência principal é que tais cursos atendam à formação de aprendizagem técnico-profissional, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e obedeçam ainda aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao Ensino Regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; e horário especial para o exercício das atividades.

O significado de formação técnico-profissional metódica, para os efeitos do contrato de aprendizagem, é definido pelas atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. E quanto à

definição dos cursos de formação teórico e prático que são oferecidos pelas diversas Entidades Formadoras, são considerados pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Não há vedação legal quanto à escolha do aprendiz por parte das empresas contratantes. A grande maioria é composta por jovens sem experiências profissionais e geralmente advindos de famílias menos favorecidas, que são contratados por empresas como celetistas, período em que recebem formação teórica e prática na área de atuação, com cursos teóricos ministrados concomitantemente à atividade prática.

Contudo, dado o baixo número de vagas geralmente oferecidas pelas empresas, em alguns programas verifica-se a existência de processos seletivos predominando a lógica meritocrática e o favorecimento de jovens que tiveram maiores condições de acesso à educação e não contemplando o público alvo do Programa. Nesses casos, a pobreza e a vulnerabilidade social prosseguem restringindo a efetivação dos direitos e adiando, mais uma vez, a oportunidade para esses segmentos exercerem plenamente seu papel de sujeito, independentemente de gênero, cor e, sobretudo, de renda familiar.

Os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes ao ano de 2013, situam os setores do Comércio e Indústria de Transformação como líderes no *ranking* de contratação no País, correspondendo a 50,65% do total de admissões.

De acordo com os dados divulgados no Boletim da Aprendizagem (2013), a escolaridade predominante dos jovens contratados no ano de 2013 obteve maior número entre os jovens de Ensino Médio incompleto (59,96%) seguido pelos de médio completo (25,89%). Ainda segundo o mesmo Boletim, em consonância com a legislação vigente, a preferência nessa modalidade de contratação é a adolescência, contando com um número total de 227.688 aprendizes na faixa etária de 14 a 17 anos. No mesmo período de referência, foram verificadas 2.776 admissões de pessoas com deficiência, conforme dados apresentados a seguir:

Tabela 04 - Faixa Etária dos Contratados Ano Base 2013.

FAIXA ETÁRIA	
Grau	Total
14 a 17 anos	227.688
18 a 24 anos	107.082
25 a 29 anos*	390
30 a 39 anos*	437
40 a 49 anos*	166

50 a 64 anos*	44
65 anos ou mais*	02
*Para faixas etárias superiores a 24 anos, contabiliza-se como pessoas com deficiência com contratos de aprendizagem.	

Fonte: Boletim da Aprendizagem Profissional – MTE/2013.

Do conjunto de garantias trabalhistas previstas em lei, são assegurados aos jovens aprendizes, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), alguns dos direitos trabalhistas e previdenciários de todos os demais empregados, a saber: remuneração proporcional mínima, conforme previsão em lei, férias, décimo terceiro salário e recolhimento à conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na alíquota de 2% (dois por cento), vale-transporte e demais benefícios facultativos. Além disso, deverá ter sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) anotada quanto ao seu contrato de trabalho, num prazo máximo de 48 horas, ou seja, em situação de aprendiz. O direito de acesso à escola também é garantido, e por esse motivo, o horário de trabalho é especial, de forma a não prejudicar os estudos. São vedados, contudo, o seguro-desemprego, o aviso prévio e a multa rescisória de 40% (quarenta por cento) do FGTS.

O Art. 26 do Decreto nº 5.598/05 assegura ao aprendiz, de maneira integral, as vantagens e/ou benefícios concedidos aos demais empregados da empresa constantes dos acordos coletivos apenas quando houver previsão expressa nas convenções ou acordos coletivos; outra hipótese é a concessão dos benefícios e vantagens por liberalidade do empregador.

Com referência às hipóteses de extinção do contrato de trabalho, o Art. 28 do Decreto nº 5.598/05 expressa:

Art. 28. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - falta disciplinar grave;

III - ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e

IV - a pedido do aprendiz.

Parágrafo único. Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem, o empregador deverá contratar novo aprendiz, nos termos deste Decreto, sob pena de infração ao disposto no art. 429 da CLT.

Cabe, contudo, o atesto por parte da entidade formadora quanto à inadaptação do aprendiz caracterizado em laudo emitido pela instituição, o que serve para evidenciar a importância do Programa Jovem Aprendiz, não apenas para a inserção de pessoas no mundo do trabalho, mas também visando à formação técnica e profissional proporcionada.

Nesse sentido, alguns dos objetivos do Programa são: Garantir o acesso dos adolescentes e jovens com perfil de maior exclusão social à qualificação profissional, proporcionando a inserção no mundo do trabalho; Contribuir para melhoria da qualidade de vida dos adolescentes e jovens aprendizes, inclusive as pessoas com deficiência; Conceder oportunidades de condições de desenvolvimento de potencialidades individuais; Oferecer condições à família do adolescente aprendiz, no que diz respeito ao seu crescimento e desenvolvimento, com o objetivo de fortalecer o núcleo familiar; entre outros.

3.2.4 Cursos de Formação de Aprendizagem na Fundação José Carvalho

Em busca de oportunizar espaços para realização de cursos técnico-profissionais de formação inicial, de qualificação profissional e de treinamentos, o Centro de Capacitação e Treinamento da Fundação José Carvalho (CCT-FJC) desenvolve há oito anos, em parceria com empresas sediadas nos municípios de Catu, Pojuca e com o SENAI, diversos cursos de qualificação profissional, despontando como um importante núcleo de aprendizagem profissional para a região.

Durante o período de atividades, as ações do CCT-FJC, de acordo a Instituição, promoveram inúmeros impactos perante a comunidade, entre as quais se destacam:

- Profissionalização inteiramente gratuita de jovens, por meio da oferta de cursos próprios e em regime de parceria com o SENAI;
- Inserção de jovens no mundo do trabalho, por meio da execução do Programa de Aprendizagem, em conformidade à Lei 10.097/2000;
- Contribuição para a melhoria do desempenho escolar dos jovens que estão na última etapa da educação básica – o Ensino Médio –, diminuindo possíveis casos de evasão e repetência; e
- Acompanhamento social dos jovens que são contratados como aprendizes pelas empresas com as quais são firmadas as parcerias.

Dentre os cursos oferecidos pelo CCT-FJC, os jovens participantes da pesquisa são egressos ou participantes dos cursos de Assistente Administrativo e Controlador de Entrada e Saída – Logística, ambos com carga horária teórica de 400 horas (160 horas de formação básica e 240 formação específica) e cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

seguindo a padronização do Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional (CONAP²⁶) que leva em consideração os parâmetros correspondentes, descritos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

A proposição pedagógica dos cursos considera a necessidade de formação ampla e contextualizada à realidade do jovem, estando organizada por ciclos e eixos tecnológicos, em consonância com o estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Figura 01 – Carga horária dos cursos de formação de aprendizagem



Fonte: Elaborado pelo autor.

A proposta dos cursos é qualificar jovens aprendizes para realizar atividades nas áreas de administração e logística e também favorecer o estudo das dimensões éticas, da responsabilidade social nas organizações e profissionais, incentivando o desenvolvimento de atitudes para o desempenho no mundo do trabalho, visando assim assegurar níveis de legitimidade e competitividade frente às transformações que vêm ocorrendo no âmbito do mundo moderno.

²⁶ O Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem – CONAP foi concebido com base nas diretrizes legais da educação profissional e tecnológica e em consonância com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, tendo como principal objetivo orientar as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, definidas no art. 8º do Decreto 5.598, de 1º de dezembro de 2005, e direcionar a elaboração dos programas de Aprendizagem Profissional. Organizado por famílias ocupacionais, conforme agregação utilizada na CBO, o CONAP enumera as atividades realizadas pelo profissional, especifica requisitos especiais de idade e escolaridade para o exercício da ocupação, quando isso se justifica, e indica a carga horária total do programa considerando o nível de complexidade técnica da ocupação.

Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Decreto nº 5.5154 de 23 de julho de 2004 e as diretrizes curriculares nacionais definidas para a educação técnica de nível médio. A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, organizadas e descritas por famílias. Cada família constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação. A versão 2002 está disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para consulta pela internet por meio do endereço eletrônico <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. disponível em <http://portal.mte.gov.br>. Acesso: 06.02.2015 às 22h 30.

Organizado em módulos, os ciclos básico e tecnológico oferecem informações nas mais diversas áreas do conhecimento e sua elaboração visa oportunizar aos participantes conhecimentos voltados à formação humana e não apenas à formação técnica específica ao trabalho. Os temas relacionam desde a educação sexual, uso indevido de álcool e drogas, organização do trabalho, empreendedorismo até a dimensão de preservação do meio ambiente e uso de recursos renováveis e são organizados adotando o princípio da concomitância, teoria e prática, em conformidade ao estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A distribuição da carga horária dos cursos deve ser feita segundo a especificação das tabelas do CONAP, seguindo um dos modelos descritos. Portanto, a entidade qualificadora poderá ter um programa validado para diferentes jornadas de trabalho.

Às entidades que optarem pela elaboração de programas de aprendizagem na metodologia designada no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), a carga horária mínima é estabelecida em 400 horas aula (quatrocentas) ou 480 horas aulas (quatrocentas e oitenta), o que se justifica em razão dos conteúdos e conhecimentos exigidos para o exercício de tarefas consideradas menos ou mais complexas, assim como a correspondência com o curso em nível técnico de ensino.

Um dos aspectos que apresenta grande relevância pedagógica na concepção dos conteúdos trabalhados nos cursos de formação de aprendizagem, durante a denominada etapa básica, concentra-se no desenvolvimento de um trabalho de formação com utilização de conteúdos de formação humana e científica em temas relacionados: a) à comunicação oral e escrita; b) ao raciocínio lógico-matemático; c) à diversidade cultural brasileira relacionada ao mundo do trabalho; d) à organização, planejamento e controle do processo de trabalho e trabalho em equipe; e) aos direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e segurança no trabalho; f) aos direitos humanos com enfoques sobre respeito de discriminação por orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política; g) à educação fiscal para o exercício da cidadania; h) às formas alternativas de geração de trabalho e renda com enfoque na juventude; i) às informações sobre o mercado e o mundo do trabalho; j) à prevenção ao uso indevido de álcool, tabaco e outras drogas; k) às políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens; e l) ao incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. Os conteúdos citados são considerados obrigatórios para cadastramento dos cursos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Levando em consideração que a proposta da Fundação José Carvalho (FJC) perpassa pelo objetivo de formar jovens aprendizes e profissionais aptos a realizar análises acerca do

conjunto de conhecimentos e ferramentas técnicas das áreas nas quais realizam sua formação ou sua qualificação profissional, assim acreditando a entidade que os aprendizes estejam aptos ao desempenho profissional para as demandas do mundo moderno. Sendo assim, a análise da política pública novamente assume sua importância, os mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação, levando em consideração o predomínio do aspecto qualitativo sobre o quantitativo.

Além do desenvolvimento das atividades sócio-educativas no contexto familiar, escolar, profissional e pessoal do aprendiz, considerando indicadores qualitativos e quantitativos, as avaliações da aprendizagem são realizadas adotando como metodologia a observação dos resultados e as especificidades de cada componente curricular, considerando ainda aspectos de assiduidade, aproveitamento e participação nas atividades propostas pelos educadores.

A Entidade, através de seu corpo de assistentes sociais consideram um conjunto de pré requisitos definidores de vulnerabilidade socioeconômica²⁷ e que servem de parâmetro para inscrição dos jovens nos programas de aprendizagem desenvolvidos. São necessários, pelo menos o atendimento a 02 (dois) pré requisitos de um conjunto de 07 (sete) para que a inscrição seja deferida, salienta-se que as informações são dadas pelos próprios jovens, conforme preenchimento em formulário específico e posteriormente são confirmadas através de visita social.

A certificação dos cursos é realizada mediante a expedição de documentos fornecidos pela Fundação José Carvalho (FJC) e pelo SENAI, após a aprovação do aprendiz nos diversos módulos de aprendizagem. Contudo, em atenção à diversidade dos aprendizes, a proposição dos instrumentos de acompanhamento e avaliação da aprendizagem está organizada, na proposta da entidade, nos seguintes tipos e modalidades:

- a) Avaliação escrita em grupo ou individual;
- b) Produção de portfólios;
- c) Relatos escritos e orais;
- d) Relatório de trabalhos ou projetos desenvolvidos;
- e) Memorial;

²⁷ Pré requisitos de vulnerabilidade socioeconômica: Possuir família chefiada por mulheres sem companheiro; Possuir família com, pelo menos, um dos responsáveis analfabeto ou de baixa escolaridade (até o 9º ano do Ensino Fundamental – antiga 8ª série; Possuir família, com pelo menos, um dos responsáveis desempregado ou exercendo atividade informal; Possuir na família idosos (acima de 60 anos) e que residam com o (a) candidato (a); Possuir na família crianças e adolescentes (0 a 17 anos) e que residam com o (a) candidato(a); Possuir familiar com transtornos mentais, doenças crônicas, e/ou com deficiência e que residam com o (a) candidato (a); Possuir familiar dependente químico e que resida com(a) candidato (a).

- f) Observação processual e registro das atividades; e
- g) Relatório de visita de campo.

No conjunto de parcerias realizadas pela Fundação José Carvalho (FJC) com empresas sediadas na região para oferecimento de cursos de qualificação profissional e para os Programas de Aprendizagem, destaca-se a Petrobras S/A, que tem a Fundação José Carvalho (FJC) e o SENAI como entidades parceiras no desenvolvimento do Programa Jovem Aprendiz Petrobrás no Estado da Bahia, que em sua 3ª edição²⁸, realizada no período de 2012 -2013, atendeu a cerca 400 jovens, com idades de 18 a 21 anos, residentes em municípios onde a empresa desenvolve atividades de exploração e refino de petróleo. Atualmente a Petrobras, a Fundação José Carvalho (FJC) e o SENAI encontram-se em fase de ajustes finais do seu programa de aprendizagem que, em sua 4ª edição, visa manter o compromisso da referida Fundação com a aprendizagem profissional e com as satisfações das demandas socioeducativas dos jovens.

Os diversos cursos de aprendizagem profissional que são oferecidos pela Fundação possuem como elemento comum a adequação às exigências de qualificação profissional aliada à formação de valores autênticos dos seres humanos, por meio da estruturação de currículos atentos à realidade social dos jovens que buscam satisfazer as demandas e exigências do mundo moderno.

Na busca de estar sempre atento às proposições do mundo do trabalho da região, o Centro de Capacitação e Treinamento (CCT), como forma de aumentar a participação e a oferta de jovens no mundo de trabalho, tem-se mostrado altamente eficiente na proposição de seus cursos de formação de aprendizagem. Investindo na diversidade de cursos e no cumprimento da legislação, tem buscado incentivar as empresas à contratação de mais jovens e, para isso, realiza também os cursos de curta duração, voltados à prática profissional e à melhoria de condições para a inserção de pessoas, realizando ainda encontros para discussão de temas relacionados à aprendizagem e a visitas nas empresas.

Nesse contexto, com a confiança no fato de que qualificar os jovens é uma das medidas para resolver o problema do desemprego e da baixa qualidade do emprego, e considerando, acima de tudo, que a educação serve como mola mestra do desenvolvimento, capaz de resolver a maioria dos problemas do mercado de trabalho, evidencia-se o caráter ideológico do CCT e sua responsabilidade social no desenvolvimento de suas ações e parcerias.

²⁸ Municípios atendidos: Alagoinhas, Araçás, Camaçari, Catu, Entre Rios, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Salvador.

Partindo do pressuposto de que a juventude é comumente representada como o futuro da nação e, ainda, devido à ampliação da desigualdade social no País, à crescente precarização das relações de trabalho e à degradação de valores humanos, principalmente quanto à formação e atitudes das pessoas na sociedade, a FJC realiza também o acompanhamento social, por intermédio de assistentes sociais e educadores, com o objetivo de acompanhar os jovens no momento de sua inserção no mundo do trabalho.

Diante de toda a diversidade e a quantidade de políticas públicas implementadas nos últimos anos no País, assume enorme relevância a necessidade de analisar os aspectos relacionados à sua execução e suas implicações na educação e no trabalho, quanto à sua efetividade e também quanto ao conjunto de relações de trabalho advindas delas, a partir da experiência dos mais diversos agentes que desenvolvem trabalhos voltados à satisfação desse objetivo.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa assume, como objetivo principal, analisar, à luz dos depoimentos dos participantes e dos egressos do Programa de Jovem Aprendiz, no estado da Bahia²⁹, qual o sentido da inclusão profissional oferecido pelo mesmo e estabelecer o itinerário de vida de participantes dos cursos de formação de aprendizagem, período 2013-2014, no que se refere ao seu desenvolvimento educacional, profissional e sua inserção no mundo do trabalho.

A escolha pelo Programa Jovem Aprendiz baseia-se na relação profissional como educador nos cursos de formação profissional desenvolvidos pela Fundação José Carvalho³⁰, entidade sem fins lucrativos que, no desempenho de suas atividades, mantém diretamente Unidades Escolares, oferece orientação técnico-pedagógica mediante convênios com outras instituições de ensino, desenvolve cursos de qualificação profissional, requalificação em regime de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e cursos de formação de aprendizagem à luz da Lei nº 10.097/2000.

A pesquisa concentra-se nos programas de aprendizagem profissional desenvolvidos pela Fundação José Carvalho em regime de parceria com diferentes empresas atuantes nas cidades de Catu e Pojuca, estado da Bahia, tendo como atores jovens residentes nas zonas urbana e rural das cidades citadas. Quanto ao tamanho da amostra, para melhor desenvolvimento do trabalho, bem como para resguardar os resultados, a pesquisa será realizada com 12 (doze) jovens, participantes do Programa Jovem Aprendiz e egressos, residentes nas cidades citadas.

O levantamento de dados foi realizado em dois momentos básicos. O primeiro referiu-se à delimitação do universo da pesquisa, tanto na sua abrangência territorial quanto aos diferentes programas de aprendizagem a que os jovens estavam ou estiveram vinculados. Vale ressaltar que a escolha das cidades se dá pelo trabalho desenvolvido na Fundação José Carvalho, o que facilita o acesso às informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. Quanto aos jovens, contemplam realidades econômicas e sociais bem distintas, ainda que os municípios

²⁹ A pesquisa foi realizada com 12 (doze) jovens residentes na cidade de Catu e Pojuca. A justificativa para essa escolha encontra-se na Metodologia da pesquisa.

³⁰ Fundação José Carvalho - Entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, tendo por objetivos primordiais proporcionar educação de qualidade e prestar assistência técnico-pedagógica e social a crianças e jovens carentes de diversas localidades do Estado da Bahia.

estejam na mesma região geográfica e tenham em sua base econômica a exploração mineral (petróleo e gás natural) como ponto fundamental.

O segundo momento referiu-se ao tamanho da amostra, que foi definido no desenvolvimento do trabalho e tomou por base a possibilidade de trabalhar com um número de jovens que proporcionasse espelhar as diversidades e as comunidades a que pertencem. O acesso aos egressos deu-se por meio do cadastro social da Fundação José Carvalho, que disponibiliza, em seu banco de dados, informações tais como endereço atual, telefone, local de trabalho, entre outros e que proporcionou encontrar os jovens egressos do programa e que foram contatados pelo pesquisador.

As questões do questionário de pesquisa e das entrevistas compreenderam diversos indicadores que caracterizam os participantes e egressos do Programa Jovem Aprendiz, quais sejam: identificação do sujeito; conquistas e experiências após o programa; renda *per capita*; escolaridade; experiência no mundo do trabalho; satisfação no desenvolvimento das etapas, básica e de formação teórica e prática; uso de tecnologia moderna e de computadores; treinamento; condição familiar socioeconômica; e impactos na vida.

Para consecução do objetivo geral da pesquisa foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Verificar se os jovens aprendizes, egressos do Programa Jovem Aprendiz, conseguiram inserir-se no mundo do trabalho após etapa de formação teórica e prática;
- Analisar, à luz dos depoimentos dos egressos, qual o sentido da inclusão profissional oferecido pelo Programa Jovem Aprendiz;
- Investigar os fatores de inserção ou não inserção dos jovens no mundo do trabalho, após finalização do curso de qualificação de aprendizagem e da vivência prática desenvolvidos no Programa de Aprendizagem Profissional;
- Analisar o desenvolvimento pessoal e a atuação profissional no mundo do trabalho, tendo por base as experiências dos participantes, o currículo proposto nos cursos de formação de aprendizagem do Programa de Aprendizagem Profissional.

A possibilidade de realizar a pesquisa, tendo por base um cunho crítico de análise de uma política pública, foi um dos pontos cruciais da investigação, principalmente, a partir do fato de que ela foi executada com os atores principais, os aprendizes, com o intuito de que fosse verificada, além da sua perspectiva de qualificação profissional, a análise de vida por meio do itinerário sócio profissional dos jovens (egressos e participantes). Sendo assim, foi válido

perceber também qual o sentido da inserção social e econômica proporcionada pelo Programa Jovem Aprendiz, verificando os aspectos positivos e negativos do mesmo, a partir do itinerário de vida dos jovens.

Tal verificação, apoiada numa pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, permitiu que fosse identificado os sentimentos do aprendiz, se algo mudou na sua vida após a inserção no programa, se conseguiu ser incluso no processo econômico e social e se, ao ingressar no ensino superior, quais foram ou ainda são as suas principais dificuldades. Ademais, analisou-se ainda suas conquistas, a partir da formação teórica que recebeu no programa de qualificação de aprendizagem oferecido no Programa de Aprendizagem Profissional.

Assim, tornou-se recomendável, dado o sentido subjetivo da análise proposta, a realização de estudos que enfocassem, acompanhasse e que interpretassem a trajetória do itinerário de vida desses aprendizes, para verificar se, de fato, o Programa Jovem Aprendiz satisfaz às condições de inclusão na vida profissional ou se o que ocorre é, na verdade, uma mera e simples postergação do insucesso e do fracasso, disfarçado em propósitos e dados relativos às políticas públicas.

Feitas tais considerações, mais uma vez salienta-se que a pesquisa teve este questionamento central: o Programa Jovem Aprendiz, como política pública de inserção de jovens no mundo do trabalho, promove efetivamente essa inserção? A partir disso, estabeleceu-se um roteiro de acompanhamento do itinerário sócio profissional dos aprendizes, propondo uma metodologia de análise quanto à inserção desses jovens no mundo do trabalho, assim como quanto à sua adequação frente às demandas do mundo moderno e ainda sobre o crescimento profissional dos aprendizes para o desempenho e atuação no mundo do trabalho.

Análises preliminares sobre o processo de formação no Programa Jovem Aprendiz apontaram para a necessidade de realização de uma pesquisa de cunho qualitativo que visasse proporcionar um melhor conhecimento sobre o desenvolvimento das ações propostas enquanto política pública de inserção de pessoas no mundo do trabalho. E que também revelasse sobre o atendimento das determinações legais no tocante à sua realização, assim como um levantamento de dados que respondessem a questionamentos relacionados à adequação das propostas curriculares dos cursos de formação com exigências profissionais requeridas nas novas configurações do trabalho no mundo moderno.

Tendo por base que qualificação profissional entendida aqui é aquela realizada no ambiente de trabalho, torna-se então muito importante, a partir da consideração das ações do Estado, perceber se estas estão consubstanciadas realmente com a realidade social atual, no

sentido de que políticas públicas venham servir para modificar, aprimorar, intervir ou legitimar determinadas representações da realidade.

A literatura a respeito de políticas públicas aponta que, quanto à proposição de análise destas, a necessidade de dispor de informações periódicas e específicas acerca dos programas e dos diferentes processos que os compõem, bem como o alcance dos resultados e o impacto social que têm nos segmentos sociodemográficos ou comunidades focalizadas e atendidas, é algo bastante significativo e complexo na medida da análise, o que não é diferente no caso do Programa Jovem Aprendiz e que serve ainda mais para justificar a proposição de uma abordagem qualitativa.

Válido ressaltar, por exemplo, que a utilização de indicadores de avaliação em políticas públicas é uma das metodologias mais utilizadas, quando caracterizados eminentemente por um viés quantitativo, quando a sua efetividade é considerada apenas de forma numérica; entretanto, demonstram certa limitação e até mesmo pouca profundidade quanto à realidade social a que se destina. Torna-se então evidente, nesse caso, que essa avaliação possui estreita relação com o âmbito da produtividade, ou seja, houve apenas tradução de dados, restringiu-se ao quanto se conseguiu produzir com os meios e recursos disponibilizados no cumprimento de determinada política, o que no caso do Programa Jovem Aprendiz não refletiria toda sua dimensão e significância social.

Especificamente no caso de programas de qualificação de aprendizagem à luz da Lei nº 10.097/2000, os resultados obtidos nos órgãos de regulação têm evidenciado o número de jovens inseridos nos programas de qualificação profissional, a cota de contratação de aprendizes e dados relativos à efetiva contratação de jovens no mundo do trabalho.

Tendo em vista que o padrão ou referencial de avaliação pauta-se em apenas analisar o número de jovens participantes no Programa Jovem Aprendiz, sendo parâmetro definidor de resultados. Essa análise, ao basear-se numa abordagem meramente quantitativa, sugere a necessidade de estudos aprofundados no aspecto qualitativo, o que evidencia a relevância social do estudo proposto. Isso porque, se as políticas públicas forem percebidas apenas como um processo, que pode ser traduzido apenas pelo maior número de pessoas que foram qualificadas por meio da participação efetiva nos diferentes cursos oferecidos, ou ainda, pelo resultado da relação entre a quantidade de insumos e o que efetivamente foi realizado com estes, essa análise perde a essência do seu sentido social, sua capacidade de conhecer os impactos sob o ponto de vista dos atendidos por ela.

Ressalta-se que indicadores numéricos, apesar de toda sua relevância na ênfase dos resultados, por si só, não proporcionam a real dimensão das questões que envolvem as relações

de trabalho no mundo moderno. Por isso, a opção metodológica nessa análise centrou-se na pesquisa qualitativa, na qual questões referentes à visibilidade do programa – do ponto de vista pessoal dos participantes, a sua legitimidade e, principalmente, a sua sustentabilidade e suas diferentes ações – possuem um significado ainda maior nesse contexto, justificando assim a adoção da opção metodológica qualitativa, a partir dos números apresentados pelos diferentes órgãos que regulam o programa.

Ainda quanto à questão de análise de políticas públicas, de forma meramente quantitativa, esta apresenta limitações que precisam ser consideradas, pois, nessa modalidade são comumente excluídos os atores do processo, os jovens aprendizes, no sentido real do impacto e das considerações relativas à sua vida.

Diante de tais pressupostos e considerações, a metodologia escolhida para desenvolver a presente pesquisa fundamentou-se numa abordagem qualitativa sem abandonar, contudo, o enfoque dado a partir dos números apresentados pelo Programa Jovem Aprendiz, que envolvem principalmente a inserção de jovens no mundo do trabalho. Apesar de toda referência quanto à abordagem qualitativa, a pesquisa visou também responder, por meio da utilização dos dados quanto ao número de jovens atendidos e aqueles que efetivamente foram inseridas no mundo do trabalho, após participarem dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Programa Jovem Aprendiz, quais os impactos sociais e econômicos na vida desses participantes.

Há de se considerar, ainda, que a escolha pelo método de pesquisa qualitativo se deu em virtude de tal modelo oferecer uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais e também por apoiar-se nos pressupostos da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais existentes no País e atendidas pelo Programa. Nesse sentido, é fundamental perceber que a utilização estatística, unicamente, não dá conta dos fenômenos complexos, únicos quanto a uma análise de cunho social. Pois, enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de observação comparável entre si, os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Por tudo apresentado, a abordagem da pesquisa possui um cunho exploratório e caracteriza-se num estudo de caso, de cunho qualitativo e quantitativo que representa a estratégia preferida quando, conforme Yin (2010, p. 32), são colocadas questões do tipo como e por quê:

Partindo-se do princípio de que as questões “como” e “por quê” sejam o enfoque do estudo, uma maior distinção entre pesquisa histórica, estudo de

caso e experimento torna-se a extensão do controle de acesso do investigador sobre os eventos comportamentais reais. (YIN, 2010, p. 32).

Ainda para o autor, os estudos de caso são adequados ou mais utilizados quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos; e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. A clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Assim, tal metodologia permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. O poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências.

Yin (2010) afirma ainda que o fator predominante para a escolha da estratégia de estudo de caso, em contraposição ao uso de experimentos, levantamentos de dados, pesquisa histórica etc., é a consideração da forma de questão da pesquisa, do controle exigido sobre eventos comportamentais e do foco sobre acontecimentos contemporâneos ou não.

Conforme explicita Goldenberg (2004, p. 33), esse método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir de uma exploração intensa de um único caso, tornando-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais.

Na proposição de Yin (2010, p. 41), o método de estudo de caso é assim definido:

Uma observação importante é que o método de estudo de caso não é apenas uma forma de “pesquisa qualitativa”, mesmo que possa ser reconhecida entre a variedade de opções da pesquisa qualitativa (por exemplo, Creswell, 2007). Alguma pesquisa de estudo de caso vai além de um tipo de pesquisa qualitativa, usando uma mistura de evidência observacional direta e detalhada marcada pelas outras formas de “pesquisa qualitativa. (YIN, 2010, p. 41).

De outro modo, Gil (2002, p. 54) percebe o estudo de caso caracterizado como uma análise profunda e exaustiva de um ou poucos objetivos, de maneira a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento.

Quanto ao controle de comportamentos, o método do estudo de caso permite que se possa analisar uma situação na qual não se pode fazer interferências, no sentido de manipular comportamentos relevantes; nesse método os dados são coletados a partir de múltiplas fontes, todas baseadas em relatos, documentos ou observações; isso significa que podem ser utilizadas inclusive evidências (dados) de natureza quantitativa que estejam catalogadas.

Para Goldenberg (2004, p.33-34) o estudo de caso adquire o seguinte conceito:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso, possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2004, p. 33-34).

Desse modo, ressalta-se que o estudo de caso contribui para uma melhor compreensão dos fenômenos individuais, dos processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram à determinada decisão. Uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagem específica de coleta e análise de dados.

Denomina-se ainda a investigação como exploratória, que, de acordo com Gil (2002, p.41), assume características relevantes, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A investigação proposta foi dividida em dois momentos. O primeiro referindo-se à revisão bibliográfica, com intenção de captar e identificar o discurso de teóricos quanto às novas configurações do mundo do trabalho, a partir da concepção neoliberal, as políticas públicas de qualificação profissional e ainda a relação da educação com o mundo do trabalho, com o objetivo de entender o quanto estes estão relacionados ao momento histórico que vivenciamos. E, no segundo momento, as análises e implicações advindas da aplicação do questionário e da realização das entrevistas que possuíram como finalidade principal identificar o que os aprendizes, participantes e egressos do Programa Jovem Aprendiz sentem e pensam a respeito do Programa.

Ainda com referência aos instrumentais de pesquisa de campo, utilizou-se a técnica de questionário, que contemplou um roteiro com questões abertas e fechadas, e de entrevistas que visavam captar a percepção dos jovens quanto aos impactos e à importância do Programa Jovem Aprendiz em suas vidas.

Yin (2010, p. 133) assegura que entrevistas são conversas guiadas, não investigações estruturadas. Em outras palavras, embora seja observada uma linha de investigação consistente, a verdadeira corrente de questões, na entrevista de estudo de caso, será provavelmente fluida, não rígida. Destaca-se que a construção do itinerário de vida serviu como um caminho para conhecer os participantes, suas origens, valores, interesses, suas singularidades de forma mais consciente.

Sobre esse método de investigação, Goldenberg (2004, p. 38) afirma:

A abordagem da história de vida cria “um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica, diluindo os antagonismos entre subjetividade e objetividade”. O objetivo é estabelecer uma clara articulação entre biografia individual e seu contexto histórico e social. (GOLDENBERG, 2004, p. 38).

A preferência por essas técnicas se deu pela relevância que apresentam em permitir a captação imediata e coerente quanto à informação desejada, sobre os mais variados tópicos, quais sejam: mobilidade social, educação, qualificação profissional e mundo do trabalho, inclusão/exclusão, entre outros; além de possibilitar a aproximação aos atores principais e permitir correções, esclarecimentos e adaptações que o tornam eficaz na obtenção das informações desejadas.

Ainda em relação às entrevistas, o roteiro contemplou um rol de perguntas com questões fechadas, abertas e mistas. Torna-se importante lembrar que as questões fechadas, apesar de permitir um tratamento estatístico das respostas, foram utilizadas como meio de evidenciar os aspectos de cunho qualitativo dos entrevistados, por meio da categorização prévia de alternativas.

As questões abertas e mistas têm por objetivo principal servir como meio de identificação do sujeito entrevistado e também possibilitar a percepção da coerência entre as afirmações e as argumentações colhidas.

O trato de todo material colhido foi realizado por meio da transcrição e análise das principais informações obtidas nas entrevistas, esse conjunto de técnicas que serviram para explorar profundamente as informações e dados colhidos, visto que proporcionam o uso da sensibilidade sobre os jovens e até sobre as possíveis anotações realizadas.

Para proporcionar um melhor conhecimento dos resultados obtidos com a aplicação do questionário, os dados brutos, na apresentação dos resultados, foram organizados em gráficos das questões fechadas, as questões mistas apresentadas em gráficos da parte fechada e as demais informações em tabelas, visto que estão apresentados os dados tratados pela análise de

conteúdo. Nas tabelas, podem ser visualizadas as categorias, a frequência da sua ocorrência, o percentual de representatividade dessas categorias e os itens apresentados. Vale lembrar que a amostra foi composta de 12 (doze) sujeitos, que foram selecionados a partir de uma amostra de 20 (jovens) que foram previamente contatados para a realização da pesquisa.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS REALIZADOS NA PESQUISA

Conforme explicitado anteriormente, os dados obtidos mediante realização de entrevistas, realizadas com 12³¹ (doze) jovens, com idades de 18 a 21 anos, residentes nas zonas rural e urbana das cidades de Catu e Pojuca, participantes e egressos do Programa Jovem Aprendiz, desenvolvidos por diferentes empresas instaladas nos municípios, do setor industrial siderúrgico e petrolífero sediadas ou com unidades operacionais nos municípios pesquisados.

Para efeito de melhor compreensão e estruturação dos dados colhidos na pesquisa de campo no grupo entrevistado, 06 (seis) jovens atualmente estão matriculados no curso de formação de aprendizagem Assistente Administrativo e Controlador de Entrada e Saída - Logística, desenvolvidos pela Fundação José Carvalho (FJC), na cidade de Pojuca-BA. Quanto ao grupo de egressos, foram também selecionados 06 (seis) jovens, tendo como principal critério o fato de serem residentes nas cidades citadas e ter participado de Programas de Aprendizagem. No período pesquisado, meses de novembro de 2014 a fevereiro de 2015, os jovens egressos já haviam finalizado o contrato de aprendizagem. Dos jovens egressos pesquisados, nenhum deles está trabalhando na área de formação do curso de aprendizagem, residem ainda em seus municípios de origem, com suas famílias e consideram extremamente importante a participação no Programa Jovem Aprendiz.

A fim de que fosse obtida uma melhor compreensão do sentido da formação profissional e da inserção do jovem no mundo do trabalho, bem como para atingimento de uma maior amplitude no entendimento dos impactos positivos e/ou negativos obtidos com a vivência prática desenvolvida pelos jovens no ambiente da empresa contratante, os indivíduos entrevistados são componentes de diferentes classes sociais, alguns apresentam alto índice de

³¹ Foram contatados ao todo 20 (vinte) jovens, residentes das duas cidades, para garantir a satisfação plena dos objetivos propostos, sendo posteriormente selecionados 12 (doze) definidos, a partir da análise do conteúdo das entrevistas.

vulnerabilidade social, enquanto que outros são oriundos de famílias de classe média das duas localidades pesquisadas.

Como forma de apresentação inicial e definição de características dos jovens pesquisados, estão elencadas suas impressões básicas, a partir de sua própria fala e que foram obtidas no questionamento inicial do roteiro de entrevista, “Fale um pouco sobre você (sonhos, medos, esperanças)”, e que tem como objetivo principal captar a percepção do jovem quanto a sua própria vida, servindo como uma representação importante dos jovens pesquisados e principalmente quanto a sua forma de ser e agir perante o mundo em que vivem, bem como suas aspirações iniciais.

Seguem as primeiras impressões e características dos jovens pesquisados:

Sou normal, com os sonhos normais (...) A minha vontade atualmente é me estabilizar, começar a faculdade no curso de geologia, que é um sonho que tenho, trabalhar com essa área, meus medos maior é não conseguir concretizar meus sonhos; que esse sonho possa me ajudar a fazer com meu filho tenha uma vida melhor do que a que eu tenho na verdade. (S.M.F. 22 anos, solteira, residente de Pojuca).

Sou uma pessoa de pouca comunicação, falar sobre mim é um pouco complicado. Meu maior sonho é ser dentista e poder ter condições financeiras para poder ajudar os animais abandonados. (risos). Ah! meus medos são tantos, um deles é a violência e a falta de respeito ao próximo. Tenho esperança de um mundo justo e que as pessoas tenham Deus em seus corações! (D.G.M, 23 anos, solteira, residente de Pojuca).

Falar sobre mim não é fácil pra mim, sou tímida e isso é uma grande dificuldade para mim então vou preferir falar dos meus sonhos: começar a minha faculdade de Administração. Medos: o novo sempre me dá medo. Esperança: poder conquistar tudo o que eu sonhei com determinação, coragem e principalmente fé. (M.S.C, 23 anos, solteira, residente de Pojuca).

Sou uma pessoa muito, alegre, animado, gosto de conversar, tenho facilidade de falar em público, “sou sem vergonha”, sonho em ter uma carreira numa área que eu gosto, na área de elétrica, ser reconhecido, ter um destaque profissional nessa área. Medo: fracassar, não realizar o que eu quero, trabalhar numa área que eu não quero, ser infeliz e não fazer o que eu gosto.(L.S.C.C, 19 anos, solteiro, morador de Catu).

Eu sou uma pessoa brincalhona, tímida, gosto de sair, conversar, fazer amizade, as vezes um pouco negativa em relação as coisas que acho que não vai dar certo, um pé atrás porque acho que não vai dar certo. Sonhos: ajudar minha mãe, meus pais, retribuir o que eles fazem, ser uma boa profissional e esperar as consequências do que a vida vai me trazer. Estar fazendo o que eu gosto, porque tem gente que trabalha visando a necessidade, tem pessoas que arrumam qualquer emprego devido a necessidade, foge da área que vc quer. Medos: de perder as pessoas ao meu redor, desunião, a questão mesmo

sentimental, família. Tenho medo de perder a união na minha família. (I.A.S, 19 anos, solteira, moradora de Pojuca).

Carismático, diversos sonhos, um dos principais e ter uma família unida e uma renda ajustada. Prefiro falar apenas isso, pode ser? (J.P.S, 18 anos, solteiro, residente de Pojuca).

Sou um cara do bem, nasci na roça, sou simples, só não posso dizer que sou o cara. Risos, eu penso muito no futuro, eu quero alcançar os meus sonhos com o tempo, quero ter uma vida profissional estabilizada, ser bem sucedido, ter uma boa família o mais importante de tudo gostar do que vou fazer. Medos, para ser sincero, (pausa), meu medo é de “*alguma coisas*” não dar certo, que eu não consiga alcançar os objetivos que tenho em mente, mas eu tenho certeza que se eu tentar e persistir eu vou conseguir. Esperança, qual o sentido? Minha esperança é conseguir alcançar meus objetivos. (E.P.R, 20 anos, solteiro, residente de Catu).

Não sei me definir muito bem, mas sou questionador, sou muito amigo, gosto de fazer amizades, meu sonho é ser advogado, de não realizar meus sonhos, investir na cultura e no esporte do meu município. (C.J.S, 20 anos, solteiro, morador de Catu).

Não sei bem como me definir, sou normal, boa filha, amiga, gosto de todos, não sei me definir, é complicado, meu sonho é terminar minha faculdade e arranjar um emprego. (G.S.B, 20 anos, solteira, moradora de Catu).

Sou muito tímida, desconfiada, sincera, caseira, sem muitas palavras sonho ir para a Faculdade, penso em fazer administração ou psicologia. Medo de lutar e não conseguir, de batalhar chegar ao final a não ser o que eu pensava. (L.S.S, 19 anos, solteira, moradora de Catu).

Sou um cara normal, mas ao mesmo tempo com um espírito muito questionador, gosto de falar, ser diferente, não me apego a modismos, acho que as pessoas não me compreendem, mas não me importo muito com isso. Sonhos, na verdade não tenho sonhos, tenho ambição, quero me formar no curso que estou fazendo de engenharia mecânica, fazer uma pós em segurança do trabalho... é, to afim de aprender novas línguas, querendo trabalhar fora, quero ir para fora, porque aqui hoje em dia está difícil para você crescer, pelo menos da maneira que eu quero crescer. (H.A.S.S, 19 anos, solteiro, morador de Catu).

Sou uma pessoa perdida, tenho medo de dar errado na vida, não conseguir nada, minha definição hoje é essa (L.L.R.S, 23 anos, morador de Catu).

Conforme explicitado, cursos de formação de aprendizagem que os jovens participantes estão vinculados e/ou são egressos são Controlador de Entrada e Saída e Assistente Administrativo, ambos com carga horária de 400 horas aula, cadastrados e autorizados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), oferecidos regularmente pela Fundação José

Carvalho (FJC), sendo que o curso de Assistente Administrativo está sendo desenvolvido em regime de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A escolha das cidades foi baseada na possibilidade do contato imediato com os jovens, o que proporcionou maior facilidade de acesso na coleta de dados e na realização das entrevistas. Ressalta-se que, quanto à escolha dos jovens, esta foi vinculada à satisfação do objetivo principal da pesquisa, que se traduz em analisar, à luz dos depoimentos dos participantes e dos egressos do Programa de Jovem Aprendiz, no estado da Bahia, qual o sentido da inclusão profissional oferecido pelo Programa e estabelecer o itinerário de vida de participantes dos cursos de formação de aprendizagem, período 2013-2014, no que se refere ao seu desenvolvimento educacional, profissional e sua inserção no mundo do trabalho. Por isso foram escolhidos jovens com diferentes perfis sociais e vinculados a diferentes empresas do setor industrial.

Dentre os desdobramentos propostos a partir da análise dos dados colhidos, dois assumem maior relevância: primeiro, a análise das diferentes categorias de jovens inseridos no Programa (gênero, etnia, classe social, escolaridade), explicitando o perfil pessoal básico dos jovens pesquisados; o segundo, a análise do sentido da aprendizagem visando assim responder à questão central da pesquisa.

A análise do itinerário de vida dos jovens, quanto a aspectos preliminares, impressões, vivências, mudanças de posturas e inserção no mundo do trabalho, foi possível a partir da utilização do Roteiro Biográfico, que serviu como um mecanismo de análise e de conhecimento sobre aspectos subjetivos dos participantes no Programa Jovem Aprendiz bem como, os impactos advindos deste na vida dos mesmos.

Quanto às fases de realização da pesquisa, duas foram as principais. Primeiramente o levantamento teórico bibliográfico que serviu para subsidiar a discussão quanto às influências do capitalismo moderno na educação, as novas demandas do mundo do trabalho, a educação profissional, as políticas públicas destinadas ao público jovem, a definição conceitual de juventude e a importância de avaliação das políticas públicas propostas. Destaca-se que tal etapa serviu como pano de fundo para analisar a relação trabalho e educação como meio de formação da cidadania bem como o papel do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas que visem à inserção de pessoas no mundo do trabalho, especificamente os mais jovens.

A segunda fase referiu-se propriamente à realização de pesquisa de campo com a utilização dos seguintes instrumentos de pesquisa: questionário de pesquisa (Apêndice A) e o roteiro entrevistas (Apêndice B) que servem para subsidiar a construção do itinerário de vida e consequentemente o Roteiro Biográfico, como proposta de instrumento de análise do Programa

Jovem Aprendiz e que tem como ponto principal na sua proposição a perspectiva e as análises dos participantes.

Primeiramente, por decisão de melhor estruturar o trabalho, foi utilizado o questionário de pesquisa como medida experimental e concepção básica quanto aos resultados, assim como quanto aos possíveis problemas, efeitos e verificação do atingimento dos objetivos da pesquisa.

Válido ressaltar que dentre as dificuldades vivenciadas na realização dessa etapa de pesquisa, durante a aplicação dos questionários, os jovens, apresentaram dificuldades na transcrição das informações, em geral não aceitaram a proposta de escrever sobre si e suas impressões, ainda que elas representassem suas impressões quanto a si mesmos.

Houve diversas reclamações, tais como: “não sei escrever sobre mim”, “não gosto de redação”, “fico com vergonha de escrever” dentre outras. Grande parte dos questionários foram devolvidos com muitas questões em aberto. Assim como, foi perceptível que houve compartilhamento das informações e respostas entre os jovens. Tais situações foram consideradas o que levaram à decisão de não utilização do questionário como única fonte de levantamento de dados para a finalização da pesquisa.

Quanto ao Roteiro de Entrevista utilizado, foi estruturado tendo como objetivo maior proporcionar o estabelecimento de uma relação de confiança entre o pesquisador e os entrevistados.

- a) Identificação do jovem e do grupo familiar (sonhos, medos, esperanças, idade, sexo, cor ou raça, profissão dos pais, condições de moradia);
- b) Perspectivas de estudo dos entrevistados (escolaridade, continuidade nos estudos, qualificação profissional);
- c) Motivos para participação no Programa Jovem Aprendiz (motivos para inscrição no Programa, principais influências);
- d) Avaliação do programa (avaliação do curso de formação de aprendizagem, avaliação do Programa Jovem Aprendiz, inserção no mundo do trabalho);
- e) Impactos do Programa Jovem Aprendiz na vida do participante (impactos percebidos pelo jovem devido à participação e à percepção da experiência vivenciada);
- f) Experiência no mundo do trabalho e perspectivas futuras (condição atual, continuidade no trabalho formal ou informal, desafios).

A pesquisa de campo, assim como a análise realizada a partir dos dados colhidos, servem para subsidiar a avaliação da política pública, especialmente quanto à inserção de jovens no mundo do trabalho, facilidades e dificuldades vivenciadas pelos atores principais do processo.

Considerando o objetivo principal do Programa Jovem Aprendiz – a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho –, quanto aos jovens pesquisados, são todos oriundos de Escola Pública ou de Entidade Filantrópica (Rede Estadual de Ensino, IF Baiano – Campus Catu, Colégio Técnico da Fundação José Carvalho), com Ensino Médio completo, participam ou foram participantes do Programa Jovem Aprendiz após terem sido aprovados em teste de sondagem e em avaliação social realizada por assistentes sociais da Fundação José Carvalho (FJC).

Importante citar que, uma das exigências para ingresso em um dos Programas de Aprendizagem pesquisados é que os jovens não tenham desenvolvido anteriormente atividade profissional com registro em carteira profissional, tendo em vista a caracterização do primeiro emprego. Sendo assim, alguns dos jovens pesquisados nunca haviam possuído experiência profissional anterior ao Programa.

Ainda que não seja uma exigência formal para continuidade no Programa de Aprendizagem, é pertinente ressaltar que, quanto à avaliação, o desempenho dos jovens nos componentes curriculares existentes nos cursos, bem como as demais exigências comportamentais e técnicas para exercício na etapa prática, todos foram considerados satisfatórios para o exercício pleno nas atividades nas dependências das empresas contratantes.

A seguir são apresentadas as informações relativas a análise das informações obtidas na aplicação dos questionários e entrevistas e que são subsidiadas pelas discussões teóricas servindo de destaque dos resultados.

CAPÍTULO V - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLHIDOS

5.1 DESCRIÇÃO DOS PASSOS RELATIVOS À ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor compreensão dos dados levantados na pesquisa, bem como devido a quantidade de jovens componentes da amostra, foram formados dois grupos de pesquisados, tendo critério definidor o sexo. O Grupo 01 foi composto por 06 (seis) jovens do sexo feminino que possuem idade média de 21 anos, ensino médio completo, renda familiar mensal entre 01 a 02 salários mínimos, residentes na zona urbana dos municípios pesquisados. Desse conjunto, 03 (três) jovens são egressas de programas de aprendizagem realizados por diferentes empresas e 03 (três) estão atualmente vinculadas ao programa de aprendizagem desenvolvido por uma empresa do ramo siderúrgico, com sede no município de Pojuca. O Grupo 02 é constituído por 06 (seis) jovens, do sexo masculino, com renda mensal entre 01 a 03 salários mínimos, também com ensino médio completo, residentes nas zonas rural e urbana dos municípios, com idade média também de 21 anos, sendo também divididos em 02 (dois) grupos com a seguinte composição: 03 (três) egressos de cursos de aprendizagem profissional desenvolvidos por empresa do setor petrolífero e os demais atualmente vinculados a programa de aprendizagem citado desenvolvido pela mesma empresa siderúrgica do grupo 01.

Com relação aos dados coletados nas entrevistas e nos questionários, o procedimento adotado deu-se primeiramente com a transcrição e digitação literal das informações colhidas, organização em tabelas criadas no programa Microsoft Word e todos os gráficos relativos às informações foram elaborados no Microsoft Excel. Importante ressaltar que quanto aos aspectos relacionados às falas dos sujeitos pesquisados, não foi alterada a concordância (verbal ou nominal), nem a regência (verbal ou nominal), como forma de manutenção da linguagem própria dos jovens pesquisados.

Conforme explicitado anteriormente, do conjunto de principais dificuldades encontradas no aspecto da pesquisa de campo, o efetivo conteúdo das respostas que foram fornecidas pelos jovens, em geral apresentaram pouca profundidade para a completa interpretação das variáveis do roteiro de entrevistas, a exemplo: quando questionados quanto ao sentido profissional percebido e apreendido pelos jovens, algumas das respostas dificultam a amplitude das possibilidades, já que, na maioria das vezes, as falas obtidas resumiam-se a apenas aspectos gerais, quando não em respostas curtas explicitadas muitas vezes por “sim” ou

“não”. O procedimento adotado para resolução ao problema citado, foi a repetição da pergunta ou explicação da mesma como meio de dirimir as possíveis dúvidas. Contudo, apesar dessa dificuldade inicial, não houve prejuízo na concepção dos dados e nas interpretações realizadas a partir do conteúdo obtido, tendo assim decidido pela manutenção do número de jovens na amostra, bem como pela continuidade da realização de entrevistas.

Essa decisão pautou-se também na tentativa de buscar proporcionar o atingimento dos objetivos propostos, bem como conseguir uma noção real de algumas das características comuns aos jovens nessa faixa etária, residentes nas cidades de Catu e Pojuca, estado da Bahia, principalmente quanto à sua linguagem e forma de expressão. Ou seja, a fidelidade das respostas foi garantida na escrita produzida, visto que as frases são dos jovens e tal fato serve para explicitar as informações sobre a linguagem individual, a formação educacional e os pensamentos comuns a alguns desses jovens. Válido registrar também a impossibilidade ou a inexistência de uma forma ideal de escrita que possa efetivamente evidenciar as expressões emocionais percebidas durante as entrevistas, assim como os aspectos que ficaram incompreendidos, por parte dos jovens.

Alguns conceitos individuais, questionamentos, falas e até expressões faciais, que se desenrolaram no decorrer das entrevistas, assim como toda subjetividade que foi expressa em algumas das respostas dos entrevistados, infelizmente não podem ser completamente descritas conforme dito anteriormente. De fato que algumas dessas expressões que se perdem no processo também servem para representar, os jovens, por isso a adoção de uma escrita, de forma literal, serve como uma medida para minimizar essas situações.

5.1.1 Aspectos socioeconômicos das cidades dos jovens pesquisados

A pesquisa foi realizada nas cidades de Catu e Pojuca, que juntas possuem uma população de cerca 85.000 habitantes³², segundo dados do IBGE (2010). A região caracteriza-se economicamente pela predominância de empresas do setor industrial, voltadas à exploração mineral de petróleo e gás natural e pela presença de empresa siderúrgica na cidade de Pojuca. Atualmente os dados econômicos e sociais revelam que a região tem sofrido fortemente com a redução dos investimentos na exploração de petróleo e gás.

Situadas próximas a Salvador e a outros centros regionais de grande importância comercial e de serviços no estado da Bahia (Alagoinhas e Feira de Santana), ambas cidades

³² IBGE Censo 2010, Catu – 51.077, Pojuca – 33.061. Disponível em: www.ibge.gov.br; Acesso em 05.02.2015

possuem uma característica que, no atual momento, são significativas para a temática pesquisada, além da retração econômica que vivenciam, verifica-se que grande número de jovens emigra para outras localidades em busca de melhores ofertas de emprego e renda, principalmente para cidades localizadas no estado do Rio de Janeiro e que também trabalham com a exploração de petróleo e gás natural.

De acordo com os números do IBGE (2010), os municípios apresentam população de jovens com idades entre 15 e 29 anos, em percentuais que atingem, respectivamente, os índices de 28,65% e 29,85% de sua população total. Contudo, a falta de oportunidades de emprego, a diminuição do número de postos de trabalho, o aumento significativo dos números relacionados à mortalidade dos jovens, principalmente por causas ligadas à violência e ao consumo e vendas de drogas ilícitas, tem servido também para diminuir ainda mais os percentuais de jovens residentes nas duas cidades.

Os índices que servem para evidenciar a decadência econômica são também acentuados pela falta de planejamento público local, principalmente na implementação de ações e no desenvolvimento de políticas públicas que visem à melhoria significativa das cidades, principalmente no que diz respeito à oferta e geração de emprego e renda, assim como de toda a região. Todo esse declínio, apesar de não se constituir uma evidência apenas de cunho local, tem gerado aumento significativo na precariedade das condições de vida da população residente nas cidades como um todo, tornando os municípios carentes em diversos aspectos e com grande necessidade de implantação de políticas públicas em diferentes áreas.

Especificamente quanto aos dados relativos à educação profissional, pode ser verificado, nas duas cidades, uma intensa busca, da parte da população jovem, por ofertas de cursos de níveis técnico e superior, principalmente em outros centros urbanos, onde também encontram maiores chances de obter um emprego e assim terminar seus estudos. Nos dois municípios as Prefeituras Municipais mantêm serviços de transporte gratuitos para aqueles que estudam nas cidades de Salvador, Alagoinhas, Camaçari.

A despeito dessa característica descrita anteriormente, Paugam (2003) analisou situação semelhante em seus estudos sobre a desqualificação social ocorrida na França, afirmando que o contexto econômico e social pode gerar formas específicas de precariedade ou, mais exatamente, pode acentuar certas dificuldades vividas pelas famílias, por exemplo, no campo profissional.

Novamente Paugam (2003, p. 85), a despeito dessas considerações afirma que:

Uma vez que é impossível esgotar a realidade social, é evidente que esses diferentes tipos constituem apenas modelos ou tendências que permitem compreender, por racionalização utópica, a diversidade das experiências vividas. Em outras palavras, eles foram constituídos segundo a determinação do objeto de estudos e dos eixos teóricos adotados para substituir um conjunto coerente com a confusão e infinita diversidade da realidade. (PAUGAM, 2003, p.85).

Esses argumentos são importantes, principalmente em relação à temática pesquisada e até mesmo a própria proposição do Programa Jovem Aprendiz, enquanto política pública, que se pretende a ser continuada, mesmo após o jovem ter finalizado sua participação num determinado Programa de Aprendizagem.

Na análise das informações colhidas inicialmente, relativas aos participantes e egressos de diversos programas de aprendizagem verifica-se que quanto às regras de acesso e contratação de pessoas, não há uma exigência formal quanto ao perfil socioeconômico dos jovens que podem ser contratados para os diferentes programas de aprendizagem. As empresas, seguindo a legislação, possuem liberdade para definir o perfil socioeconômico, as exigências relativas à sua residência, assim como ao jovem propriamente dito; as restrições resumem-se basicamente, conforme explicitado anteriormente, à faixa etária, ao fato de estar regularmente matriculado e frequentando a escola, se não tiver concluído o Ensino Médio, assim como à observação do princípio constitucional da igualdade, além da vedação a qualquer tipo de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais. Ainda que possuidores de liberdade para estabelecer os critérios e formas de contratação de aprendizes tem-se evidenciado, contudo, uma maior busca e um maior número de pessoas com menor renda.

Outro ponto relevante da Legislação refere-se à determinação legal de que nas localidades onde não houver oferta de Ensino Médio para o cumprimento das disposições contidas no § 1º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que especifica a necessidade de frequência na escola dentre outras determinações, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência escolar, desde que este já tenha concluído o Ensino Fundamental (art. 428, § 7º, da CLT) e caso ainda não tenha concluído, a exigência da contratação também deverá ser atendida, mas a esta somente será válida com a frequência do aprendiz à escola.

Tal especificidade legal demonstra a forte caracterização existente entre a Lei da Aprendizagem e a vinculação do jovem à escola, condicionando a formalização do contrato de trabalho à permanência na mesma. Uma vez que a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social a apresentação de

comprovação de matrícula e a frequência do aprendiz à escola são exigências formais. Assim, é responsabilidade da entidade qualificada, que desenvolve o programa de aprendizagem, o acompanhamento e a orientação do jovem durante todo seu percurso formativo.

5.1.2 Entrevistas como metodologia de elaboração do Roteiro Biográfico

Após a definição da amostra, foi realizada uma busca nos registros de frequência e fichas de inscrição dos egressos, esses dados foram fornecidos pelo Centro de Capacitação e Treinamento da Fundação José Carvalho (CCT/FJC) e serviram de base para o estabelecimento de um contato inicial com os jovens que teve como objetivo a marcação das entrevistas. No processo de escolha definitiva dos jovens que seriam posteriormente entrevistados, não foi usado como critério sorteios nem qualquer método específico de seleção, levando-se em consideração apenas as cidades onde residem e o fato de terem participado efetivamente das etapas de formação teórica e prática.

Entre os 12 (doze) jovens selecionados para a etapa de aplicação dos questionários e participação nas entrevistas, conforme já mencionado foi claramente perceptível que a utilização do questionário não foi bem recebida, os motivos alegados pelos pesquisados para o não preenchimento foram diversos e tal fato inibiu a transcrição das respostas no instrumento.

Contudo, a receptividade para a realização de entrevistas se deu de forma bastante significativa, houve a demonstração clara do desejo em responder às perguntas durante a realização das mesmas, válido citar que algumas das perguntas existentes nos dois instrumentos (questionários e roteiro de entrevistas) guardavam similaridades marcantes.

O contato inicial com os jovens se deu sem grandes problemas. Dado o grande interesse em participar da pesquisa, os questionamentos existentes relacionaram-se principalmente quanto aos objetivos da pesquisa e também à informação quanto a possibilidade de que as respostas dadas fossem reveladas aos demais participantes, e ainda, se seriam disponibilizadas às empresas ou mesmo se haveria alguma forma de identificá-los a partir das mesmas. Esse primeiro contato visou basicamente informar quanto aos objetivos da pesquisa, a metodologia, a forma de apresentação dos resultados, dirimir possíveis dúvidas, conhecer os jovens, estabelecer novos contatos, verificar endereços e finalmente agendar as entrevistas que foram realizadas em conformidade com a disponibilidade de horários dos jovens. Nesse momento, foi possível também observar o universo de particularidades comportamentais dos aprendizes, tais como costumes, postura frente às possibilidades de trabalho, inserção e reinserção no mundo

do trabalho e outros aspectos que não estão relacionados às dimensões constantes no Roteiro Biográfico.

Algumas informações auxiliares que complementaram os dados sobre os jovens, principalmente os relacionados quanto à sua condição social, foram fornecidas pelo Setor de Assistência Social da Fundação José Carvalho (FJC), visto que, dentre os procedimentos adotados para participação nos Programas de Aprendizagem realizados pela entidade, a visita social é uma das etapas de maior importância, tendo como objetivo principal diagnosticar e verificar a veracidade das informações declaradas no momento da inscrição no processo seletivo dos cursos, bem como se os candidatos enquadram-se nos critérios de vulnerabilidade social adotados pela Entidade e que servem como um dos pontos determinantes para a efetiva participação dos jovens nos cursos oferecidos.

Os dados levantados no questionário de visita social são utilizados para elaboração dos chamados pareceres sociais, documento não disponibilizado pelo setor de Assistência Social da Fundação José Carvalho (FJC), devido à preservação do sigilo dos jovens aprendizes. A partir da adoção dessa conversa inicial, algumas adaptações foram realizadas no Roteiro Entrevistas, na tentativa de aperfeiçoamento e de atingimento de todos objetivos da pesquisa.

A fase de realização das entrevistas prosseguiu-se após as correções e inserções que foram realizadas nos questionários de pesquisa no roteiro entrevistas. Ressalta-se que algumas das respostas obtidas nas entrevistas possibilitaram absorver algumas informações que não foram inicialmente contempladas no instrumento e que, por conta disso, foram desconsideradas, dado seu caráter generalista e abrangente. Por meio da análise dos dados percebe-se que os jovens compreenderam plenamente as questões elencadas nos instrumentos de pesquisa e não apresentaram quaisquer dificuldades ou constrangimentos em responder às questões solicitadas.

Embora verifique-se maior número de jovens do sexo feminino participando nas seleções dos cursos realizados pela Fundação José Carvalho (FJC), foi verificado um maior número de jovens do sexo masculino expressando o desejo de participação nas entrevistas; contudo, foi adotado na amostra um percentual de igualdade entre os sexos como forma de melhor evidenciar as informações colhidas.

Para uma melhor compreensão quanto à metodologia utilizada no tratamento dos dados, torna-se pertinente explicitar algumas considerações que demonstram a forma pela qual são apresentados os gráficos relativos à pesquisa, assim como as interpretações pertinentes a esses indicadores.

Os gráficos utilizados servem como uma medida de interpretação que visam proporcionar uma melhor visualização dos resultados obtidos na pesquisa. Para melhor efeito

visual assim como uma melhor compreensão, inicialmente são apresentados apenas os dados das questões fechadas e as demais interpretações são obtidas, a partir das categorias de análise existentes no roteiro entrevistas.

A partir dos dados obtidos e sua referida análise, e também devido a própria opção quanto à utilização do método biográfico como mecanismo de avaliação dos programas de aprendizagem e conseqüentemente da própria política pública, é válido considerar que tal método subsidia toda a análise e desenvolvimento da presente pesquisa e os diferentes pontos de estudo para elaboração do Roteiro Biográfico.

Metodologicamente inspirando-se em Goldemberg (2004), a proposição da problematização neste estudo evidenciou fortemente as perguntas relativas ao “como” e ao “por quê”, se construíram determinadas modificações de vida, principalmente quando considerada a perspectiva de que num processo de aprendizagem dessa natureza também se revelem relações de poder e que são inerentes aos processos formativos. Assim, os questionamentos também referenciaram os aspectos relativos ao como se procedeu o processo de aprendizagem do jovem participante e do egresso? E, quais os motivos que fizeram com ele não permanecessem no mundo do trabalho? Ou ainda, que farão com que ele permaneça, são questões fundamentais para a construção do Roteiro Biográfico.

Baseando nisto, a opção metodológica que serve de subsídio para a elaboração do Roteiro Biográfico se traduz no entendimento de Goldemberg (2004, p. 36):

A utilização do método biográfico em ciências sociais vem, necessariamente, acompanhada de uma discussão mais ampla sobre a questão da singularidade de um indivíduo *versus* o contexto social e histórico em que está inserido. Para Franco Ferrarotti, por exemplo, cada vida pode ser vista como sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, expressão da história pessoal e social, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre a liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais. (GOLDENBERG, 2004, p. 36).

Mediante tal pensamento as questões à elaboração de um instrumento de avaliação de uma política pública, tendo por base as histórias de vida, necessariamente deveria ser, também, um documento que levasse o indivíduo a refletir sobre o modo como ele próprio se forma, isto é, o modo como ele se apropria/ou de suas vivências profissionais por meio de uma dinâmica em que há necessariamente o envolvimento educacional. Reforça-se ainda o fato de que o objetivo da pesquisa visa responder a questões que envolvem além da formação profissional a inserção do jovem no mundo do trabalho.

Por isso, a compreensão das histórias de vida relativas ao Programa Jovem Aprendiz e sua utilização como recurso metodológico procurou, por um lado, conduzir à consciencialização de que a formação é também um processo de autoafirmação.

Diante de tais considerações, o Roteiro Biográfico foi construído como uma ferramenta de avaliação dos programas de aprendizagem que possibilita ir além dos números, toma por base todo um conjunto de impressões, memórias, expressões, aspectos sociais, singularidades e até mesmo, atos dos entrevistados, com o intuito de narrar, além do momento da inserção do jovem no mundo do trabalho a sua vida decorrente dessa inserção, suas impressões, dificuldades e principalmente os impactos advindos de sua participação bem como, sua aprendizagem. Torna-se, pois, um material de relevância para satisfação não apenas dos objetivos deste trabalho, mas também da própria história do Programa Jovem Aprendiz e dos seus participantes.

5.2 ROTEIRO BIOGRÁFICO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Na busca por esclarecer ainda mais a utilização de uma abordagem biográfica como método de pesquisa, Goldemberg (2004) cita que se cada indivíduo singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social, sendo possível "ler uma sociedade através de uma biografia".

Conforme já explicitado, o Roteiro Biográfico, foi elaborado para além da presente pesquisa e possui a categorização de diferentes ciclos tendo sido elaborado levando em consideração a constituição de 05 (cinco) dimensões específicas que buscam trazer a realidade dos jovens e abrange importantes considerações para melhor entendimento e avaliação do Programa Jovem Aprendiz, como também considerar e valorizar o próprio indivíduo, incluindo, conforme explicitado, sua trajetória e entendimentos, sua visão de mundo e compreensão de sua realidade dentre outros aspectos já mencionados.

Enquanto opção teórico metodológica a utilização do Roteiro Biográfico já aponta para um "imbricamento" entre a formação proposta no "Programa Jovem Aprendiz" e o sujeito, o "Aprendiz" e evidencia diversas possibilidades para melhor entender o processo e como este pode ter impactado na vida dessas pessoas. Sendo assim, sua construção, a partir das impressões e vivências dos atores do processo, visa principalmente servir como um método de investigação que propõe uma ação, na medida que a explicitação da trajetória de vida faz com que uma

grande gama de situações, vivências, experiências implicam e contribui para uma tomada de visão e comportamento individual e coletiva.

Diante do tema central deste estudo, que diz respeito principalmente à inserção de jovens no mundo do trabalho e à possibilidade de identificação do sentido da aprendizagem para os jovens participantes e egressos dos Programas de Aprendizagem, os enquadramentos teóricos metodológicos serviram para criação de um instrumento de avaliação que visa também captar também os traços de identidades e culturas comuns aos jovens.

A Dimensão 01 – Identificação do (a) entrevistado (a) e do grupo familiar – tem como principal objetivo oportunizar um conhecimento mais aprofundado acerca dos jovens. Nessa perspectiva, foi solicitado aos entrevistados que falassem um pouco sobre si, seus medos, anseios, sonhos e desejos, além da proposição de investigar as relações familiares e os sentimentos dos jovens quanto ao trabalho.

Essas informações servem não apenas para explicitar as diferenças entre os jovens, mas visam principalmente perceber as aproximações quanto aos comportamentos e ideias que permeiam o universo da juventude pesquisada, ampliar o conhecimento e as informações sem, contudo, evidenciar uma tentativa de padronização.

A Dimensão 02 – Escolaridade e perspectivas de estudo do entrevistado – tem como objetivo conhecer e relacionar a escolaridade dos participantes e relacionar se houve uma melhoria no rendimento escolar, e ainda se a participação no programa influencia ou influenciou na busca por novas formas de educação.

As Dimensões 03 e 04, respectivamente – Motivos de participação no programa e Avaliação do Programa Jovem Aprendiz – buscam evidenciar os motivos básicos de inserção no programa e também avaliar o programa, tanto no sentido da qualificação oferecida (currículo do curso, importância dos conteúdos, preparação para o exercício da profissão etc.) quanto nos impactos decorrentes deste, visando responder ao objetivo geral da pesquisa.

A Dimensão 05 – Experiência no Mundo do Trabalho – tem como objetivo principal analisar os desdobramentos e a continuidade no trabalho por parte dos egressos.

Conforme explicitado na metodologia, parte das informações colhidas na etapa de entrevistas foi analisada sob o critério da análise de dados, tendo em vista que as entrevistas compõem cada uma das diferentes dimensões do Roteiro Biográfico e também representam as diferentes categorias de análise da pesquisa que foram investigadas.

Tabela 05 - Dimensões do Roteiro Biográfico

Dimensões	Categorias de investigação
01- Identificação do (a) entrevistado (a) e do grupo familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação do jovem, descrição de sonhos, medos, esperanças; • Cor ou raça; • Profissão dos pais/ responsáveis; • Emprego atual dos pais/ responsáveis; • Motivos do desemprego dos pais/ responsáveis; • Quantidade de pessoas no grupo familiar; • Condições de habitabilidade;
02 – Escolaridade e perspectivas de estudos do entrevistado (a)	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do Ensino Médio; • Inscrição em Curso Técnico; • Ingresso no Ensino Superior; • Continuidade na formação profissional;
03 – Motivos de participação no Programa Jovem Aprendiz	<ul style="list-style-type: none"> • Fatos que determinaram a escolha para inscrição no Programa Jovem Aprendiz; • Motivação no desempenho das atividades do Programa.
04 – Avaliação do Programa de Formação de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do Programa; • Significado do Programa na vida do participante; • A vida antes do estar no Programa; • Impactos na vida e que tenham ligação direta com o Programa;

	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação para inserção no mundo do trabalho; • Conteúdos abordados (etapas básica e específica) são pertinentes; • Preparação para o mundo do trabalho; • Amplitude/ conhecimentos da cidadania; • Avanços e dificuldades no Programa; • Sentido do Programa para sua vida; • Diferencial devido à participação no Programa; • Experiência relevante; • Desafios enfrentados; • Relação teoria e prática.
<p>5 – Experiência no Mundo do Trabalho (Questões destinadas aos egressos de Programas de Aprendizagem).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego atual (formal ou informal); • Resultados pela participação no Programa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para melhor efeito e obtenção de resultados através da utilização de uma abordagem biográfica, é válido lembrar que a mesma também deve atender à perspectiva sociológica, devendo ser realizada a partir da complementaridade entre as diversas fontes. Para Nobeit Elias (2001) a importância da consideração e o desenvolvimento de uma leitura sócio-histórica no qual deve estar relacionado o sujeito e o seu contexto a partir de suas configurações e relações. O que implica que deve ser destacado todo o conhecimento pré-existente e todo aquele adquirido.

Deve ainda ser lembrado que a abordagem biográfica não favorece a generalização dos resultados pesquisados, mas permite a percepção profunda dos processos formativos aproximados de uma geração, ou determinada categoria profissional.

Vygotsky (2007) aponta que sem a “pessoa” não se pode entender a “pessoa”, não se pode entender o comportamento da pessoa, destacando não só a personificação das funções psicológicas no processo de desenvolvimento quanto à aproximação das relações sociais vividas.

Uma melhor interpretação dos dados constantes na dimensão 01 do Roteiro Entrevistas demonstram a marcante característica e inclinação à subjetividade dada ao conjunto de respostas e sua análise proporcionou ainda um tratamento diferenciado a algumas das respostas colhidas nas questões, uma vez que possui informações que representam um universo tão particular e íntimo, que a simples apresentação em gráficos não expressaria todo o significado, tampouco toda amplitude dos sonhos e medos relatados por alguns dos jovens pesquisados, por isso torna-se uma dimensão extremamente significativa para a definição do perfil do jovem.

Ressalta-se que para efetivação dos resultados apresentados na presente pesquisa não houve tentativa de investigação quanto ao universo das subjetividades que foram apresentadas pelos jovens, principalmente devido à complexidade que uma análise dessa natureza representaria.

Assim, buscando uma melhor apresentação das informações obtidas na pesquisa de campo, as questões fechadas estão representadas por gráficos que permitem uma melhor visualização dessas informações. Já no tratamento dado às questões abertas, optou-se por fazer análise das informações de forma a evidenciar o que foi percebido e que se relaciona diretamente com o universo de vida dos pesquisados.

No desenvolvimento do estudo teórico e a partir das interpretações das informações obtidas na pesquisa de campo, outros questionamentos foram evidenciando-se e muitos deles não estão aqui respondidos, mas serviram como pontos que relacionaram-se a novas possibilidades de análise e interpretação. Tal informação torna-se digna de nota pois representa a dimensão social da pesquisa.

A análise das informações considerou as diferentes dimensões constantes no roteiro de entrevistas e estas, posteriormente serviram para a elaboração final do Roteiro Biográfico, (Apêndice C). Os relatos, analisados tomando por base os procedimentos metodológicos potencializou as possibilidades interpretativas quanto às questões da pesquisa. Foram assim estruturadas de forma a estabelecer uma ligação direta às proposições de investigação da pesquisa, conforme são explicitadas a seguir:

Quanto aos dados gerais, representantes da dimensão 01 – Identificação do (a) entrevistado (a) e do grupo familiar –, os dados coletados apresentam-se da seguinte forma:

Gráfico 01 - Gênero dos Entrevistados

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013-2014).

Conforme explicitado anteriormente, no tópico 5.1 – Descrição dos passos relativos à análise dos dados –, observa-se atualmente um crescente número de jovens do sexo feminino buscando, de maneira significativa, a inserção no mundo do trabalho. Os Programas de Aprendizagem, à luz da Lei 10.097/2000, representam significativamente essa informação contudo, para efeito de melhor interpretação dos dados e uma melhor representação da realidade e possibilidade de maior amplitude nas informações, foram selecionados 06 (seis) jovens de cada sexo.

Para efeito de apresentação dessa realidade, um importante exemplo de toda inserção das mulheres no mundo do trabalho vem do município de Catu, onde pode ser verificada a experiência de um Programa de Aprendizagem, desenvolvido por uma empresa ligada ao ramo de exploração mineral (petróleo e gás natural), no ano de 2010, que foi concebido e desenvolvido exclusivamente para jovens do sexo feminino, na função de Plataformista em Sondas de Exploração de Petróleo, sendo, inclusive, segundo informações obtidas junto à Fundação José Carvalho (FJC), a primeira turma na modalidade citada no Brasil.

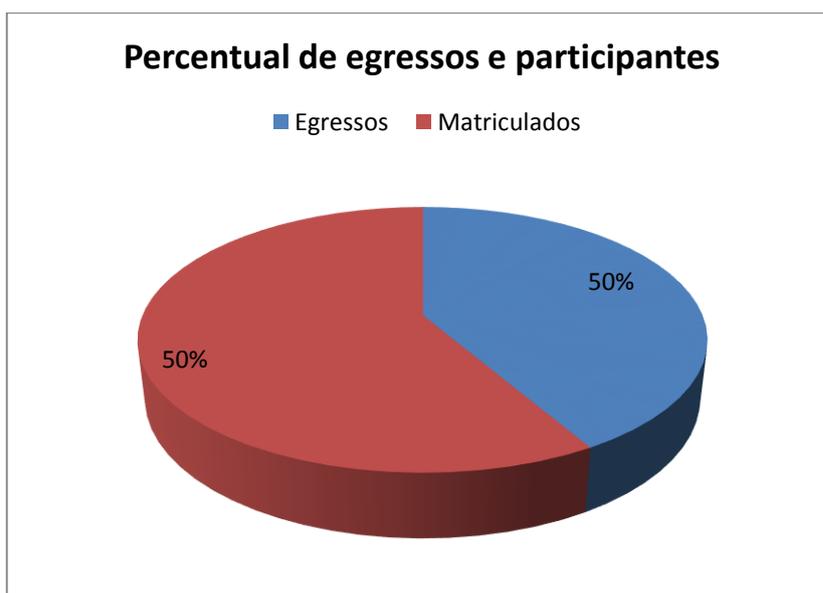
Verifica-se também um maior número de jovens do sexo feminino buscando cursos de qualificação profissional, dado que pode ser evidenciado em decorrência do crescente número de matrículas de jovens em cursos de soldagem industrial, eletricitista predial e industrial, mecânica industrial básica, os quais também são oferecidos pela Fundação José Carvalho (FJC),

em regime de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e que tradicionalmente contavam com maior número de jovens do sexo masculino.

Indicadores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes ao ano de 2014 informam que, no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro/2013, 52,60% dos contratados pelo Programa Jovem Aprendiz em todo o país eram do sexo masculino, e dentre os setores que mais contratam, o comércio e indústria de transformação representaram 50,65% do total.

Conforme explicitado na metodologia, para a realização da pesquisa, os dados apresentados e informações referem-se a 12 (doze) jovens, embora que, preliminarmente, tenham sido pré-selecionados 20 (vinte) jovens entre participantes e egressos de Programas de Aprendizagem. O gráfico abaixo apresenta a amostra da pesquisa.

Gráfico 02 - Percentual de egressos e participantes



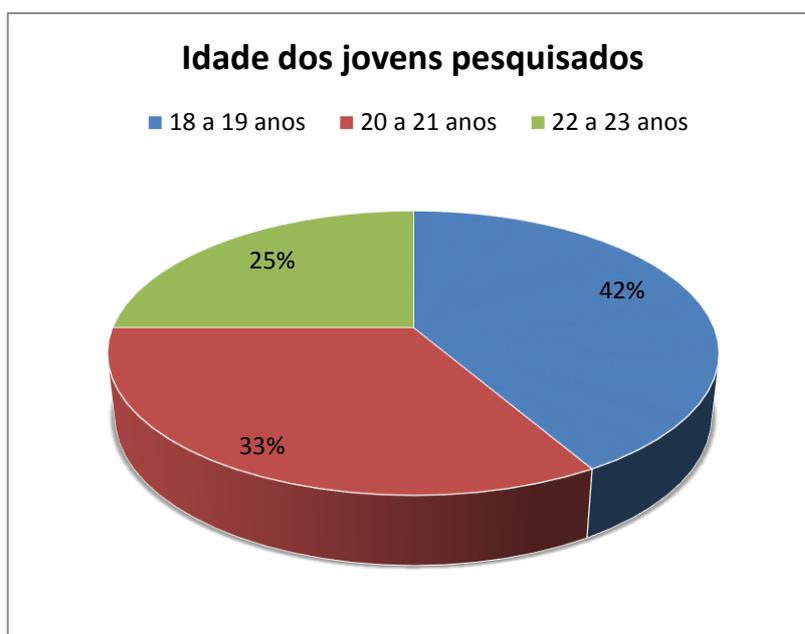
Fonte: Resultados da Pesquisa (2013-2014).

Do total dos pesquisados, 42% são egressos de programas de aprendizagem profissional realizados por diferentes empresas e obtiveram formação profissional nos cursos de Controlador de Entrada e Saída – Logística e Assistente Administrativo. Os demais 58% ainda encontram-se regularmente matriculados no curso de Assistente Administrativo, desenvolvido pela Fundação José Carvalho, e são contratados por diferentes empresas sediadas nos dois municípios.

Quanto ao perfil etário dos pesquisados, foi verificado que os jovens enquadraram-se na faixa etária de 18 a 23 anos, com idade média de 21 (vinte e um) anos de idade e sem histórico de experiências formais de emprego.

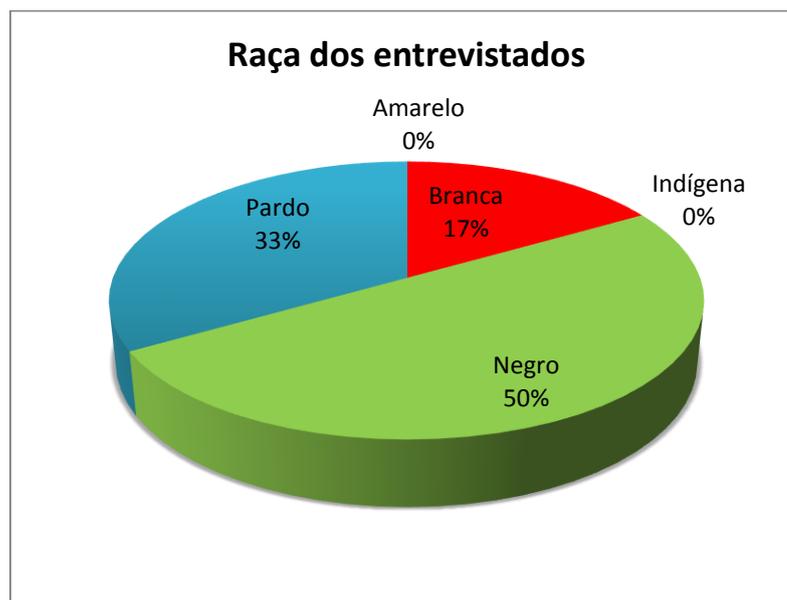
Salienta-se que, por determinação legal, a idade limite para participar do Programa Jovem Aprendiz é de 24 anos, sendo reservado à pessoa com deficiência (PCD) o não enquadramento nas exigências etárias.

Gráfico 03 - Idades dos jovens pesquisados



Fonte: Resultados da Pesquisa (2013-2014).

A investigação referente à identificação racial dos jovens pesquisados não procuraram problematizar as dimensões relativas às questões de cunho racial e evidencia claramente a forma com a qual os pesquisados se percebem. Os dados apontam que, 50% dos entrevistados declararam-se negros, deve-se contudo, ressaltar que alguns dos jovens demonstraram ter dúvidas quanto a sua identificação. No decorrer das entrevistas, os jovens demonstraram uma certa insegurança quanto aos conceitos de negro e pardo, ambos constantes no questionário de pesquisa assim como no roteiro de entrevistas.

Gráfico 04 - Raça dos entrevistados

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013-2014).

No que se refere à descrição dos grupo familiar dos participantes, a profissão dos pais e/ou responsáveis pelos jovens pode ser observada nos dados constantes na tabela abaixo:

Tabela 05 - Profissões dos pais e/ou responsáveis

Profissão do responsável	Pai	Mãe
Agricultor(a)	02	
Ajudante (a)		
Aposentado (a)	01	01
Auxiliar de serviços gerais		01
Comerciário(a)		
Dona de Casa		06
Empregada doméstica		
Funcionário Público (a)	03	02
Industriário(a)	02	01
Motorista	02	
Pedreiro (a)		
Professora		
Trabalhador rural		
Outros	01	01
Não sabe/Não informou	01	
Total	12	12

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013-2014).

Percebe-se que a maioria dos responsáveis pelos aprendizes atuam em campos profissionais diversificados e sem exigência de uma escolarização elevada. Há ainda, pais dos

pesquisados que trabalham na mesma empresa que contratou o jovem, sendo, neste caso, inseridos por Programas de Aprendizagem específicos – que são desenvolvidos programas específicos cuja finalidade principal é a inserção de jovens filhos de colaboradores das empresas contratantes.

Das famílias, chefiadas por mulheres, em sua grande maioria, são donas de casa, evidenciando que muitas não possuem emprego formal, e a maioria dos entrevistados, quando indagados sobre os motivos que levaram a escolha por parte suas mães ou responsáveis, afirmam que as mesmas, eram donas de casa por opção e, em segundo ponto, devido às mesmas não possuírem qualificação profissional adequada às exigências do mundo do trabalho. Possuem, no máximo, o nível médio completo, existindo também aquelas que possuem apenas o nível fundamental completo.

Do conjunto de famílias chefiadas por homens, estes também apresentam escolaridade, a grande maioria, nível médio completo. Do grupo de entrevistados, existe também os que são classificados como funcionários públicos, sendo que estes desempenham atividades no Poder Público Municipal, na cidade de Catu, em funções que possuem como exigência mínima de ingresso o nível médio completo.

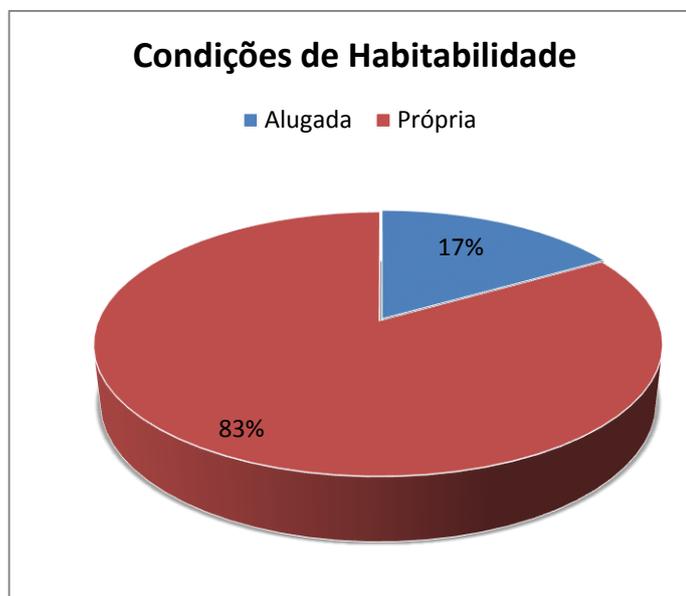
As análises possíveis acerca das informações referentes aos responsáveis pelos jovens, demonstram, além da identificação de traços comuns, tais como: escolaridade, fontes de renda e principalmente seu posicionamento nos diferentes setores da sociedade. Um dado relevante é evidenciado, de forma significativa, é que a inserção nos programas de aprendizagem têm representado, do ponto de vista financeiro, um aumento considerável na renda da família como um todo. Fato que corrobora com a informação preliminar, também confirmada na pesquisa, que a grande maioria dos jovens atribuem sua inscrição nos processos seletivos e posterior entrada no Programa Jovem Aprendiz pelo viés financeiro. Atribuindo à bolsa auxílio o fator principal de inserção no mesmo.

Outra dimensão pesquisada e que também serviu para uma melhor caracterização dos jovens, ainda relacionada às dimensões do roteiro de entrevistas, diz respeito às condições de habitabilidade dos grupos familiares dos entrevistados.

A questão central referiu-se às condições de moradia, sendo questionado se o jovem residia em casa própria ou alugada e visava principalmente obter a informação, em caráter generalista, posteriormente os dados colhidos foram organizados em dois grupos: morador em casa própria ou morador em casa alugada, sem aprofundamento nem o estabelecimento de uma relação quanto ao fato da renda dos jovens servir ou não para pagamento de aluguel.

Foram obtidos os seguintes resultados:

Gráfico 05 - Condições de Habitabilidade



Fonte: Resultados da Pesquisa (2013-2014).

Ainda com relação a alguns dos componentes da Dimensão 01 do Roteiro de Entrevistas, as categorias de análise apresentam dados subjetivos que foram estruturados para servir de representação e caracterização dos jovens pesquisados quanto aos seus sonhos, medos e esperanças, como uma medida de conhecê-los no seu universo particular.

Flick (2013) afirma que os estudos qualitativos podem produzir variadas formas de resultados. Segundo o autor, eles podem variar desde estudos de caso detalhados até tipologias ou frequência e distribuição das declarações em um sistema de categorias.

Na verificação do presente estudo, algumas dimensões de caráter social, foram problematizadas e se relacionam principalmente às condições sociais dos jovens e sua inserção no mundo do trabalho. Cabe então citar aqui algumas dificuldades que se expressaram principalmente pela ausência de um ponto de partida específico. Nesse sentido procurei extrair os aspectos mais relevantes da fala dos jovens e que de certa forma serve para representa-los.

A seguir, são apresentados as principais informações, colhidas nas entrevistas e que relaciona-se aos sonhos e medos dos jovens. Foram constatadas as seguintes categorias “vencer na vida”; “trabalho decente e bem pago”; “fazer faculdade”; e “constituir família” como afirmações mais comuns no grupo de entrevistados.

O questionamento resumia-se em: “Fale um pouco sobre você (sonhos, medos, esperanças)”.

(Pensando), só não posso dizer que sou eu (Risos), eu penso muito no futuro, eu quero alcançar os meus sonhos com o tempo, quero ter uma vida profissional estabilizada, ser bem sucedido, ter uma boa família, o mais importante de tudo gostar do que vou fazer. Medos, para ser sincero, (pausa), meu medo é de alguma “coisas” não dar certo, que eu não consiga alcançar os objetivos que tenho em mente, mas eu tenho certeza que se eu tentar e persistir eu vou conseguir. Esperança, qual o sentido?, esperança eu tenho, claro, mas como é que se diz, olhe que viagem... pausa. Esperança... Minha esperança é conseguir alcançar meus objetivos. (E.P.R, 20 anos, morador Catu).

Sou uma pessoa muito alegre, animado, gosto de conversar, tenho facilidade de falar em público, “sou sem vergonha”, sonho em ter uma carreira numa área que eu gosto, na área de elétrica, ser reconhecido, ter um destaque profissional nessa área. Medo, medo, medo (...) fracassar, não realizar o que eu quero, trabalhar numa área que eu não quero, ser infeliz e não fazer o que eu gosto (L.S.C.C, 19 anos, morador de Catu).

A minha vontade atualmente é me estabilizar, começar a faculdade no curso de geologia, que é um sonho que tenho, trabalhar com essa área, meus medo maior é não conseguir concretizar meus sonhos; que esse sonho possa me ajudar a fazer com meu filho tenha uma vida melhor do que a que eu tenho na verdade. (S.M.F, 22 anos, moradora de Pojuca).

Evidencia-se, a partir da análise das informações que a expectativa dos jovens, quanto aos seus sonhos e medos, revelam o alinhamento dos desejos da conquista do emprego e da consequente estabilidade, a qual pode ser alcançada por meio da profissão, bem como a evidência da satisfação com o que se pretende no seu fazer profissional. Em todas as falas apresentadas acima, bem como na maioria das entrevistas, nota-se que está implícito o desejo por trabalhos bem pagos, estáveis e qualificados.

Paugam (2003, p. 93), em sua pesquisa sobre desqualificação social na França, faz importante consideração a respeito do emprego como condicionante de êxito social e que serve como auxiliar na análise do perfil dos jovens pesquisados.

O status conferido pelo emprego definitivo condiciona todas as dimensões de êxito social: vida familiar, satisfação das necessidades materiais, etc. Certas pessoas – sobretudo as mais jovens – não desejam se casar, tampouco ter filhos, enquanto não tiverem um emprego estável e bem remunerado.

Como se pode perceber nas argumentações da pesquisa, até agora desenvolvidas, as transformações ocorridas no modo de produção capitalista e nas suas formas de acumulação têm levado ao surgimento de profundas modificações no cenário produtivo e econômico atual, mudanças determinantes para a desregulamentação e para a flexibilização do uso do trabalho como fator de produção, de modo que se faz necessário entendê-las e contextualizá-las.

Diante da importância atribuída à qualificação profissional e à experiência, que se configuram como exigências do mundo moderno, verifica-se para os jovens o valor da implementação de políticas públicas voltadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho.

Um indicador que atribui significado ao Programa Jovem Aprendiz, na perspectiva dos jovens, refere-se à análise dos aspectos que influenciaram na decisão por realizar a inscrição. Destaca-se, nesse ponto, dentre as opções elencadas no Roteiro Biográfico, que a oportunidade de trabalhar com registro na carteira profissional e a remuneração são a maior causa de inscrição. As respostas, em sua maioria, apresentam as expressões “ter um trabalho fixo”; “o dinheiro no fim do mês”; “carteira assinada”, demonstrando que a expectativa quanto à participação no Programa é fortemente ancorada na possibilidade de remuneração mensal. Do universo de entrevistados, apenas uma jovem, egressa, afirmou ter se inscrito por influência de amigos:

Me inscrevi no programa por influência dos amigos da Escola, ainda estava estudando e não tinha muito o que fazer nas horas vagas. (L.S.S, 19 anos, residente de Pojuca).

Na concepção dos jovens, a atividade profissional é garantia para a segurança material e possibilidade de aumento do consumo de bens. Como exemplo, uma das egressas entrevistadas, quando questionada sobre os motivos que a levaram a se inscrever no Programa, afirmou:

Achei interessante, conhecia, por umas amigas que participaram do Jovem Aprendiz. Pela oportunidade de trabalho, assinatura em carteira profissional, poder comprar minhas coisas, comprar roupa, viajar. Fazer o que eu quiser. (M.C, 22 anos, solteira, egressa do Programa Petrobras Jovem Aprendiz, residente em Pojuca).

Outra jovem participante do programa explicita suas razões para a inscrição, evidenciando que o principal motivo reside na possibilidade de obter uma formação profissional e de trabalhar numa unidade de exploração de petróleo de uma grande empresa e afirma:

A oportunidade de trabalhar em uma Base da Petrobras e ser preparada por uma Fundação renomada na minha região me chamou a atenção, não quis perder essa oportunidade. (G.S,B 20 anos, solteira, egressa do Programa Petrobras Jovem Aprendiz, residente em Catu).

Do grupo de atuais participantes, o sentido dado ao trabalho não difere dos egressos.

Achei interessante a oportunidade. Já conhecia o Jovem Aprendiz e tinha vontade de participar, principalmente “pela” oportunidade de trabalho, assinatura em carteira profissional. (J.S, 18 anos, solteiro, residente em Pojuca).

Do conjunto de considerações e desdobramentos que podem ser levantados a partir das informações colhidas, alguns pontos a respeito do entendimento que o jovem possui quanto ao sentido do trabalho podem ser extraídos com base nas afirmações dos jovens, conforme explicitado nos dados da pesquisa. Verifica-se que o sentido que eles conferem ao trabalho é um meio de expressão social, condição de *status* de adulto e de detentor de sua liberdade.

A respeito desse entendimento, Paugam (2003) faz importante observação quanto ao fato de as pessoas não distinguirem trabalho de emprego, o que também pode ser observado nas constatações dos jovens pesquisados que comumente referem-se ao trabalho como sendo um emprego, conforme explicitado anteriormente.

A esse respeito, convém distinguir trabalho e emprego. Uma dona de casa ou um desempregado podem, evidentemente, trabalhar: ocupar-se dos filhos ou dos netos, cuidar do jardim, prestar serviços aos vizinhos, etc. Isso, sem dúvida, limita o risco de “dessocialização”, mas não substitui o status conferido pelo emprego e pelas condições jurídicas da atividade profissional. É surpreendente constatar que, quando as pessoas entrevistadas falam do trabalho, referem-se ao emprego assalariado por tempo indeterminado. (PAUGAM, 2003, p. 93).

Paugam (2003) complementa que o *status* conferido pelo emprego definitivo condiciona todas as dimensões do êxito social: vida familiar, satisfação das necessidades materiais etc. Muitas pessoas – sobretudo os mais jovens – não desejam casar, tampouco ter filhos, enquanto não tiverem um emprego estável e bem remunerado.

Isso pode ser também percebido em uma das falas de um jovem, residente no município de Catu. Quando indagado a respeito do seu sentido de vida e desejos para o futuro, ele afirma:

Sonhos, na verdade não tenho sonhos, tenho ambição, quero me formar no curso que estou fazendo de engenharia mecânica, fazer uma pós em segurança do trabalho... É, to “afim” de aprender novas línguas, querendo trabalhar fora, quero ir para fora, porque aqui hoje em dia está difícil para você crescer, pelo menos da maneira que eu quero crescer. Eu quero crescer profissionalmente e intelectualmente, porque a Faculdade não dá um dinamismo para você ir além é sempre a mesma coisa. Se você parar para analisar muitas vezes a Faculdade lhe atrapalha tanto que eu acho que o futuro do ensino superior é educação à distância porque ela lhe dá uma coisa que as tradicionais não lhe dão, tempo. As ementas são gigantes, a carga horária também, muitas vezes são “desorganizadas” e você fica preso a uma coisa só.

Medos, pensando, meus medos estão mais na parte emocional das coisas, meu medo principal é perder qualquer coisa, eu não gosto de perder nada e nem ninguém. (H.A.S.S, 19 anos, solteiro, residente em Catu).

Tendo como ponto de partida a observação de que as representações de sonhos e do mundo propriamente dito são também construídas a partir das relações que se estabeleceram no processo de aprendizagem profissional e levando em consideração as exigências das empresas quanto ao perfil do jovem, observa-se que, via de regra, as solicitações que norteiam as escolhas são baseadas principalmente em dois critérios básicos: comportamento e desempenho acadêmico. Ou seja, aqueles que porventura não se encaixem nos padrões exigidos veem extremamente reduzidas as chances de inserção no mundo do trabalho. Tanto as empresas quanto as Entidades Formadoras parecem compartilhar a ideia da significação social do jovem como mecanismo de seleção.

Para os jovens, os motivos que os levaram a se inscrever no programa reportam-nos a crer que a perspectiva do trabalho formal é a predominante.

Pela oportunidade de trabalho, assinatura em carteira profissional (D.G.M, 23 anos, solteira, residente de Pojuca).

Interessante, pela oportunidade e oportunidade de trabalho. (C.J.S, 20 anos, solteiro, residente em Pojuca).

A oportunidade de assinatura na minha carteira profissional, sempre quis fazer um curso nessa área (L.L.R.S, 23 anos, solteiro, residente em Catu).

Tentei mais porque... eu achei que era uma maneira mais fácil de ingressar no “mercado de trabalho” era como subir o próximo degrau. (H.A.S.S, 19 anos, solteiro, residente em Catu).

Para Vygotsky (2007), as palavras trazem significações construídas a partir das relações sociais. Desse modo, identificar o sentido da aprendizagem profissional nas falas dos jovens constitui também uma série de análises das diferentes dimensões envolvidas no contexto, tanto antes quanto durante e após o programa. A família, a comunidade onde ele vive, a escola e todo o contexto atual do mundo do trabalho contribuem para que sejam criadas algumas expectativas quanto à vida do jovem quando inserido no Programa.

À medida que mudam os contextos sociais, o sujeito também muda. Logo, quanto à inserção dos jovens no Programa, verifica-se uma ressignificação que pode ser observada a partir da experiência dos jovens no decorrer das diferentes etapas pelas quais ele passa durante

a vigência do seu contrato de aprendizagem. Nesse sentido, a Dimensão 04 do Roteiro Biográfico – Avaliação do Programa serve para ilustrar tal afirmação.

É um programa que proporciona a subida nos próximos degraus. É como você ir num passo a passo, mas, como tudo não é perfeito, tem suas limitações” (...) Ele significou mais do que profissionalmente me ensinou a lidar mais com as pessoas, de uma forma melhor. (...) Me proporcionou um crescimento pessoal. (H.A.S.S, 19 anos, solteiro, residente em Catu).

Melhorei muito ao saber mais das coisas, o funcionamento de uma empresa, apesar de ainda não estar na parte prática, mas, abriu meus olhos na visão do mercado de trabalho, (...) me sinto preparada para ir para a parte prática devido aos conhecimentos, saber como se comportar, os direitos e deveres (I.A.S, 19 anos, solteira, moradora de Pojuca).

(...) Melhorou aspectos relacionados a minha auto estima, mexe com ego por estar participando dessa empresa mesmo que seja como aprendiz. A questão da assistência médica odontológica, meu filho como dependente, poder ter uma garantia de conforto principalmente na saúde, a cesta básica que ajuda na alimentação. (S.M.F, 22 anos, solteira, moradora de Pojuca).

Achei que era uma coisa qualquer, que eu iria aprender mas, que ele não tomaria essa dimensão toda. Eu não me comunicava bem com as pessoas antes do Programa, andava triste pois, não me aproximava das pessoas. Logo no começo do curso as minhas colegas repararam isso em mim. Isso acontecia por minhas questões familiares, ser a mais velha ter que cuidar de tudo (casa, irmãos etc); (...) Através do curso, muitas disciplinas foi a mudança de vida no sentido pessoal mais do que o financeiro. (L.S.S, 19 anos, solteira, moradora de Catu).

Tendo por base as considerações de Vygotsky (2007), no que tange à relação do comportamento humano e à formação da aprendizagem, as operações externas, vivências e experiências passam por um processo de reconstrução interno, o que dá início à caracterização da aprendizagem. Tendo em vista que os processos antes interpessoais transformam-se em intrapessoais, caracteriza-se desse modo a aprendizagem a qual, ainda conforme o autor, é constituída a partir de um conjunto de experiências históricas e sociais.

Pela análise do sentido do Programa Jovem Aprendiz na vida dos participantes, assim como dos egressos, e a despeito de serem eles os atores principais da política pública, nota-se que os jovens não percebem o significado dessa política como a legitimação dos seus direitos. Quando questionados a respeito do sentido do Programa em suas vidas, as respostas perpassam por questões que reafirmam os significados sociais de que o jovem precisa possuir um determinado padrão de qualificação. Para eles, o Programa significa a entrada no mundo do

trabalho e não a formação, o desenvolvimento pleno de suas capacidades humanas; o jovem se sente despreparado pela idade e pela falta de experiência.

A exemplo dessas significações, alguns jovens pontuam:

Posso ser considerado mais preparado para o mercado de trabalho que outras pessoas da minha idade. (L.S.C.C, 19 anos, solteiro, residente de Catu).

O curso proporciona a entrada no meu campo profissional (E.P.R. 20 anos, solteiro, residente em Catu).

O curso está voltado para aplicação prática na empresa em que trabalho (L.S.S, 19 anos, solteira, moradora de Catu).

Quanto à categoria de análise que se refere à experiência proporcionada pelo Programa na vida dos jovens, as interpretações relatam o aprendizado como bastante “positivo”, “proveitoso”, “preparatório para enfrentar qualquer desafio na vida”, “oportunidade de aprender coisas novas e estar em contato com pessoas novas” e, principalmente, “como um meio de continuidade no ofício” e “condição de seguir uma carreira” com as mesmas funções de quando era jovem aprendiz.

Numa análise sobre como as políticas públicas têm sido construídas no Brasil, especialmente aquelas voltadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho, o Programa Jovem Aprendiz configura a atuação do Estado como assistencialista e provedor de direitos momentâneos. Explicita o sentido da inserção dos jovens no mundo do trabalho pautado fortemente no quantitativo de jovens atendidos pelo Programa, servindo mais às demandas do mercado do que propriamente a um sentido de garantia da cidadania e de inserção de pessoas.

As análises dos significados da formação profissional e da inserção no mundo do trabalho, obtidos na presente investigação, trazem a concepção de uma proposta de educação centrada no capital, criada sob a égide de um modelo centralizador, concentrador de renda e excludente.

As dificuldades foram vivenciadas pelos egressos do Programa, conforme explicitadas na pesquisa, assim como por meio dos dados relativos aos jovens egressos de outros programas de aprendizagem que não conseguem facilmente sua reinserção no mundo do trabalho.

Tal situação pode ser decorrente da própria Lei da Aprendizagem, que tem centrado seus objetivos na inserção do jovem, sem, contudo, regulamentar o acompanhamento desse aprendiz após a finalização do programa. Quanto aos jovens egressos pesquisados, os dados apresentam que apenas uma jovem foi efetivamente contratada após a finalização do Programa.

Quando questionados quanto às possíveis razões pela não contratação, eles não atribuem a motivos que impliquem na decorrência do seu baixo desempenho profissional. Regra geral, as afirmações quanto aos possíveis motivos referem-se à crise econômica, à falta de vagas nas empresas e outros distintos motivos.

Uma das egressas, quando questionada sobre a sua reinserção no mundo do trabalho, afirma:

Procurei trabalho mas, são poucas vagas e eu não consegui, tenho ido para o mercado informal para conseguir complementar o dinheiro. (L.S.S, 19 anos, solteira, residente em Catu).

Percebe-se que muitos jovens, na situação de egressos, são compelidos ao trabalho informal sem quaisquer garantias sociais, bem como à descontinuidade de seus projetos pessoais, no que tange à complementação de seus estudos.

Entretanto, a maioria desses egressos afirma que o programa foi extremamente proveitoso. Ao se referirem ao sentido de uma formação educacional “melhor”, muitos afirmam que “pretendem ingressar num curso superior”, “que pretendem continuar os estudos através de cursos técnicos”, “que se sentem preparados para enfrentar qualquer desafio na vida”.

A partir do relato dos jovens aprendizes, observam-se algumas das dificuldades em alinhar as proposições das Políticas Públicas voltadas à juventude com a realidade atual do capital. Como ressalta Dagnino (2004, p.95), a implantação do projeto neoliberal, depois da década de 1990, no Brasil, traz impactos significativos para a vida em sociedade e que indicam a existência de uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo e as concepções neoliberais.

No Brasil, o panorama político social demonstra um quadro ambíguo: se, por um lado, a Constituição Federal de 1988 garantiu mecanismos de controle constitucional e de participação da sociedade civil organizada nas discussões políticas e sociais, por outro, nota-se o claro atendimento aos preceitos neoliberais, no qual podem ser verificadas sérias contradições em um projeto de Estado mínimo com crescentes índices de precarização do trabalho, desemprego, transferências de responsabilidades para a sociedade civil, entre outras comuns ao neoliberalismo.

Válido ainda ressaltar que as questões as quais envolvem a definição de políticas públicas para a juventude é carregada de generalizações quanto à clientela, e que no Brasil tem contribuído para o debate e a definição e implementação de novas Políticas Públicas.

5.3 O SENTIDO DA APRENDIZAGEM PARA OS JOVENS PESQUISADOS

A análise do conjunto das categorias obtidas a partir do conteúdo das entrevistas e dos questionários aplicados, tinham como objetivo responder ao questionamento principal da pesquisa que é perceber qual o sentido dado ao curso de aprendizagem profissional, realizado pelos jovens no decorrer do contrato de aprendizagem, assim como, a avaliação sequencial dos conhecimentos abordados nos cursos de formação e a atuação prática vivenciada na empresa que os contratou.

Válido lembrar que foi adotada, na realização desta pesquisa, uma determinada conceituação a respeito de juventude, de modo que não são consideradas apenas as características em termos físicos, biológicos, faixa etária, mas principalmente a compreensão de que essa categoria é construída socialmente, trazendo consigo diferentes pensamentos, momentos históricos e sociais que os diferenciam enquanto sujeitos e que servem também para justificar a amplitude das respostas.

A partir da compreensão de que a juventude é uma construção social, representada por um conjunto diverso, composto por diferentes aspectos sociais, regionais, étnicos e até mesmo por condição de gênero, ainda que num mesmo lugar histórico, implicando na necessidade de pensar não em uma juventude, mas em diferentes juventudes foi definido a perspectiva teórica da pesquisa, tendo em vista a natureza da análise e os objetivos elencados.

Portanto, o aporte teórico que fundamenta a discussão proposta, está centrada na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, de Vygotsky, que em sua gênese pressupõe a natureza social da aprendizagem, ou seja, percebe que as interações sociais é o meio pelo qual o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores. Para o autor, o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual os indivíduos penetram na vida intelectual daqueles que os cercam.

Partindo do pensamento do autor citado, o princípio social se sobrepõe ao biológico, no que se refere ao desenvolvimento psíquico do homem ainda que esteja assegurado na proposição do autor a não há negação da influência dos aspectos biológicos; há uma ênfase dos aspectos sociais no desenvolvimento humano.

A base epistemológica da teoria de Vygotsky concentra-se principalmente no materialismo dialético de Karl Marx e se caracteriza na abordagem dos processos humanos a partir de sua dimensão histórica e não apenas natural. Percebe o ser humano a partir de uma realidade concreta, tendo sua essência construída por meio de relações sociais. Por conseguinte,

as experiências vivenciadas, a sua consciência, e não o contrário, determinariam o sentido de vida.

Em conformidade ao pensamento expressado acima, os jovens pesquisados, quando questionados quanto aos impactos que notam em suas vidas assim como, aos aspectos que foram influenciados ou que são percebidos como consequências diretas por terem participado ou por estar participando em Programas de Aprendizagem, as respostas revelam informações que ultrapassam os objetivos definidos no escopo dos diferentes programas. Dizem respeito a sua própria identidade, à sua forma de ser e ao sentido que esses indivíduos atribuem às suas experiências vividas.

“Com certeza foram muitos impactos, aprendi a ter responsabilidade, vi que realmente é necessário eu me dedicar a fazer novos cursos, ou seja, me aperfeiçoar cada vez mais” (M.S.C, 23 anos, solteira, residente em Pojuca).

“Melhorei muito ao saber mais das coisas, as pessoas não sabem o que é Programa, me sinto preparada para ir para o trabalho devido ao conhecimento, saber como se comportar, os direitos e deveres. Um passaporte para os jovens que estão à procura do primeiro emprego. Um programa que nos enche de desejo de ir além, de buscar a formação profissional” (L.S.S, 19 anos, solteira, residente em Catu).

“A questão do reconhecimento, tantas pessoas que gostariam de estar aqui, não passaram pelo funil da seleção e não conseguiram chegar até aqui. Minha autoestima melhorou, meus avanços foram pessoais, deixei tanta coisa, a timidez, me proporcionou condições necessárias, como a experiência vivida em sala de aula, a vivenciada na prática, mas acredito que essa foi uma das etapas e eu preciso buscar mais, pois, não sinto que estou totalmente preparada. (S.M.F. 22 anos, solteira, residente em Pojuca).

“Responsabilidade, pois antes não cumpria horários, não preocupava nem com meus documentos, antes do Programa eu acordava, jogava bola, saía com os amigos, videogame, conversar no celular era o que eu fazia”. (L.S.C.C, 19 anos, solteiro, residente em Catu).

Num breve exame das falas especificadas acima, percebe-se claramente que o sentido que os indivíduos pesquisados atribuem às suas experiências, destaca diversos elementos, alguns positivos e outros negativos, mas que não estão diretamente ligados à sua inserção no mundo do trabalho. Referem-se ao conjunto de transformações pessoais, realizadas a partir de sua participação efetiva no Programa Jovem Aprendiz, contudo, carregam um sentido muito mais pessoal e não necessariamente profissional.

Entretanto, em se tratando de uma política pública que tem como objetivo a inserção de jovens no mundo do trabalho e ainda, tendo em vista que o conjunto de requisitos e exigências

profissionais no mundo moderno, que evidencia e requer das pessoas conhecimentos diversificados, capacidade de exercício de funções baseadas na multiplicidade de tarefas, aliado à padronização de comportamentos, como poderia ser avaliada essa política pública se os seus atendidos a percebem mais pelo conjunto de suas transformações pessoais do que por sua inserção no mundo do trabalho?

Paugam (2003) em seus estudos realizados na França buscou uma correspondência entre os beneficiários de uma ação social e o sentido que esses indivíduos, definidos em diferentes grupos, atribuem às suas experiências vivenciadas. E questionou: Em que medida a modalidade de intervenção social determina o tipo de experiências vividas por esses indivíduos?

A UNESCO (2004) aponta que dentre os elementos comuns que norteiam a construção da maioria das Políticas Públicas direcionadas para os jovens, pode-se destacar: a obtenção da condição adulta, como uma meta; a emancipação e a autonomia, como trajetória; a construção de uma identidade própria, como questão central; as relações entre as gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e as relações entre os jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.

Assim, analisar os sentidos da aprendizagem profissional obtida nos diferentes programas de aprendizagem, a partir das impressões dos jovens participantes serve-nos como o ponto de análise e avaliação do Programa Jovem Aprendiz, principalmente no que concerne aos impactos causados em suas vidas.

Para satisfazer tal intuito, cabe então o pensamento de Vygotsky (2007) que analisou as funções e processos psicológicos mentais superiores: a atenção voluntária, a memória lógica, as ações conscientes, o comportamento intencional e o pensamento abstrato, que são próprios dos seres humanos e que, por sua vez, se distinguem dos processos elementares – ações reflexas, por exemplo a sucção durante o aleitamento, das associações simples, tipo grande x pequeno, assim como do conjunto de reações automatizadas a exemplo a movimentação realizada pela cabeça como respostas positivas ou negativas, como meio de relacionar esta teoria à realidade vivenciada pelos jovens.

Assim, partindo desses pressupostos, os processos psicológicos superiores descritos na teoria histórico social, serviram como ponto de análise para a compreensão do sentido da aprendizagem profissional que os jovens desenvolveram no decorrer da sua trajetória profissional, bem como de toda sua vivência no Programa Jovem Aprendiz.

Na tentativa de responder tal questionamento foi solicitado aos jovens que respondessem a seguinte questão: Como você percebe a experiência proporcionada pelo Programa Jovem Aprendiz na sua vida? Segue as falas de alguns dos jovens pesquisados.

“Eu me tornei mais homem e mais responsável, em tudo. Aprendi a cumprir obrigações” (J.P.S, 18 anos, solteiro, residente de Pojuca).

“Está sendo maravilha, muito legal, sinto que estou me preparando mais, apesar de que na empresa, na prática não trabalha muito o que aprendemos” (L.S.C.C, 19 anos, solteiro, residente em Catu).

“Experiência muito boa, ter oportunidade de aprender coisas novas e estar em contato com pessoas novas” (E.P.R. 20 anos, solteiro, residente em Catu).

“Da melhor forma possível, não tem como negar as influências positivas do Programa em minha vida.” (G.S,B 20 anos, solteira, egressa do Programa Petrobras Jovem Aprendiz, residente em Catu).

“Me sinto preparada para enfrentar qualquer desafio na minha vida.” (M.S.C, 23 anos, solteira, Egressa do Programa Petrobras Jovem Aprendiz, residente em Pojuca).

“Uma facilidade que eu tive não tanto pelo programa mas pelas pessoas que eu conheci no programa foi enxergar as coisas. Aprendizado em todas as áreas, relacionamento, temperamento, técnica e pessoal. Está sendo significativo proporcionou uma mudança em minha vida. O programa ele não foi, intelectualmente ele não fez tanto diferencial, mas não questão do amadurecimento ele contribuiu bastante”. (H.A.S.S, 19 anos, solteiro, residente em Catu).

“Maior ganho, conhecer pessoas novas, ter a oportunidade demonstrar quem sou, meus objetivos, sonho, aprender e ter conhecimento dos meus direitos e deveres. Com o programa pude ver que eu sou capaz e que não vou parar por aqui, irei em busca dos meus sonhos e objetivos para tornar-me assim uma pessoa realizada. Portanto meu maior ganho foi pessoal, profissional acaba sendo pouco, pois eu sei que preciso buscar mais como dizia Cazusa: “O tempo não para” devemos sempre ir em busca dos nossos sonhos” (L.S.S, 19 anos, solteira, residente em Catu).

Outro importante ponto na teoria de Vygotsky (2007) e que novamente subsidia as análises obtidas junto aos jovens, diz respeito ao que o autor denomina internalização, que basicamente trata das construções internas realizadas por uma determinada pessoa, a partir do conjunto das operações externas vivenciadas por essa mesma pessoa. Há de se considerar, contudo, que não deve haver nessa análise, um antes/depois; um dentro/fora.

Conforme o autor, ocorre o chamado movimento dialético, indivíduo - sociedade, em torno da aprendizagem. Afirma que é em virtude da interação social que o indivíduo aprende, tanto no nível social (interpsicológico) quanto no nível individual (intrapicológico). Ou seja, ao internalizar as experiências, o sujeito modifica sua percepção das coisas, bem como sua capacidade de solucionar problemas, suas funções psicológicas superiores.

Algumas das principais ponderações que podem ser feitas sobre o sentido da formação oferecida no Programa de Aprendizagem, é que esta caracterizou-se por formar um jovem acrítico e mero reprodutor de conceitos técnicos. Contudo, algumas observações importantes, advindas das falas dos jovens revelam uma forte caracterização e idealização de sua busca por autonomia e um grande desenvolvimento de sua autoestima o que pode também leva-lo a ser um sujeito crítico e reflexivo, capaz de reconhecer-se como protagonista de direitos e deveres.

Dada a influência dos conceitos Marxistas no pensamento de Vygotsky, o entendimento que este possui, no tocante à sociedade, é que esta resulta da existência do trabalho e que a transformação da natureza serve para satisfação das necessidades, o que implica também a transformação de si próprio.

Enquanto, o pensamento Marxista concebe o trabalho como “atividade vital”, sendo que a vida produtiva é a vida genérica do homem: enquanto o animal identifica-se prontamente com a sua atividade, pois ele é a sua própria atividade; o homem “faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Para Vygotsky, a atividade não é simplesmente uma resposta ou reflexo, implica num componente de transformação do meio através de instrumentos.

Sua teoria ao conceber o homem como um ser ativo, social e histórico, e a sociedade, como sua produção histórica, criada por meio do trabalho e das experiências vividas no contexto social, constituintes da subjetividade e da consciência. (AGUIAR et. al., BOCK, 2002), corroboram tudo que foi evidenciado pelos indivíduos pesquisados.

De fato, evidencia-se que a participação social envolve, por si só, diversos e diferentes processos participatórios, isto é, atividades organizadas de grupos que tem como objetivo expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos.

Tendo em vista esses entendimentos, a teoria histórico-cultural justifica-se nesta pesquisa como aporte teórico necessário a auxiliar a compreensão do sentido da aprendizagem adquirida pelos jovens, no que se refere aos programas de formação de aprendizagem e também na elaboração e interpretação do Roteiro Biográfico que foi construído a partir da análise dos aspectos relativos ao itinerário de vida dos jovens pesquisados durante a participação no programa.

A análise das informações obtidas a partir das respostas obtidas nas entrevistas e que são referentes ao sentido da aprendizagem profissional representou um universo de análise bastante significativo para o atingimento dos objetivos da pesquisa, ainda que as falas dos jovens não tenham proporcionado muita amplitude para um maior aprofundamento da questão.

O conjunto de questões que visavam responder quanto ao sentido da aprendizagem para os participantes concentraram-se nos motivos para participar no programa, as falas revelaram o desejo em satisfazer necessidades de ordem financeira, o registro em carteira profissional ficando em terceiro e até em quarto plano a procura por um curso de formação motivado pelo desejo de aprendizado.

A possibilidade de remuneração, como foi considerada a mais importante é também percebida como uma consequência do programa oferecer: "carteira assinada", "certificado", "experiência", bem como a referência entidade formadora, o que demonstra que, na percepção dos entrevistados, o que o programa oferece passa por essas dimensões de uma prática comprovada.

Ainda no que diz respeito à motivação para participar, expressa pela categoria "necessidade financeira" tanto para os participantes quanto para os egressos, foi manifestada através do desejo de ter renda, ter independência ou autonomia consequente superação das dificuldades financeiras da família, uma vez que todos os entrevistados são oriundos de famílias com renda de no máximo 02 (dois) salários mínimos.

As falas dos entrevistados demonstram facilmente que a motivação está fortemente atrelada à questão financeira: "Foi uma oportunidade de ouro, (...) normal de jovem de classe baixa que tinha sonhos de dias melhores com ideias novas para o futuro queria de todas as formas ajudar em casa" (C.J.S, 20 anos, solteiro, residente em Pojuca). E ainda o depoimento desse outro jovem: "Oportunidade, pensando..., oportunidade, uma boa oportunidade de adquirir conhecimento e experiência"(E.P.R, 20 anos, morador Catu).

Tais depoimentos, além de representar bem que o sentido da motivação para participar no Programa se expressa por meio especificamente da categoria financeira. Quanto a esse aspecto, estabelece-se uma conexão entre trabalho e consumo, fazendo com que a formação para o trabalho adquira sentido apenas pelo fato de ser encarada como via de satisfação de necessidades financeiras.

Frigotto (2007), atenta ao fato de que as políticas sociais de formação têm incidido sobre as necessidades imediatas de sobrevivência, tornando-se, de certa forma, uma prática assistencialista, com pouca ação no sentido de mudança efetiva das condições de vida, principalmente, em termos de protagonismo da juventude.

Na medida em que as políticas públicas voltadas à inserção de pessoas no mundo do trabalho, aproximam-se cada vez mais de um caráter assistencialista, sem proporcionar melhoria nas condições de vida desses jovens. Ressalta-se ainda que não há absorção de todos os jovens, principalmente, diante do aumento da competitividade em uma economia cada vez

mais moderna, repleta de inovações tecnológicas e das novas formas de organização de produção, que exige trabalhadores superqualificados.

Quando os jovens se referem ao aprendizado, mas etapas teórica e prática, as falas, tanto dos participantes quanto dos egressos, destacam a condição de disciplina e o caráter conteudista da proposta de formação, mas que é encarado positivamente pelos jovens. Quanto ao “disciplinamento” é fortemente representado nas falas colhidas e demonstra categorias que tornaram-se referência para a participação dos jovens: saber respeitar, ser paciente, lidar com pessoas e moldar-se às normas da empresa, bem como desenvolver o gosto pelo trabalho, são as palavras que mais representam essa categoria.

Quanto ao caráter conteudista da proposta pedagógica dos cursos de formação, este se revela nas próprias exigências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que se evidencia pela delimitação dos conteúdos estritamente educativos, durante a etapa de formação básica.

O Programa Jovem Aprendiz, não se configura como uma política pública de direitos, tem assumido um papel de agente educativo, relevante não só no resgate e “reforço” de conteúdos escolares, mas, também, por possibilitar uma educação para o trabalho, pelo qual os alunos recebem um conjunto de informações relevantes para o domínio de determinado ofício, embora não haja aprofundamento que possibilite condições para prosseguirem seus estudos ou qualificarem-se em outros domínios, inclusive no processo prático durante o curso que estimula ao aprendiz a realização de trabalhos não condizentes com os objetivos da Lei da Aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, a educação profissional brasileira ganhou nova configuração em decorrência da Lei da Aprendizagem (Lei 10097/2000), visto que, ainda mais recentemente, outros programas voltados à mesma temática de educação e trabalho foram implementados no Brasil, a exemplo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), lançado originalmente em 2005 e reformulado em 2008, passando a denominar-se Projovem Integrado, que também se propõe à escolarização e à inserção de pessoas no mundo do trabalho assim como o Programa Jovem Aprendiz.

Frigotto (2012) afirma que a escola e os processos formativos não são apêndices da sociedade, mas parte constituída e constituinte dela, e que a desigualdade social se reflete na desigualdade educacional. O estigma colonizador e escravocrata da classe dominante brasileira produziu uma burguesia que não contemplou, em termos clássicos, a revolução burguesa e, como tal, não é nacionalista, mas associada ao grande capital.

Na sociedade atual, frente às mudanças no mundo de trabalho, onde os contextos profissionais estão cada vez mais globalizados e no qual os crescentes índices de consumo, o individualismo e a competitividade em alta impulsionam nas pessoas a necessidade extrema de serem cada vez mais produtivas e qualificadas, as Políticas Públicas servem como importante instrumento de “inclusão social” e promessa de melhoria significativa de vida.

Nesse estágio de desenvolvimento econômico, a variável da educação transforma-se no fator preponderante para a mobilidade social, pois se tornou fator de impacto sobre o *status* do indivíduo.

Conforme Pastore e Zylberstajam (1992, p. 206), “a aquisição de status social no Brasil aproxima-se do modelo observado nos países mais industrializados”. Tais autores esclarecem que à medida que aumenta o nível de desenvolvimento econômico, “maior a importância dos fatores adquiridos pelo indivíduo (educação, idade-experiência, status inicial) e menor a dos fatores atribuídos (status da família, origem social)”.

Considerando a qualificação profissional, oferecida no Programa Jovem Aprendiz aqui discutida, como aquela realizada no ambiente de trabalho, torna-se então muito importante a consideração das ações do Estado, como estas devem servir e se estão consubstanciadas no sentido de modificar, aprimorar, intervir ou legitimar determinadas representações da realidade social dos indivíduos a que se destinam essas ações.

Assim, as políticas públicas, desenvolvidas a partir da articulação com o mundo do trabalho, numa lógica destacada no processo de satisfação de suas necessidades, carecem de

constante avaliação e discussões acerca de seus resultados. Contudo, programas de cunho social defrontam-se com certas dificuldades de obter dados válidos, específicos e regulares para seus propósitos.

Políticas Públicas ganham relevância social justamente quando satisfazem seus fins. No caso do Programa Jovem Aprendiz, ao servir como intermediário da relação direta com a população e/ou mediante parcerias com empresas e outras instituições, parece configurar-se como condição para a sustentabilidade do conjunto de ações pensadas para os próximos anos, e estas carecem de definição de meios efetivos de avaliação.

Assim, no sentido de continuamente questionar as ações desenvolvidas nas Políticas Públicas, especialmente no Programa Jovem Aprendiz, cabe-nos refletir sobre os resultados dessas ações, principalmente quanto ao sentido da aprendizagem, ao sentido de vida dos participantes e egressos, além, evidentemente, dos impactos por eles percebidos. A construção do Roteiro Biográfico visa principalmente contemplar algumas dessas dimensões, analisando sobre os resultados, as vidas e principalmente o Programa em seus diversos aspectos.

Conclui-se que o Programa Jovem Aprendiz serve com um instrumento de qualificação e de inserção no mundo do trabalho, traz contribuições importantes para a sociedade e para as pessoas, enquanto formação e qualificação de indivíduos. Ressalta-se, porém, que este não deve ser o único instrumento a serviço da sociedade, principalmente da juventude, como medida de sua inserção no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. **Última Década** nº 16, Viña Del, CIDPA, março 2002.

AGUIAR, W.M.J., Liebesny, B., Marchesan, E.C., & Sanchez, S.G. (2009). In A.M.B. Bock, & M.G.M. Gonçalves (Eds.). **A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição: Bauru. Editora Praxis, 2007.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

BARCELOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, Direitos Fundamentais e Controle das Políticas Públicas. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 240: 83-103 abr/jun. 2005.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 3ª Edição Revisada. Editora Unijuí: Ijuí, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. DECRETO 5.598/ 2005. Brasília. DF, 2005.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../L9394.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº. 10.097/ 2000 – Lei da Aprendizagem**. Brasília, DF: MTE, 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../L10.097.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº. 615/ 2007**. Brasília. DF, 2007.
Disponível em: < <http://www.portal.mte.gov.br/politicas.../portaria-n-615-de-13-12-2007.>> .
Acesso em: 12 dez. 2013

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. PORTARIA Nº 723 de 23 de abril de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: < <http://www.portal.mte.gov.br/politicas.../portaria-n-723-de-23-04-2012>> . Acesso em: 12 dez. 2013

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Cadernos Polis. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/> Acesso em: 21 maio 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e Tecnologia**. Dicionário Crítico. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, quarta edição revista e ampliada.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação**. Salvador: Eduneb, 2012.

CHILLÁN, Y. Morfologia e Cenários das Políticas Públicas para a Juventude: uma leitura com base no perfil regional e na expectativa latino americana. In THOMPSON, A. A.A. **Associando-se à Juventude para Construir o Futuro**. São Paulo/SP: Peirópolis, 2005. Disponível em: <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude/Documents/Banco%20de%20Dados%20Jovens/10.%20SOCIOLOGIA%20DA%20JUVENTUDE/10.18.%20juventude%20subjatividade.pdf>>. Acesso em: 28 jan.2015.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CORTI, A.; & SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil**. Subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, 1998.

CRISPIM, K. S.; & GODOY, J. H. A. (2010). Juventude e a questão social no contexto das Políticas Públicas de Trabalho e emprego. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, 4, 9, 134-149.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel, (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DOWBOR, Ladislau. Educação, tecnologia e desenvolvimento. In: BRUNO, Lúcia (org). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas**. São Paulo Atlas, 1996.

DRUCKER, Peter. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo, Ática, 1994
- FERREIRA, H. CASSIOLATO, M. GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo.** Brasília: IPEA, 2009.
- FRIGOTTO, G. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** Educação e Sociedade, 28, 1129-1152, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Sociologia Geral.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GÍLIO, Ismael. **Formação Profissional e mercado de trabalho.** São Paulo: Nobel, 2000.
- GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HARVEY, David. **Condição Pós Moderna.** São Paulo: Loyola, 2013.
- KEHL, M. R. Juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (orgs.). Juventude e sociedade. Fundação Perseu Abramo, 2005. KLIKSBERG, B. El contexto de la juventud en América.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- JANNUZZI, P. M.: **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.** Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP, 2005.
- _____ Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista do Serviço Público.** Brasília: ENAP, 2005.
- KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, v. 21, nº 70, abr 2001. p. 15-39.
- LIMA, Antonio Almerico Biondi de. **Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas.** Brasília: MTE, SPPE, DEQ. 2005.
- MANFREDI, Silvia M. Educação **Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: Como ter trabalho e remuneração sempre.** São Paulo: Gente, 2002.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro.** Porto: Ambar, 2001.

PASTORE, José, ZYLBERSTAJEM, Hélio. Tendências da mobilidade social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **Estratégia Social e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.** São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos.** *Revista Brasileira de Educação.* (Trabalho apresentado em sessão especial no GT Trabalho e Educação, durante a 29ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu - MG, de 16 a 20 de outubro de 2006). Disponível em:
< www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf. > Acesso em: 20 ago. 2013.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura.** *Sociologia*, n. 16, Porto Alegre, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

SPOSATI, A. **Proteção social na América Latina em contexto de globalização.** In: Pré-Conferência Brasileira Preparatória à 33ª Conferência Global de Bem-Estar Social do ICSW. Anais. Rio de Janeiro, 2008.

VIGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente.** 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

(APÊNDICE A)

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Avaliação Programa Jovem Aprendiz

1. Sexo: Masculino Feminino Município onde vive: _____
 Zona Urbana Zona Rural

2. O que lhe motivou a inscrever-se no Programa Jovem Aprendiz?

3. Qual a sua satisfação em relação a qualificação profissional que você recebeu no Programa de Formação

Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito insatisfeito Não sabe não opinou

4. Você trabalhava informalmente antes de participar do Programa Jovem Aprendiz?

Sim Não

5. Os conhecimentos adquiridos no Programa de Formação são adequados para a etapa de vivência prática?

Sim Não Não sabe/ não opinou

6. Na cidade em que você vive, quais são as ofertas de trabalho na área técnica que você fez opção?

- Há muitas ofertas de emprego ou profissionais na minha área técnica
 Há ofertas de emprego ou trabalho
 Há poucas ofertas de emprego ou trabalho
 Praticamente não há ofertas de emprego ou trabalho

7. Após a finalização do Programa de Aprendizagem você pretende fazer novos cursos na área em que você está trabalhando?

Sim Não Não sabe/ não opinou

8. Você tinha noção do que o Programa significaria na sua vida?

Sim Não Por quê? _____

9. Você se sente preparado, considera que o Programa Jovem Aprendiz lhe proporcionou as condições necessárias para ingresso no mundo do trabalho?

Sim Não, Por quê? _____

10. Você teve acesso, realizou algum curso após ingresso no Programa?

Sim Não Não sabe/ não opinou

Se sim, qual? _____

11. Quais são os avanços ou facilidades proporcionadas pelo Programa em sua vida?

12. Quais são os limites ou dificuldade proporcionados pelo Programa em sua vida?

13. Você acredita que a sua inserção no Programa fortaleceu sua cidadania?

Sim Não Não sabe/ não opinou

14. O Programa proporcionou melhoria significativa na sua condição de renda ou de sua família?

Sim Não Não sabe/ não opinou

Se sim, qual? _____

15. Quantas pessoas convivem com você em sua casa?

16. Qual o fator preponderante que levou você a escolher essa formação profissional?

17. Quando você entrou no Programa Jovem Aprendiz, você o conhecia o Programa?

Sim Não Não sabe/ não opinou

18. Como você considera essa experiência de primeiro emprego?

19. Como você avalia o Programa Jovem Aprendiz?

20. Você conhece (eu) algum (a) jovem que tenha participado do Programa Jovem Aprendiz em outras edições?

Sim Não Não sabe/ não opinou

21. O que você acha que deve ser melhorado ou até mesmo inserido no Programa Jovem Aprendiz?

22. Qual o maior ganho que a sua participação no Programa proporcionou à sua vida pessoal e profissional?

Muito Obrigado!

(APÊNCIDE B)
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO		
NOME:		
		IDADE:
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A) E GRUPO FAMILIAR		
Questões:	Subquestões	Categorias de análise
a) Fale um pouco sobre você (sonhos, medos, esperanças);		
b) Profissão dos responsáveis (MARQUE UMA DAS OPÇÕES)	Pai	Agricultor Ajudante Auxiliar de serviços gerais Comerciante Funcionário Público Municipal Industriário Pedreiro Outros
	Mãe	Agricultora Auxiliar de serviços gerais Comerciante Doméstica Dona de casa Professora Outros
c) Seu pai está trabalhando atualmente?	Se sim, em que?	
d) Se não, quais os motivos do desemprego.		

e) Sua mãe está trabalhando atualmente?	Se sim, em que?	
f) Se não, quais os motivos do desemprego.		
g) Contando com você, quantas pessoas vivem em sua casa?		03 a 05; 06 a 10; Mais de 10.
h) Você e sua família vivem em casa própria?	Se não	Alugada; Emprestada.
i) A sua cor ou raça é?		Amarelo; Branca; Indígena; Negro; Pardo.
1. PERSPECTIVAS DE ESTUDO DO ENTREVISTADO (A)		
Questões:		
a) Ao iniciar no Programa Jovem Aprendiz, você já tinha concluído o Ensino Médio.	Se não, quais os motivos?	Repetência; Dificuldades de horário; Trabalho; Desistência; Não respondeu; Dificuldade para acompanhar os conteúdos abordados; Outros.

b) Você estudava quando iniciou o Programa Jovem Aprendiz?	Se sim,	Melhorou seu rendimento escolar; Atrapalhou seu rendimento escolar; Não viu sentido em continuar estudando; Não sabe, não opinou.
a) Você se inscreveu em algum curso técnico ou profissionalizante durante o Programa Jovem Aprendiz ou após a finalização do Programa Jovem Aprendiz?	Sim, qual?	
c) Você prestou vestibular?	Se não, por quê?	Condições financeiras Não gosta de estudar Não vê sentido num curso universitário Precisava terminar o ensino médio Prefere fazer um curso técnico Sem perspectivas para prestar o vestibular Outros motivos
2. MOTIVOS PARA PARTICIPAR DO PROGRAMA		
Questões:		
a) Você se inscreveu no Programa Jovem	Sim, por quê?	Achou interessante a oportunidade Já conhecia e tinha vontade de participar Pela oportunidade de trabalho, assinatura em carteira profissional. Outros

Aprendiz por livre escolha?		
	Não, por quê?	Influência dos familiares Professor/Diretor da escola indicou Influência de amigos Outros
b) Quais os motivos que lhe levou a participar do Programa		
3. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA		
Questões:		
b) Como você avalia o Programa Jovem Aprendiz	Bom	
	Ruim	
	Regular	
	Necessário	
	Desnecessário	
	Muito bom	
c) Você tinha noção do que o Programa significaria na sua vida?	Sim, por quê?	
	Não, por quê?	
d) Como era sua vida antes de entrar no Programa? (Faça uma descrição, fale o que você considerar		

interessante sem limite de fala.)		
e) Quais os impactos que você nota em sua vida e que foram influenciados por você estar participando ou ter participado do Programa Jovem Aprendiz?		
f) Você se sente preparado(a), considera que o programa jovem aprendiz proporcionou-lhe condições necessárias para continuar inserido e/ou inserir-se no mundo do trabalho?	Sim por quê?	
	Não, por quê?	
	Não, por quê?	
g) Você considera que as “disciplinas” oferecidas no curso de formação de aprendizagem, etapa básica, foram importantes para sua formação profissional?	Sim, por quê?	
	Não, por quê?	
h) Você considera que as “disciplinas” oferecidas no curso de formação de aprendizagem, etapa específica, foram importantes para sua formação profissional?	Sim, por quê?	
	Não, por quê?	
i) Você considera que o curso de formação de aprendizagem, etapa básica, lhe proporcionou mais conhecimentos quanto a sua cidadania?	Sim, por quê?	
	Não, por quê?	
j) A formação dada no Programa Jovem Aprendiz permitiu	Sim, por quê	

apreender quanto aos recursos de informática existentes na empresa que você desenvolve as atividades ou que desenvolveu as atividades?	Não, por quê?	
k) Quais os limites e as dificuldades proporcionadas pelo Programa em sua vida?		
l) Quais os avanços ou facilidades proporcionados pelo Programa Jovem Aprendiz em sua vida?		
m) Qual o sentido do Programa Jovem Aprendiz em sua vida?		
n) O fato de você ter participado/estar participando do Programa Jovem Aprendiz lhe possibilita (ou) algum diferencial no mundo do trabalho?	Sim, por quê?	O curso está voltado para a aplicação prática na empresa que trabalho O curso proporciona a entrada no campo profissional Não sabe opinar
	Não, por quê?	Só me interessa/va a parte prática do Programa Não estou trabalhando Não sei dizer

o) Como você percebe a experiência proporcionada pelo Programa Jovem Aprendiz na sua vida?		
p) O que você considera de mais importante na sua vida devido à participação no Programa Jovem Aprendiz?		
4. EXPERIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO		
Questões:		
a) Você está empregado (a)?		
b) Está trabalhando formal ou informal? (formal com carteira assinada)		
c) Você tem procurado trabalho na área de formação profissional?		
d) Quando você procura trabalho e diz que participou/a do Programa Jovem Aprendiz, como é tratado?		
e) Participar ou ter participado do Programa Jovem Aprendiz melhora/ melhorou sua inserção no Mundo do Trabalho?		
f) Quais os principais desafios que você enfrenta/ enfrentou na etapa de formação prática		Medo de opinar Não se sentir completamente preparado para as atividades

		<p>Desconhecimento do que é o Programa Jovem Aprendiz, por parte do colaboradores das empresas contratantes</p> <p>Ameaças</p> <p>Desrespeito por falta da experiência do jovem</p> <p>Assédio Moral</p>
g) Quanto a esses desafios e dificuldades que você enfrenta/enfrentou no trabalho (etapa prática) a formação teórica proporciona/ proporcionou um conhecimento prévio de forma que lhe ajuda/ ajudou a resolver ou minimizar as dificuldades		
h) Qual o impacto do programa na sua vida? Fale sobre ele.		

(APÊNDICE C)

ROTEIRO BIOGRÁFICO

Programa Jovem Aprendiz

DIMENSÃO 01

NOME: _____

1. Sexo: Masculino Feminino Município onde vive: _____

Zona Urbana Zona Rural

2. Cor/Raça: _____

3. Profissão do Pai: _____

4. Profissão da Mãe: _____

5. Residência:

Própria Alugada Outra: _____

6. Quantas pessoas convivem com você em sua casa?

7. Quantas pessoas trabalham em sua casa? _____

8. Sua família é beneficiária de Programa Social de Transferência de Renda? _____ Se sim qual?

9. Qual a renda total da sua família? _____

10. Sua família é chefiada por mulheres sem companheiro (a) _____

11. Em sua família, pelo menos, um dos responsáveis é analfabeto ou de baixa escolaridade (até 9º ano do Ensino Fundamental – antiga 8ª série) _____

Se sim, quem? _____

12. Em sua família, pelo menos, um dos responsáveis está desempregado ou exerce atividade informal

_____ Se sim, quem? _____

13. Na sua família há crianças e adolescentes (0 a 17 anos) e que residam com você?

_____ Se sim, quantas? _____

14. Na sua família há idosos (acima de 60 anos) que residem com você? _____

Se sim, quantos? _____

15. Em sua família há pessoas com transtornos mentais, doenças crônicas, e/ou com deficiência e que residam com você. _____ Se sim, quantas pessoas? _____

16. Em sua família há pessoas dependentes químicos que residam com você. _____

DIMENSÃO 02

17. Escolaridade:

- Ensino Fundamental Incompleto Completo
- Ensino Médio Incompleto Completo
- Curso Técnico Incompleto Completo Curso _____
- Ensino Superior Incompleto Completo Curso _____

18. Você concluiu o 2º ciclo do ensino fundamental (6º ao 9º ano – antiga 5ª a 8ª série) em escola da rede pública?

- Sim Não

19. Você concluiu o ensino médio em escola da rede pública?

- Sim Não

DIMENSÃO 03

20. Qual Programa de Formação de Aprendizagem (Curso): você esteve/está inscrito?

21. Empresa: _____ Cidade: _____

22. Quais os principais motivos para sua inscrição no Programa Jovem Aprendiz?

23. Qual a sua satisfação em relação a qualificação profissional que você recebeu no Programa de Formação de Aprendizagem?

- Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito insatisfeito Não sabe não opinou

24. Qual o seu nível de satisfação para as atividades teóricas e práticas do Programa de Aprendizagem?

- Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito insatisfeito Não sabe não opinou

25. Você trabalhava informalmente antes de participar do Programa Jovem Aprendiz?

- Sim Não

DIMENSÃO 04

26. Os conhecimentos adquiridos no Programa de Formação de Aprendizagem são adequados para a etapa de vivência prática?

Sim Não Não sabe/ não opinou

27. Na cidade em que você vive, como são as ofertas profissionais na área técnica que você fez opção?

- Há muitas ofertas de emprego ou profissionais na minha área técnica
- Há ofertas de emprego ou trabalho
- Há poucas ofertas de emprego ou trabalho
- Praticamente não há ofertas de emprego ou trabalho

DIMENSÃO 05

28. Após a finalização do Programa de Formação de Aprendizagem você pretende fazer novos cursos na área em que você está trabalhando?

Sim Não Não sabe/ não opinou

29. O Programa Jovem Aprendiz ajudou você na conquista de outras vagas de trabalho?

Sim Não Por quê? _____

30. Você se sente preparado, considera que o Programa Jovem Aprendiz lhe proporcionou as condições necessárias para ingresso no mundo do trabalho?

Sim Não Por quê? _____

31. Você teve acesso, realizou algum curso após ingresso no Programa de Aprendizagem?

Sim Não Não sabe/ não opinou

Se sim, Qual? _____

32. Quais são os avanços ou facilidades proporcionadas pelo Programa Jovem Aprendiz em sua vida?

33. Quais são os limites ou dificuldade proporcionados pelo Programa Jovem Aprendiz em sua vida?

34. Você acredita que a sua inserção no Programa Jovem Aprendiz fortaleceu sua cidadania?

Sim Não Não sabe/ não opinou

35. O Programa Jovem Aprendiz proporcionou melhoria significativa na sua condição de renda ou de sua família?

Sim Não Não sabe/ não opinou

Se sim, qual? _____

36. Qual o fator preponderante que levou você a escolher essa formação profissional?

37. Quando você entrou no Programa Jovem Aprendiz, você o conhecia?

Sim Não Não sabe/ não opinou

38. Como você considera essa experiência de primeiro emprego?

39. Como você avalia o Programa Jovem Aprendiz?

40. Você conhece (eu) algum (a) jovem que tenha participado do Programa Jovem Aprendiz em outras edições?

Sim Não Não sabe/ não opinou

42. O que você acha que deve ser melhorado ou até mesmo inserido no Programa Jovem Aprendiz?

43. Qual o maior ganho que a sua participação no Programa Jovem Aprendiz proporcionou à sua vida pessoal e profissional?

Muito Obrigado!

(APÊNDICE D)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) _____ para participar da Pesquisa, PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: Um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho. Sob a responsabilidade do pesquisador Paulo Roberto Moraes da Luz, a qual pretende é analisar qual o sentido básico da qualificação profissional oferecida no Programa Jovem Aprendiz e estabelecer o itinerário de vida dos participantes do programa, período de 2013-2014 no que se refere ao seu desenvolvimento educacional e profissional e sua inserção no mundo do trabalho. Sua participação é voluntária e se dará por meio de preenchimento de questionário elaborado com a finalidade de conhecer os participantes do Programa Jovem Aprendiz e entrevista que visa estabelecer o itinerário de vida dos participantes e sua percepção, impactos e experiências junto ao Programa Jovem Aprendiz.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são mínimos. Se você aceitar participar, estará contribuindo para melhoria da qualificação profissional oferecida no Programa Jovem Aprendiz e conhecer o itinerário de vida dos participantes.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) _____ não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) _____ poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Fundação José Carvalho, Estrada de Santiago, Pojuca - Bahia ou pelo telefone 71 3641 -6794.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: __/__/____

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Mensagem de veto

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos." (NR)

"....."

"Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR) (Vide art. 18 da Lei nº 11.180, de 2005)

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)*

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)

"Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único." (VETADO)

"Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o art. 80, o § 1º do art. 405, os arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Dornelles

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.12.2000